

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CEUA – DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

**FLÁVIA NERI DE MOURA**

**ENTRE ESTALACTITES E ESTALAGMITES:  
TERRITORIALIDADES NO MONUMENTO NATURAL DA GRUTA DO LAGO  
AZUL, BONITO – MS.**

**AQUIDAUANA-MS**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FLÁVIA NERI DE MOURA**

**ENTRE ESTALACTITES E ESTALAGMITES:  
TERRITORIALIDADES NO MONUMENTO NATURAL DA GRUTA DO LAGO  
AZUL, BONITO – MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani.

**AQUIDAUANA-MS**

**2008**

A autora reserva para si os direitos autorais e de publicação.

Nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização da autora.

Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

MOURA, Flávia Neri.

Entre estalactites e estalagmites: territorialidades no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, Bonito – MS. Flávia Neri de Moura. Aquidauana: UFMS, 2008. 123f.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Dissertação (Mestrado em Geografia) / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia.

1. Território    2. Territorialidades    3. Unidades de Conservação

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**FLÁVIA NERI DE MOURA**

**ENTRE ESTALACTITES E ESTALAGMITES:  
TERRITORIALIDADES NO MONUMENTO NATURAL DA GRUTA DO LAGO  
AZUL, BONITO – MS.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia - Área de concentração: Desenvolvimento Regional, no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Câmpus* de Aquidauana.

Prof<sup>o</sup> Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins  
Coordenador da Pós-graduação

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DEA  
Presidente de Banca

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria Zanon  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DED  
Membro Titular

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Icléia Albuquerque Vargas  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DED  
Membro Titular

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Paulo Jóia  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DGC  
Membro Suplente

Aos que se empenham pela conservação da biodiversidade...

*A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens:  
não há senão um verdadeiro luxo, e esse é o das relações humanas.*

*Antoine de Saint-Exupéry*

## AGRADECIMENTOS

Não por praxe, mas por reconhecimento da importância que várias pessoas tiveram, direta ou indiretamente, para que eu concluísse este trabalho, dirijo-me a elas para apresentar meus agradecimentos:

- Aos familiares (pai, mãe, irmãs e cunhado) que acompanham minhas conquistas (Fabiana - muito obrigada pelo auxílio na primeira fase da pesquisa de campo); à minha sobrinha Fernanda, responsável pelos momentos lúdicos durante este período e que, sem saber, trouxe tanto alento no final deste ciclo; ao meu marido Augusto, que carinhosamente compreendeu meus constantes dias de ausência.

- Aos meus amigos e pais cósmicos, Lauro e Marta, que incentivaram, apoiaram meus estudos e que gentilmente permitiram que eu territorializasse seus “lugares” nos últimos meses. Suas experiências de vida, a oportunidade de ver o mundo sob um diferente ângulo, suas críticas e seus comentários me serão úteis além deste trabalho.

- À Greice, pela amizade, pela acolhida, pela cumplicidade, pelo auxílio, pelo estímulo, pela companhia, e à Darleny, também pela cumplicidade e por traduzir com ações o quanto uma amizade é importante em nossa vida (*Thank you, Darling!*). Vocês são muitíssimo especiais!

- Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia da UFMS, em especial: ao Doutor Milton Mariani, meu orientador e que me iniciou na compreensão do *Território*, à Doutora Icléia Vargas e à Doutora Ângela Zanon pelas contribuições na etapa de qualificação. Vocês forneceram conteúdos importantes e me ajudaram a ter uma nova visão de mundo e a consolidar este trabalho.

- À Dani, por ser prestativa e atenciosa no desempenho de suas atribuições na Secretaria do Mestrado, já que muitos outros não o são.

- Aos amigos da Gerência de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul que dividem diariamente comigo os desafios do planejamento, manejo e gestão das unidades de conservação estaduais, agradeço o estímulo e o incentivo nos momentos oportunos (Bete, Carol, Hercília, Léo, Lu, Marcinha, Marcos, Nathi e Ricardo). Agradeço ainda à Sylvia (pela leitura criteriosa, pelo *abstract* e confecção do mapa) e ao Figueiró (pelo auxílio no mapa e pela ajuda “fora de hora” na impressão na fase de qualificação).

Em tempos de um individualismo competitivo, parece-me importante reafirmar os laços solidários que tecem qualquer existência. Mais que compartilhar reflexões e a angústia da finalização da dissertação, vocês souberam acolher e repartir experiências. Mostraram-se grandes amigos e pessoas adoráveis. Sempre me lembrarei da convivência e, assim, agradeço a disponibilidade e o companheirismo daqueles que partilharam estes momentos comigo: Dona Elizabete Feliciano e família (pela acolhida e pelo carinho em Aquidauana), Vick, Elionete e Elizângela (pela convivência, guarida, acolhida e amparo em Aquidauana), Cristina e Nelson (pela acolhida em Bonito na etapa de campo), Karina e Alexandre (pela amizade e também pelo repouso oportuno em Bonito) e aos turismólogos Noslin de Paula Almeida, Priscila Vargas, Marcos Campos, Adelaine Lima e Demar Ferreira (respectivamente, pelas inúmeras caronas Aquidauana/Campo Grande; pelas críticas oportunas sobre turismo & desenvolvimento; pela reflexão subjetiva e analogias desta pesquisa; pela tabulação dos dados quantitativos).

Uma pesquisa construída no diálogo, com diferentes entes, comprometidos com a técnica e com a ciência, é tributária de muitos participantes. E quando a pesquisa adota uma estratégia de investigação particularizada, não pode ignorar que este fragmento investigado também é uma parcela partilhada por muitas vidas, em diferentes contextos históricos. Impossível nomear todos, mas algumas menções são imprescindíveis no contexto desta pesquisa: Alexandre Sales, Augusto Mariano, Benilva Paim, Clayton Lino, Domingos Sávio, Edmundo Costa Junior, Heros Lobo, Icléia Vargas, Marcelo Gil, Margareth Ribas, Nilde Brum, Paulo Boggiani, Regiane Salvadori e Rita Surrage, pessoas com quem tive o prazer de compartilhar algumas reflexões sobre esta pesquisa. A convivência com essas pessoas me fez uma profissional melhor.

Agradeço ainda, imensamente, a DEUS, que providenciou tudo em minha vida: a dádiva da família e dos amigos, ânimo ao longo da caminhada (principalmente quando as coisas pareciam mais difíceis), saúde para finalizar este ciclo acadêmico e profissional, e os anjos da guarda que sempre orientam e iluminam meu caminho. Sempre permaneçam comigo.

Agradecidíssima!!!

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição científica, um apoio nas decisões que darão forma à concretude das ações, um voto antecipado de sucesso ao futuro deste território.

*1. Através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção. Tilden, F. (1967)*

*2. Descobri como é bom chegar quando se tem paciência. E para se chegar, onde quer que seja, aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão. É preciso, antes de mais nada, querer. (Amir Klink)*

*3. [...] seja um novo meio de instruir-me que acrescentarei àqueles de que costume servir-me. (DESCARTES)*

## RESUMO

Este estudo analisa o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul - MONAGLA, município de Bonito-MS, a partir da caracterização dos elementos de seu espaço geográfico. Homens, Firms, Instituições, Infra-estrutura e Meio Ecológico são identificados e descritos a partir de procedimentos metodológicos, sobretudo qualitativos, com a finalidade de melhor compreender o objeto de estudo. Considerando discussões teóricas que perpassam o conceito de território e territorialidades, a pesquisa é caracterizada como um estudo de caso que investiga e discute a atuação de diferentes Instituições nessa unidade de conservação e os desafios decorrentes da gestão deste que também é um reconhecido território turístico na Serra da Bodoquena. A apresentação dos resultados finais deste estudo foi precedida das seguintes etapas: seleção de material bibliográfico e documental e levantamento de campo. A análise dos resultados da pesquisa demonstra que o MONAGLA é um instrumento significativo para a conservação da biodiversidade, para o desenvolvimento do turismo, a partir de seus atributos biológicos e geológicos, e conseqüentemente para a economia local. Ressalta-se que o município de Bonito é amplamente evidenciado, sendo considerado um dos mais importantes destinos ecoturísticos da atualidade. Destarte, a incorporação de princípios indispensáveis, tendo por base uma eficiente e estruturada política, é condição para a conservação da natureza, a promoção de ações de educação ambiental, a geração de benefícios para a comunidade e a satisfação do visitante. Com recursos paisagísticos de rara beleza cênica e um patrimônio de relevância multidisciplinar por envolver aspectos geológicos, paleontológicos, históricos, culturais e paisagísticos, a Serra da Bodoquena tem potencial para ser reconhecida como um geopark.

**PALAVRAS-CHAVE:**

**TERRITÓRIO. TERRITORIALIDADES. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

## **ABSTRACT**

Considering theoretic approaches dealing with territory and territorialities concept, this study describes the Monumento Natural Gruta do Lago Azul - MONAGLA, Bonito city, from geographic space elements characterization. Therefore this work was carried out to analyze and characterize the territorialities in this protected area. Men, Companies, Institutions, Infrastructure and Environment are identified and described from methodologies procedures, overall qualitative, with the purpose of study object better understanding. This research is characterized as a case study that investigates and debates the performance of different institutions in this protected area as well as the challenges of its management that also is recognized as a tourist territory in Serra da Bodoquena. The final results presentation of this study was preceded of the following stages: election of bibliographical and documentary material; field survey. The results demonstrate that the MONAGLA is a significant instrument for biodiversity conservation, for tourism development, through its biological and geologic attributes, and consequently for local economy. Bonito city is widely evidenced, being considered one of the most important ecotourism destinations on present's time. So incorporation of indispensable principles, having on base an efficient and structuralized politics, is condition for nature conservation, the promotion of the environment education, the generation of community benefits and satisfaction of the visitor. Serra da Bodoquena should get geopark status owing its natural landscape resources contenting rare scenic beauty and multidiscipline patrimony relevance involving paleontological, historical, cultural and geologic issues.

**WORDS KEY: TERRITORY. TERRITORIALITIES. PROTECTED AREAS**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do MONAGLA_____	20
Figura 02 - Unidades de Conservação e Município de Abrangência_____	24
Figura 03 - UCs localizadas no Corredor Miranda - Serra da Bodoquena_____	35
Figura 04 - Localização do PARNA da Serra da Bodoquena_____	36
Figura 05 - Imagens aéreas de diferentes ângulos do PARNA Serra da Bodoquena _____	37
Figura 06 - Proximidade do PARNA Serra da Bodoquena com o MONAGLA_____	38
Figura 07 - <i>Rafting</i> com bote inflável no Rio Formoso _____	39
Figura 08 - Contemplação da Gruta do Lago Azul e seus espeleotemas _____	41
Figura 09 - Pareidolias da Gruta do Lago Azul, como as iniciais LA, resultados da incidência de luz solar/efeito de refração solar _____	41
Figura 10 - Sinalização de acesso do MONAGLA _____	83
Figura 11 - Estrutura do receptivo _____	84
Figura 12 - Aproveitamento de toucas descartáveis utilizadas na visita à Gruta do Lago Azul pela ONG Brazil Bonito na fabricação de almofadas _____	85
Figura 13 - Área ainda não indenizada do MONAGLA e criação de gado_____	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais cavidades naturais subterrâneas com potencial turístico no Planalto da Bodoquena _____	27
Quadro 02 - Número de Visitantes na GLA e amostragem da pesquisa _____	51
Quadro 03 - Unidades de Conservação por grupo, categoria e objetivo de manejo _____	61
Quadro 04 - Administração e Organização da visitação na GLA, na opinião dos visitantes _____	91
Quadro 05 - Instituições que identifica/relaciona à GLA, na opinião dos visitantes _____	92
Quadro 06 - grau de satisfação do visitante com relação à prestação de serviços na GLA _____	93
Quadro 07 - Qual é a relação de sua Instituição com a Gruta do Lago Azul – GLA? _____	97
Quadro 08 - Quais as principais atividades desenvolvidas por sua Instituição na GLA? _____	98
Quadro 09 - Quais são os grandes potenciais da GLA? _____	99
Quadro 10 - Na opinião de sua Instituição, quais os principais problemas ou ameaças existentes na GLA? _____	100
Quadro 11 - O que sua Instituição vem fazendo para minimizar estes conflitos? _____	102

## **LISTA DE APÊNDICES**

**APÊNDICE A** – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA ÀS  
INSTITUIÇÕES

**APÊNDICE B** – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DA  
GRUTA DO LAGO AZUL

## **LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO A** – Cópia dos prêmios recebidos pelo município de Bonito-MS.

**ANEXO B** – Cópia de Reportagens sobre a interdição de passeios em Bonito no ano de 2006.

**ANEXO C** – Cópia da Portaria IMASUL N. 073 de 14 de julho de 2008, que autoriza o *funcionamento da atividade de visitação turística, na modalidade contemplativa, na Gruta do Lago Azul, inserida no perímetro do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, em Bonito-MS e dá outras providências.*

**ANEXO D** – Cópia da Certidão emitida pelo Ministério da Cultura com o tombamento da Gruta do Lago Azul e Gruta Nossa Senhora Aparecida no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Portaria Regional Nº 002/94, que *estabelece normas de uso e visitação às Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, no Município de Bonito, MS.*

**ANEXO E** – Cópia do Projeto Arquitetônico do Centro de Visitantes do MONAGLA.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAETUR – Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
ATRATUR – Atrativos Turísticos da Serra da Bodoquena e Região  
CECAV – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas  
CMAP – Comissão Mundial de Áreas Protegidas  
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto de Meio Ambiente  
ENERSUL – Empresa de Energia de Mato Grosso do Sul  
FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo  
FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul  
GLA – Gruta do Lago Azul  
GTCavTur – Grupo de Trabalho de Cavernas Turísticas  
GUC – Gerência de Unidades de Conservação  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IUCN – União Mundial pela Natureza  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MONA – Monumento Natural  
MONAGLA – Monumento Natural Gruta do Lago Azul  
MTUR – Ministério do Turismo  
ONG – Organização-Não Governamental  
PARNA – Parque Nacional  
PNSB – Parque Nacional da Serra da Bodoquena  
PRODETURSUL-MS – Programa de Desenvolvimento do Turismo – MS  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia

SECTUR – Secretaria de Turismo

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMARIO

<b>1 A DIMENSÃO DO PARAÍSO: ASPECTOS GEOLÓGICOS, TURÍSTICOS E AMBIENTAIS DA SERRA DA BODOQUENA</b>	<b>24</b>
<b>1.1 Potencial Geológico da Serra da Bodoquena</b>	<b>26</b>
<b>1.2 Região Turística Serra da Bodoquena: Descrição e Cenário</b>	<b>28</b>
1.2.1 Turismo em Áreas Protegidas: licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos e a reconfiguração do território	31
<b>1.3 Conservação da Biodiversidade na Serra da Bodoquena</b>	<b>34</b>
1.3.1 Parque Nacional da Serra da Bodoquena	37
1.3.2 Monumento Natural do Rio Formoso	40
1.3.3 Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	41
<b>2 CONHECENDO UM CAMPO DIFUSO: REFERENCIAL METODOLÓGICO E TEÓRICO DA PESQUISA</b>	<b>45</b>
<b>2.1 Antecedentes Metodológicos</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Caracterização da Pesquisa</b>	<b>46</b>
2.2.1 Métodos Utilizados	47
2.2.1.1 <i>pesquisa qualitativa</i>	49
2.2.1.2 <i>pesquisa quantitativa</i>	51
<b>2.3 Geografia, Território e Territorialidade: A Guisa de Entendimentos</b>	<b>52</b>
<b>2.4 Território e Turismo: Uma Relação Compartilhada</b>	<b>56</b>
<b>2.5 Áreas Protegidas: Legislação Pertinente, Aspectos Conceituais e Territoriais</b>	<b>59</b>
<b>2.6 Delineando o Patrimônio: Nuanças Turísticas, Ambientais e Geológicas em Pauta</b>	<b>64</b>
<b>3 ALÉM DO LAGO AZUL: UMA IMERSÃO NO TERRITÓRIO</b>	<b>67</b>
<b>3.1 Os Homens</b>	<b>68</b>
<b>3.2 As Firmas</b>	<b>71</b>
<b>3.3 As Instituições</b>	<b>75</b>
3.3.1 Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – IPHAN	75
3.3.2 Prefeitura Municipal de Bonito	76
3.3.3 Centro Nacional de Proteção a Cavernas – CECAV	77
3.3.4 Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	78

3.3.5 Secretaria de Patrimônio da União – SPU	81
<b>3.4 A Infra-Estrutura</b>	<b>82</b>
<b>3.5 O Meio Ecológico</b>	<b>86</b>
<b>4 ENTRE ESTALACTITES E ESTALAGMITES, AS TERRITORIALIDADES SE REVELAM</b>	<b>89</b>
<b>4.1 Resultados da Pesquisa Quantitativa</b>	<b>89</b>
4.1.1 Relação do Visitante com a Gruta do Lago Azul	89
4.1.2 Identificação do Grau de Satisfação do Visitante com Relação à Prestação de Serviços na Gruta do Lago Azul	92
4.1.3 Identificação das Necessidades de Melhorias na Gruta do Lago Azul, na Ótica dos visitantes	93
<b>4.2 Organização, Discussão e Análise das Entrevistas</b>	<b>95</b>
4.2.1 Relação Institucional	95
4.2.2 Atividades Institucionais	96
4.2.3 Potencialidades	98
4.2.4 Ameaças e Possíveis Soluções	99
4.2.5 Atuação e Comprometimento	101
4.2.6 Visão Institucional sobre a Gruta do Lago Azul	102
4.2.7 Contribuição para o Desenvolvimento Regional	103
<b>A IMAGEM QUE SE REFLETE: PAREIDOLIAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>112</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o turismo começa a registrar um crescimento enquanto fenômeno social e como fator de desenvolvimento de núcleos receptores. Mais do que isso, no século XXI é um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos na sociedade, quer seja pela disponibilidade de tempo livre, quer pela necessidade humana de se “refugiar” em outros espaços geográficos que não sejam ou que não façam parte de seu cotidiano. Como prática social coletiva, o turismo integra diferentes mecanismos no que se relaciona ao espaço onde ele acontece, criando novos territórios.

Assim, do ponto de vista territorial, o turismo é um grande produtor e consumidor de espaços, criando, recriando e transformando áreas diversas para atendimento de suas atividades e também um grande criador de imagens e representações sociais e culturais, condicionado a utilização e a apropriação do espaço. Neste contexto, a atividade turística surge como importante agente (re) organizador do espaço, e sob a ótica ambiental, uma das temáticas mais em voga no mundo atual, fator de preocupação, uma vez que existem possíveis impactos<sup>1</sup> decorrentes da prática desta atividade, que populariza a procura de espaços com aparência natural. Além disso, contribui para o aumento do processo de degradação sócio-ambiental, principalmente quando instala seus fixos turísticos, infra-estrutura receptiva, sem considerar as especificidades dos espaços, criando fluxos que não respeitam os limites dos ambientes (QUEIROZ, 2001).

Em contraponto, o turismo também pode atuar como um incentivo à prática da atividade turística ao estimular a busca endógena da própria essência, de sua originalidade. Desta forma, deve-se ter em mente a dimensão sócio-espacial ao se pensar no desenvolvimento da atividade.

Quando se contempla e valoriza as potencialidades endógenas, o turismo torna-se um importante vetor de desenvolvimento com base local quando se considera a dimensão das relações sociais e do espaço natural e social, reforçando e valorizando aspectos da identidade local.

---

<sup>1</sup> Exemplos de impactos negativos: perda de valores culturais tradicionais, conflito entre comunidade e turista; sobrevalorização de terras e imóveis, aumento do custo de vida; descaracterização da paisagem, poluição das águas, do solo, sonora e do ar; alterações na vida silvestre como reprodução, comportamento e hábitos alimentares, vias de acesso inadequadas e meios de transportes ruidosos e poluentes. (LOBO, 2006).

Para compreender a relação existente entre Turismo e Geografia faz-se necessário se reportar aos aspectos teóricos e conceituais. Considerando que a Geografia estuda o espaço, e que este é constituído pelas formas naturais e aquelas criadas pelo trabalho humano, em conjunto com as relações que ocorrem em sociedade, é fundamental que se analise e se entenda o espaço geográfico.

Verifica-se que o turismo enquanto fenômeno social, econômico e transformador de espaços geográficos, vêm sendo guiado pelas relações de consumo, pelo capital. Além disso, o processo indiscutível da globalização favorece o estabelecimento de espaços geográficos homogeneizados. No mais, não se pode negar o papel do turismo enquanto consumidor, produtor e transformador de espaços geográficos e enquanto atividade produtiva e econômica e prática vinculada ao lazer.

O acontecimento da globalização como importante processo no século XV e XVI não pode ser desconsiderado quando se contextualiza a atividade turística. Este fenômeno, que ocorre em escala planetária, tende a homogeneizar espaços, ocasionando o desaparecimento de importantes recursos turísticos naturais, culturais e históricos, que é a base diferencial para que a atividade turística aconteça.

Assim, reforça-se a importância do estímulo a práticas e iniciativas endógenas de desenvolvimento do turismo, pois se oportuniza vivências diferenciadas no espaço e a absorção de conhecimentos a ele associados. O planejamento turístico com base local apresenta-se como uma importante estratégia para integrar o uso turístico e a conservação do ambiente, associada à melhoria das condições de vida das comunidades locais, e deve ser incorporado às políticas e práticas de planejamento territorial.

No Mato Grosso do Sul, a quantidade e qualidade de atrativos faz com que o Estado seja reconhecido como um expoente destino turístico. Todas as regiões possuem potenciais, todavia, destacam-se: o *Pantanal Sul-Mato-Grossense*, com sua diversidade singular e importância ecológica e ao sudoeste do Estado, Bonito, no *Planalto da Bodoquena*<sup>2</sup>. O governo e também a sociedade devem priorizar condições visando à diversificação da economia de Mato Grosso do Sul. Uma destas condições é incrementar o desenvolvimento turístico e regional, em especial o “ecoturismo”, que vem assumindo papel importante em todo o mundo.

Qualquer estudo ou análise do turismo deve considerar a capacidade que esta atividade possui em criar, transformar e, principalmente, dar valor a espaços que, por ventura, não

---

<sup>2</sup> Tendo em vista a consolidação do destino turístico como “Serra da Bodoquena”, neste estudo adotar-se-á esta denominação.

apresentam estimativas no contexto econômico e de produção, promovendo a valorização de espaços naturais. Agregado a isso, qualquer análise sobre o espaço geográfico deve contemplar os lugares, as regiões, os territórios e/ou as paisagens. Todas as relações sociais, econômicas e culturais explicam a dinâmica e o constante processo de transformação destes espaços. Assim sendo, utilizar a Geografia como meio científico para compreender o papel do turismo na (re) organização dos espaços geográficos e de seus elementos é essencial para a análise deste processo.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo se propõe a identificar as territorialidades exercidas, caracterizando seus aspectos socioeconômicos e ambientais, em territórios turísticos no Mato Grosso do Sul, com recorte geográfico sobre o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul - MONAGLA (Figura 01).

Localizado no município de Bonito-MS, a 19 km da sede do município, sob as coordenadas 21°08'39" (latitude) e 56°35'25" (longitude), o MONAGLA é uma Unidade de Conservação da categoria de proteção integral, criada pelo decreto estadual nº 10.394, em 11 de junho de 2001 para garantir a integridade das Grutas Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, cavidades de indiscutível interesse científico e patrimonial. Ressalta-se também que o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul está inserido na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a menos de 01 (um) km de distância da divisa-sul.

Por se tratar de uma cavidade, diferentes instituições têm competência sobre o patrimônio em questão. Como bem da União, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, o Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – CECAV, é que de fato faz a proteção e a gestão de todo patrimônio espeleológico existente em território nacional; o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por ter tombado as Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida como patrimônio nacional ainda nos idos de 1978; o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que decretou as áreas como unidade de conservação estadual em 2001, e a Prefeitura Municipal de Bonito, que sistematizou e organizou todos os procedimentos de gestão da visitação turística em vigência atualmente. Estas são apenas algumas das instituições vinculadas diretamente ao objeto de estudo.

Para entender o sistema territorial é preciso buscar na estrutura de seu funcionamento as territorialidades que determinam as relações sociais e econômicas engendradas pelas estratégias combinadas (ou não) dos diferentes atores (indivíduos, empresas, grupos sociais e Estado). Assim, o pressuposto teórico utilizado para a caracterização dos elementos do espaço geográfico em análise foram aqueles recomendados por SANTOS (1985), através da

descrição dos homens, das firmas, das instituições<sup>3</sup>, da infra-estrutura e do meio ecológico compreendido no MONAGLA.

## Bonito Rios, Vias de Acesso e Monumento Natural Gruta Lago Azul

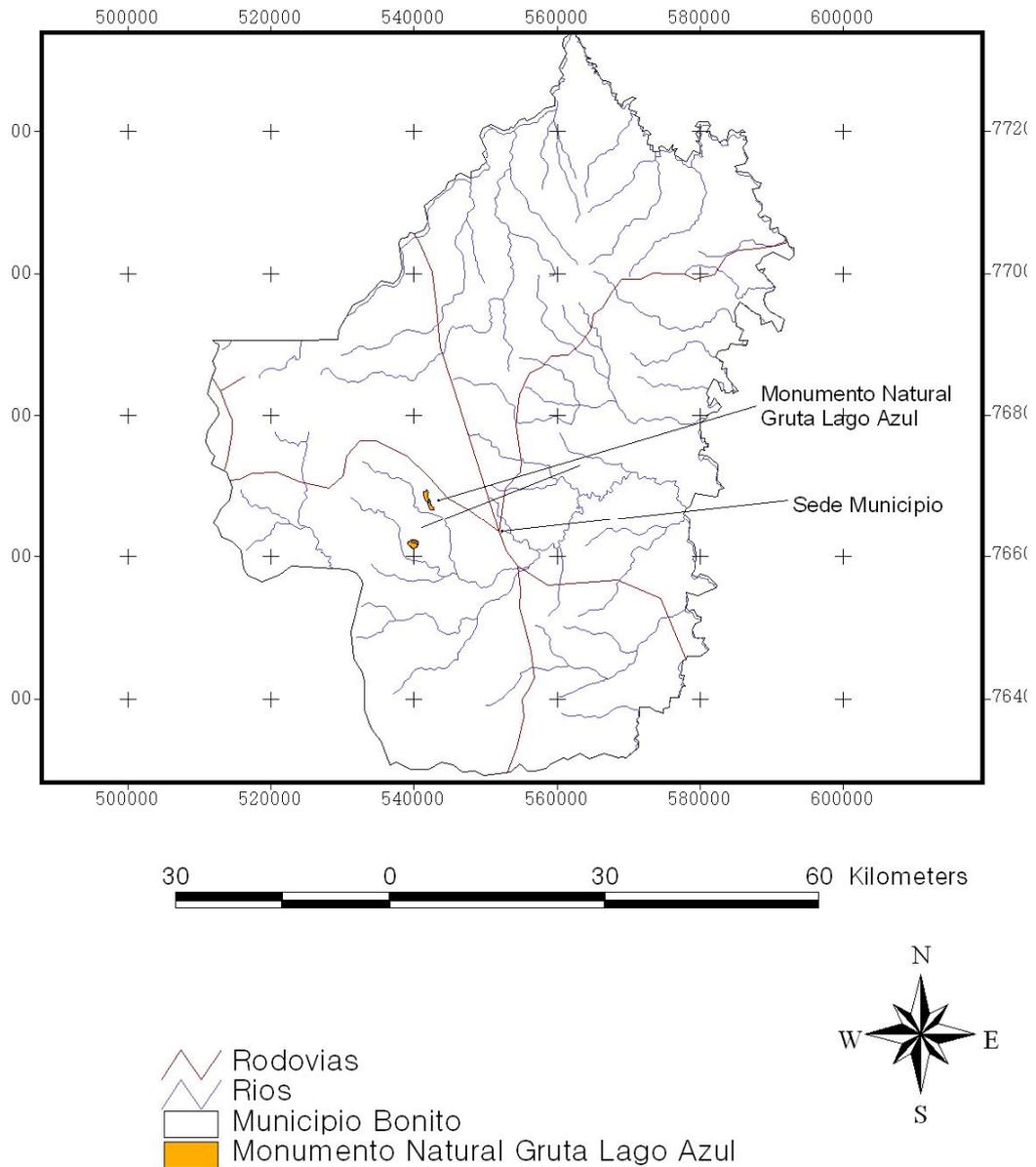


FIGURA 01: Localização do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul

Fonte: Gerência de Unidades de Conservação IMASUL/2008

<sup>3</sup> Neste trabalho, o uso da palavra Instituição refere-se ao elemento do espaço descrito por SANTOS (1985) que designa-as como aquelas que produzem normas, ordens e legitimações

Com o propósito de analisar as territorialidades exercidas em uma unidade de conservação (MONAGLA), bem como as estratégias das diferentes Instituições apontadas como relevantes no processo de gestão, buscou-se também, a fim de alcançar o objetivo geral, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as territorialidades envolvidas na gestão do MONAGLA;
- Caracterizar o processo de turistificação nos diferentes ambientes protegidos e,
- Avaliar a contribuição da unidade de conservação para o processo de desenvolvimento regional e local.

Posto isto, foi possível responder às seguintes questões norteadoras da pesquisa: Quais as territorialidades envolvidas na gestão do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul? Como ocorre o processo de turistificação em ambientes protegidos no município de Bonito? Qual a contribuição da unidade de conservação – Monumento Natural da Gruta do Lago Azul – para o processo de desenvolvimento regional e local?

A singularidade da região onde está localizado o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, a preocupação com a demanda crescente pelo turismo em contato com a natureza e a carência de estratégias de gestão para esta atividade em unidades de conservação constituíram-se nas principais motivações para a definição desta pesquisa. Destaca-se ainda o interesse particular da pesquisadora que, profissionalmente, atua no planejamento, manejo e gestão de unidades de conservação no Estado de Mato Grosso do Sul.

Estudo qualitativo e quantitativo, de natureza exploratória e com alcance temporal, esta pesquisa utilizou como procedimento metodológico levantamento bibliográfico e documental, entrevistas semi-estruturadas, questões com respostas abertas e fechadas visando obter maior entendimento do objeto de pesquisa.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta aspectos sobre a geologia, o turismo e o meio ambiente na região geográfica da Serra da Bodoquena. A segunda seção contempla a apresentação dos procedimentos metodológicos, com a caracterização da pesquisa científica, a especificação do seu caráter quantitativo e qualitativo, os procedimentos de coleta e análise de dados, questionários e entrevistas, bem como as contribuições teóricas acerca de território, territorialidades, unidades de conservação e turismo. Os elementos constituintes do MONAGLA e a descrição de suas particularidades são apresentados na terceira seção. Já os resultados dos questionários aplicados e a organização das entrevistas, a partir dos dados qualitativos e quantitativos, e suas respectivas análises são descritas na quarta seção.

Sobre os resultados da pesquisa, evidencia-se que as territorialidades são tanto turísticas, quanto ambientais e sócio-econômicas. A emergência de uma nova territorialidade, a geológica, pode contribuir para a efetiva gestão da unidade de conservação em análise, bem como para o desenvolvimento regional. Ao término da pesquisa, pretende-se disponibilizar os resultados obtidos às Instituições investigadas e envolvidas na gestão da unidade de conservação, no intuito de contribuir para a elaboração de uma agenda de trabalho em conjunto que favoreça a implementação dos objetivos da UC, a partir da recomendação de ações e intervenções necessárias.

Salienta-se a necessidade de uma atenção especial para a Serra da Bodoquena, não com o intuito de propiciar uma melhor oferta turística ou captar um maior número de visitantes, mas de despertar uma atitude cidadã e ética no que se refere aos recursos ambientais e a democratização do acesso à região. Para tanto, o (re) conhecimento das áreas protegidas, em especial as unidades de conservação, faz-se indispensável, especialmente pelos benefícios e serviços ambientais agregados.

# 1 A DIMENSÃO DO PARAÍSO: ASPECTOS GEOLÓGICOS, TURÍSTICOS E AMBIENTAIS DA SERRA DA BODOQUENA

O MONAGLA, objeto deste estudo, localizado no Município de Bonito–MS, faz parte do Planalto da Bodoquena, que é praticamente todo constituído por rochas carbonáticas muito puras, originadas por deposição no fundo de um antigo oceano que ali teria se formado há 550 milhões de anos. Assim, Boggiani (1999) apresenta as seguintes considerações:

Os calcários expostos no Planalto da Bodoquena tiveram origem entre 550 e 570 milhões de anos, durante o período Pré - Cambriano, quando ali se abriu um oceano. Durante a formação deste oceano não existia a Cadeia dos Andes e muito menos o Pantanal, cuja origem teria ocorrido há 60 milhões de anos. (BOGGIANI, 1999:15)

Com feições de relevo cárstico<sup>4</sup>, este planalto faz parte da porção centro-sul do Estado de Mato Grosso do Sul, na borda do Pantanal do Nabileque, onde se localizam os municípios de Bodoquena, Bonito e parte de Jardim, Guia Lopes, Porto Murtinho e Miranda (FIGURA 02). Esta unidade geomorfológica é sustentada por rochas carbonáticas do Grupo Corumbá de idade pré-cambriana, e apresenta forma alongada, na direção norte-sul, com 200 km de comprimento e largura variando de 10 a 70 km. Inclinado para leste, tem em sua borda oeste, escarpa de 200 m de desnível, voltada para o Pantanal. No centro há um maciço rochoso onde se localizam as maiores altitudes que atingem por volta de 750 m. Neste maciço, denominado Maciço do Rio Perdido, as rochas são aflorantes, com densa floresta ainda preservada. À leste, as altitudes diminuem gradativamente até onde o planalto se limita com a planície do Rio Miranda com altitude variando entre 200 e 300 m, já em Bonito a altitude é de 330 m na cidade.

As rochas presentes no substrato rochoso são solúveis e dão origem a inúmeras cavernas, dolinas e demais feições de relevo cárstico. Os rios que drenam o planalto nascem em rochas carbonáticas muito puras, resultam em águas límpidas e bicarbonatadas, o que proporciona os depósitos carbonáticos fluviais denominados tufas calcárias (BOGGIANI:1999). Estas tufas calcárias têm o crescimento relacionado ao desenvolvimento de musgos e algas microscópicas, dando origem a formações de grande valor cênico. São

---

<sup>4</sup> A palavra carste é a adaptação para a língua portuguesa do termo *karst*, o qual, por sua vez, é originário da antiga palavra européia *karra*, que significa pedra e empregada pelos habitantes da Eslovênia, na fronteira com a Itália, onde a presença de rocha calcária deu origem a um relevo caracterizado por rochas expostas com inúmeras feições de dissolução (BOGGIANI, 1999:15).

depósitos carbonáticos muito frágeis, diretamente dependentes das condições de qualidade das águas e intensamente procurados como atrativos turísticos.

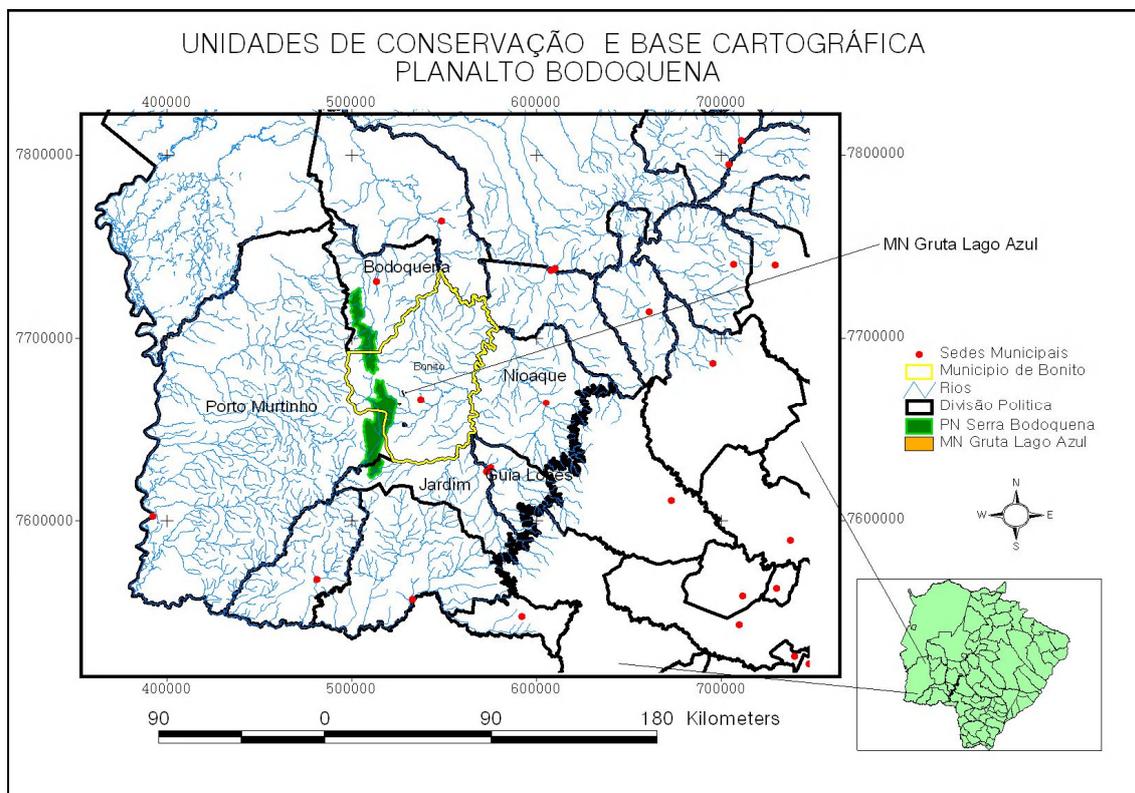


Figura 02 - Unidades de Conservação e Município de Abrangência

Fonte: Setor de Geoprocessamento da Gerência de Unidades de Conservação, IMASUL, 2009.

Constitui uma província espeleológica, ou seja, “uma região pertencente a uma mesma formação geológica onde ocorrem grandes corpos de rochas carbonáticas suscetíveis às ações cársticas” (LINO & ALLIEVI, 1980 *apud* LOBO, 2006). Até 2007, estavam cadastradas na Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE, 101 cavidades na Serra da Bodoquena, das quais 50 encontravam-se topografadas (SBE, 2008). De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), os levantamentos do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV) para o plano de manejo resultaram na descoberta de mais 80 novas cavidades, ainda não cadastradas.

Diversos cientistas reforçam que existem indícios da existência de grandes sistemas de cavernas inundadas na Serra da Bodoquena, entretanto a dinâmica das águas em seu subsolo ainda é pouco conhecida (SALLUN *et al*, 2004 *apud* LOBO, 2006).

## 1.1 Potencial Geológico da Serra da Bodoquena

Segundo Lino (2005, *apud* LOBO 2006) existe 52 cavidades com uso turístico no Brasil enquanto que para Marra (2001, *apud* LOBO 2006) são em número de 88 cavidades naturais com a mesma característica. Ainda no mesmo estudo, Lobo (2006) apresenta um número estimado de 100 cavidades naturais, que levam em conta motivações ligadas ao lazer, contemplação, aventura e religião.

A potencialidade da Serra da Bodoquena é apontada por Boggiani & Clemente (1999) na passagem a seguir:

As cavernas da região são caracterizadas por salões de grandes dimensões. São raras as que apresentam condutos e rios subterrâneos como normalmente ocorrem nas cavernas de outras regiões cársticas brasileiras. Outra marcante característica das cavernas da Serra da Bodoquena é a existência de cavidades subterrâneas submersas. As dimensões destas cavidades têm surpreendido, tendo sido objeto de diversas expedições de exploração subaquática. A primeira expedição, organizada pelo grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas em 1992, identificou a profundidade de 55 metros para o lago existente ao fundo da Gruta do Lago Azul. As demais cavidades subterrâneas apresentaram profundidades superiores a 60 metros, como o abismo Anhumas. Ao sul de Bonito, situa-se a Lagoa Misteriosa, originada numa dolina de dissolução onde, em recente exploração, foi determinada coluna de água de 220 m de profundidade. Tais características têm chamado a atenção de mergulhadores brasileiros e estrangeiros, o que vem permitindo classificar a região como uma entre as melhores do mundo para atividades de espeleomergulho. (BOGGIANI & CLEMENTE, 1999:26).

De acordo com Lobo (2006), o número de cavidades naturais na Serra da Bodoquena ainda é incerto, entretanto pode-se apontar aproximadamente 150 cavidades já identificadas, sendo que grande parte delas fora descoberta pelo meio científico a partir da realização das Avaliações Ecológicas Rápidas, em 2005, para a elaboração do plano de manejo do PARNA da Serra da Bodoquena. O autor cita ainda que somente em uma expedição, foram catalogadas 37 novas cavidades.

De um modo geral, Sallum Filho & Karmann (2005 *apud* LOBO 2006) ressaltam que

O verdadeiro potencial espeleológico da Serra da Bodoquena está nas cavernas subaquáticas, que exibem desenvolvimentos maiores que a média da região. [...] Além disso, outra característica importante do carste da Serra da Bodoquena é a presença de espeleotemas submersos e subaquáticos em algumas cavernas que se encontram atualmente abaixo do nível d'água. Espeleotemas como estalactites e estalagmites encontram-se submersos, abaixo da zona de oscilação do nível d'água sazonal. Outros espeleotemas se originaram já em ambientes subaquáticos, como crostas e cones. Estas feições evidenciam variações significativas do nível d'água nos últimos milhares de anos. (SALLUM FILHO & KARMANN, 2005:46 *apud* LOBO,2006-82).

Expedições científicas já revelaram a existência de fósseis em cavidades submersas na região. De acordo com Lobo (2006),

Na nascente do rio Formoso, pesquisadores do Museu Nacional encontraram em 2003 um fóssil de *Stegomastadon*, um mastodonte. Em 1992, uma missão franco-brasileira encontrou fósseis de três gêneros na Gruta do Lago Azul: *Eremotherium*, *Smilodon* e *Glyptodon*, uma preguiça, um tigre-dente-de-sabre e um tatu, respectivamente. São encontrados na Serra da Bodoquena *estromatólitos* (Boggianni *et al.*, 1993), indícios de atividade biológica em lagoas do pré-cambriano. (LOBO, 2006: 102).

Além do registro fossilífero apresentado, as cavernas inundadas consistem em potencial fonte de endemismos, novas descobertas e ampliação de área de ocorrência de espécies.

O crustáceo *Potiticoara brasiliensis*, uma das três espécies da ordem Spelaeogriphacea, foi encontrado pela primeira vez na Gruta do Lago Azul. Constitui-se no único representante da ordem encontrado no Brasil, porém achados posteriores ampliaram a sua distribuição (Magalhães, 2000; Morachioli, 2002). Nessa cavidade também foi descrito pela primeira vez o crustáceo *Megagidiella azul*, da ordem Amphipoda, posteriormente identificado em outras localidades. Uma espécie endêmica de cascudo, denominada *Ancistrus formoso*, foi descrita com base em exemplares coletados na nascente do rio Formoso, não tendo sido até hoje identificada em outro local (SABINO & TRAJANO, 1997 *apud* LOBO, 2006).

Por estes endemismos, a visitação praticada em cavidades exige que sejam delineadas regras para a utilização adequada de forma a minimizar os impactos decorrentes da atividade. Para tanto, é fundamental a elaboração de um plano de manejo espeleológico, uma vez que a partir de pesquisas específicas, este documento irá apresentar um conjunto ou uma estrutura de informações que se destinam a disciplinar o acesso e uso do patrimônio para fins turísticos, bem como estabelecer condições exequíveis de planejamento, orientando procedimentos de intervenções previstas, de forma a produzir o menor impacto possível nestas cavidades.

Os primeiros registros de visitação em cavernas no Brasil datam de 1690 quando se iniciaram romarias à gruta do Santuário de Bom Jesus, no interior da Bahia. Lobo (2006), ainda informa que de todas as formas de exploração de uma caverna, o turismo é um dos menos degradantes, pois a existência da atividade espeleoturística em bases ecoturísticas depende que estas cavidades estejam em estado próximo ao natural para existir. Entretanto, o que se observa é que, seja para o turismo religioso ou de lazer, muitas cavernas possuem infra-estrutura de acesso, sendo que algumas foram altamente modificadas para oferecer maior facilidade aos visitantes. Assim, verifica-se que este ambiente natural pode ser consideravelmente descaracterizado para se tornar acessível à visitação.

No Mato Grosso do Sul, das cavidades que têm potencial para a atividade turística, destacam-se algumas existentes no Planalto da Bodoquena, conforme as apresentadas a seguir (Quadro 01):

Quadro 01– Principais cavidades naturais subterrâneas com potencial turístico no Planalto da Bodoquena

Nº.	NOME	MUNICÍPIO
01	Gruta do Lago Azul	Bonito
02	Gruta do Mimoso	Bonito
03	Buraco das Araras	Jardim
04	Lagoa Misteriosa	Jardim
05	Nascente do Rio Formoso	Bonito
06	Gruta São Miguel	Bonito
07	Abismo Anhumas	Bonito

Fonte: CECAV, 2008. Organizado pela autora.

Conforme Moura & Soller (2003),

O aspecto do relevo cárstico, aliado a porções de mata ainda preservada, torna o Planalto da Bodoquena uma paisagem singular e de excepcional beleza, sendo ambiente ideal para a prática de atividades ligadas ao ecoturismo. Os atrativos naturais presentes no Planalto da Bodoquena merecem tratamento diferenciado, dado à sua fragilidade. As cavidades naturais subterrâneas constituem ambientes únicos, onde ocorrem espécies endêmicas. Nas grutas da região ocorre intensa atividade microbiana na qual o fomento da atividade turística de forma desordenada e sem planejamento, compromete todo o ecossistema. (MOURA & SOLLER, 2001:22)

Os procedimentos para regularização e/ou licenciamento de cavernas com finalidade turística no Brasil ocorreu em meio a muitas discussões. No Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, Boggiani relata que:

O motivo que conduziu ao envolvimento de uma ampla equipe de trabalho e diversas instituições vem em função do objetivo de se apresentar um estudo que sirva de referência aos demais para abertura de novas cavernas e ordenamento da visitação turística nas já existentes, ressaltando o fato de que até o presente estudo, nenhuma caverna brasileira ter recebido ainda o licenciamento ambiental através da análise de EIA-RIMA. (MATO GROSSO DO SUL, 2007a)

Assim, destaca-se que a Gruta do Lago Azul foi a primeira cavidade no Brasil a ter seu plano de manejo espeleológico, bem como sua aprovação pelo CECAV que atualmente

orienta e coordena todos os procedimentos para autorizar o uso turístico de cavidades, quer elas estejam em áreas públicas, como, por exemplo, em unidades de conservação, ou em propriedades particulares.

No caso de cavidades existentes em unidades de conservação, o procedimento envolve a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico para análise e aprovação do CECAV, bem como a solicitação de cessão de uso da cavidade à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, visto que segundo o Art. 20, inciso X da Constituição Federal, as cavidades naturais subterrâneas são Bens da União, patrimônio público, e como tal, de responsabilidade dos órgãos de meio ambiente compartilhada com a SPU.

No MONAGLA, assim como em outras unidades de conservação (por exemplo, Parque Estadual Turístico Alto Ribeira, em São Paulo; Parque Estadual Terra Ronca, em Goiás; Parque Estadual de Ibitipoca, em Minas Gerais; e o Parque Municipal das Grutas de Botuverá, em Santa Catarina) as cavernas e seu potencial espeleológico são os principais atrativos.

Em se tratando de cavidade localizada em propriedade particular, o procedimento indica a solicitação de licenciamento ambiental para a atividade turística pelo proprietário. Protocolado, o documento deverá indicar qual modalidade de turismo será praticada na cavidade. Após análise da documentação, o CECAV procederá a uma vistoria inicial, emitindo parecer a respeito da referida caverna, e em seguida, em conjunto com o Órgão Estadual de Meio Ambiente, fará o ajuste de procedimentos para a emissão das Licenças Prévia – LP, de Instalação – LI e de Operação – LO, por parte do órgão estadual. De acordo com CECAV (2008),

Os demais encaminhamentos concernentes à licença ambiental do estado serão sempre acordados com o CECAV. Logo, o Centro deverá dar anuência antes da emissão de cada uma das licenças, sempre apresentando ou não as condicionantes que deverão ser incorporadas às licenças. (CECAV, 2008:14)

No Mato Grosso do Sul, as cavidades localizadas em propriedades particulares que estão em processo de licenciamento ambiental são o Abismo Anhumas e Gruta São Miguel (em Bonito). Outras cavidades em licenciamento, mas com estudos incompletos<sup>5</sup>: Lagoa Misteriosa, Gruta do Mimoso e Nascente do Rio Formoso.

---

<sup>5</sup> Informação obtida através de contato com técnico do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV, especialmente para esta pesquisa.

## 1.2 Região Turística Serra da Bodoquena: Descrição e Cenários

Além do potencial mineral e das áreas disponíveis para a pecuária e agricultura como um todo, cabe destacar o potencial turístico da região da Serra da Bodoquena. Considerada pelo Ministério do Turismo um dos 65 destinos indutores do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, a Região Turística Serra da Bodoquena integra dois roteiros já consolidados, inclusive para o mercado turístico internacional. Como já descrito, a definição desta região como prioritária para o desenvolvimento do turismo deve-se ao reconhecimento de sua atratividade enquanto destino turístico e pela demanda já consolidada.

Bonito integra os dois roteiros existentes para a Região: Rota Pantanal Bonito e Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu, onde está previsto o atendimento dos seguintes segmentos: ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e turismo rural (BRASIL, 2008a). Estes roteiros integram o Pantanal, a Serra da Bodoquena e Foz do Iguaçu e configuram-se como um dos principais destinos de turismo do país.

O Programa de Regionalização do Turismo propõe a estruturação de roteiros integrados entre municípios, consolidando a roteirização como forma de ordenamento da oferta turística brasileira. Esta ação é uma forma de ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística, respeitando os princípios da cooperação e integração intersetorial.

Dentre as ações previstas para a Região Turística<sup>6</sup> estão o fortalecimento das instâncias de governança, com apoio do Ministério do Turismo, investimentos com recursos captados pelo Programa PRODETUR-MS e o reconhecimento da Serra da Bodoquena como Geoparque.

Bonito é tema recorrente na imprensa nacional. Eleito pela 7ª vez consecutiva como o Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil em 2008 pela Revista Viagem e Turismo, o município é sempre referenciado por seus atributos paisagísticos e ambientais<sup>7</sup>. Grutas, mergulhos, rios de águas límpidas, cachoeiras, matas relativamente conservadas e culinária regional. Estes elementos são indicadores da imagem agregada ao município de Bonito e que integram o ideário cultural da população e dos visitantes.

Manter esses atributos e uma infra-estrutura para atendimento de uma demanda cada vez mais exigente e mais informada não é tarefa fácil. Sempre citada como uma localidade

---

<sup>6</sup> Informações obtidas através de contato pessoal com técnicos da Fundação de Turismo de MS, especialmente para esta pesquisa.

<sup>7</sup> No Anexo A, são apresentadas cópias de alguns certificados dos prêmios recebidos pelo Município de Bonito.

onde o turismo se preocupa com o meio ambiente (BOGGIANI, 2001), a exploração da atividade em Bonito acarreta sobremaneira o uso dos recursos naturais a partir da intensificação no uso dos equipamentos e infra-estrutura do município. A produção de resíduos e de lixo avolumam os espaços destinados a este fim, mas isso já foi bem pior, conforme relato descrito em Batassini (2008) “[...] no ano de 2002, a área do depósito de lixo do município era um lixão a céu aberto, com muita fumaça pela queima dos resíduos no local e, que, juntamente com a extração da mineradora, preenchiam o céu de Bonito”.

Iniciativas pontuais organizadas pelo terceiro setor e instituições de ensino e pesquisa são citadas como o principal instrumento para a melhoria das condições ambientais do município. Entretanto, muito ainda precisa ser feito. Na opinião de Batassini (2008),

[...] é preciso rever os conceitos de planejamento e trabalhar de maneira integrada e sistêmica, de forma a se adequar à complexidade dos ambientes com potencial de desenvolvimento ecoturístico e atividades de educação ambiental [...] para uma maior sensibilização e melhor qualificação das pessoas abarcadas com as atividades, otimizando o capital físico, econômico e humano. (BATASSINI, 2008:99)

Como já descrito, o turismo, assim como as demais atividades econômicas, se apropria dos recursos naturais para seu desenvolvimento. Em Bonito, a prática do turismo em áreas naturais também sobrecarrega, especialmente, os espaços protegidos, como descrito a seguir.

### 1.2.1 Turismo em Áreas Protegidas: licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos e a reconfiguração do território

A prática de atividades turísticas ou recreativas em contato com a natureza representa um dos segmentos mais promissores do mercado de turismo, com crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano<sup>8</sup> Jornais, TV, eventos temáticos, produtos, guias especializados e trabalhos acadêmicos abordam atividades turísticas e de lazer, que têm a natureza com principal motivação para experiências e vivências diferenciadas do ambiente urbano.

Na análise de Dale (2005), no campo da conservação da natureza,

[...] o turismo, assumindo vestes e conteúdo de ecoturismo, ocupa lugar de destaque. É um dos mais sugeridos dentre os negócios ambientalmente corretos listados para

---

<sup>8</sup> Segundo diversos autores, o ecoturismo é o segmento de mais rápido crescimento no mercado internacional do turismo (Ceballos-Láscuráin, 1996)

áreas protegidas, sejam unidades de conservação legalmente estabelecidas ou outros espaços protegidos. (DALE, 2005:5)

Documentos oficiais da Comissão Mundial de Áreas Protegidas – CMAP e da União Mundial pela Natureza – IUCN que tratam desta questão são inúmeros e comprovam esta afirmação. Em documentos voltados especificamente ao ecoturismo ou ao turismo em áreas protegidas, o ecoturismo desponta como aliado potencial dos territórios protegidos, se devidamente bem manejado.

Em outros documentos globais, como *Estratégias Mundiais para a Conservação* (IUCN, 1984) e a publicação *Nosso Futuro Comum*, o turismo passa a ocupar este espaço vital como instrumento de conservação da natureza. De acordo com Dale (2005:6), um documento formulado por vários especialistas sob coordenação de uma das maiores autoridades mundiais em ecoturismo, Héctor Ceballos-Láscuráin, apresentado em maio de 2002 durante a Sexta Conferência Mundial das Partes (COP6), no contexto da Convenção da Diversidade Biológica, apresenta, entre outros, 20 (vinte) tipos gerais de impactos gerados a partir do turismo sobre o meio ambiente e a diversidade biológica, e é construído com a finalidade de promover ações positivas sobre a diversidade biológica, como a recuperação de áreas degradadas, o incentivo ao monitoramento de áreas visitadas, entre outras.

Atualmente, as unidades de conservação privadas, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs e mesmo as governamentais têm atrelada a geração de parte dos recursos para seu funcionamento aos ganhos decorrentes da visitação em seus atrativos. Entre tantos outros, um grande avanço foi obtido ao longo destes anos, e merece destaque no centro da discussão do ecoturismo e conservação da biodiversidade a ampliação da visão que se tem das estratégias para conservação da biodiversidade. Tal ampliação das estratégias deve ser entendida no sentido de se somar aspectos, sem perder aqueles anteriores, também fundamentais.

*La materia prima del turismo son los atractivos turísticos. Estos constituyen la causa principal que motiva a las personas a viajar hasta ellos, tanto para conocerlos, como para disfrutar del consumo de las actividades que se programen con el fin de satisfacer sus expectativas. (BOULLON, 2000)*

Entretanto, cabe ressaltar que a atividade turística em áreas naturais não ocorre somente em unidades de conservação. O turismo também é largamente desenvolvido em outras áreas protegidas como, por exemplo, nas Reservas Legais das propriedades e nas Áreas de Preservação Permanente – APP. De acordo com a Lei 4.771/1965, as APPs são florestas e

demais formas de vegetação natural, públicas ou particulares onde a supressão total ou parcial da vegetação só é permitida para a execução de projetos de interesse social ou de utilidade pública, mediante prévia autorização do órgão ambiental. Já as reservas legais são áreas em que os proprietários rurais devem manter intocadas. Nesses locais não é permitido o corte raso da cobertura vegetal.

A utilização dessas áreas para a implantação de trilhas, mirantes, *decks* e outras estruturas de apoio ao turista é a situação mais freqüente nas propriedades que têm o turismo como uma das principais atividades econômicas e a base para sustentação financeira de suas propriedades, em detrimento do meio ambiente.

O principal desafio está em um turismo desenvolvido de maneira harmônica e integrada, de forma que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sócio-cultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade.

Observa-se uma grande oportunidade para o resgate e conservação das áreas de preservação permanente, principalmente de matas ciliares que, além de suas funções de proteção de mananciais constituem-se também em excelentes corredores ecológicos, conectando fragmentos isolados, essenciais à manutenção da diversidade. Além disso, deve-se primar pela regularização de reservas legais em propriedades localizadas no entorno de UCs, de forma a ampliar as possibilidades de conservação *in situ*.

A diversidade de belezas naturais no Mato Grosso do Sul atrai milhares de pessoas todos os anos<sup>9</sup>. A demanda crescente favoreceu a um rápido desenvolvimento do setor turístico e também colocou este potencial natural e paisagístico sob risco de degradação ambiental. Grande parte das atividades ligadas ao turismo na região da Serra da Bodoquena ocorre nas áreas de preservação permanente e na reserva legal das propriedades, em empreendimentos que foram instalados sem a devida licença ambiental e que começa a preocupar a classe empresarial mais séria, que promoveu investimentos de grande porte, pois tal procedimento coloca em jogo a atividade turística do espaço geográfico. (MARIANI, 2000)

A construção de trilhas, a instalação de infra-estruturas de apoio à visitação em áreas de preservação permanente e o recebimento de visitantes muitas vezes em número superior ao de capacidade de suporte da trilha, ocasionando diversos problemas ambientais, fez com que o Poder Público revisasse seus procedimentos e instalasse ações para disciplinar e ordenar a atividade na Serra da Bodoquena (BOGGIANI & CLEMENTE, 1999).

---

<sup>9</sup> Conforme estimativas da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, o município recebe em média 70.000 turistas por ano.

O maior reflexo dessa ação foi a atuação da Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito. Em 2002, quando o promotor Luciano Loubet assumiu suas funções, iniciou-se uma campanha com o órgão ambiental para regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos da região. Nesta época, dos 80 atrativos existentes, apenas três possuíam licença ambiental.

A ação da Promotoria de Justiça em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente resultou na notificação de vários empreendedores, a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, algumas ações civis públicas foram ajuizadas e interdição de alguns passeios, conforme reportagens do Anexo B.

Em Mato Grosso do Sul, a abertura de trilhas, instalação de *decks*, passarelas e outras instalações de apoio à visitação deve ter projeto previamente avaliado e aprovado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, que é o órgão ambiental vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia.

### **1.3 Conservação da Biodiversidade na Serra da Bodoquena**

A Serra da Bodoquena, por sua significativa biodiversidade, é espaço onde incidem vários mecanismos de proteção e onde foram criadas diferentes categorias de unidades de conservação. De acordo com BRASIL/MMA (2008a), a inclusão da Serra da Bodoquena sob o Domínio de Mata Atlântica foi uma estratégia política de setores ambientalistas brasileiros para a proteção de remanescentes florestais que outrora foram uma grande floresta contínua. Além disso, o *workshop* “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal”(1998) aponta a Serra da Bodoquena como área de extrema importância biológica e prioritária para a conservação da biodiversidade, favorecendo o estabelecimento de corredores de biodiversidade.

Com relação aos corredores de biodiversidade, Brambila & Pelin (2006) informam que os mesmos:

[...] são grandes unidades de planejamento que têm como principal objetivo compatibilizar a conservação da natureza com um desenvolvimento econômico ambientalmente responsável e mais adequado às características sociais da região. Além disso, nesses espaços as atividades humanas devem ser desenvolvidas visando manter ou restaurar a ligação entre as áreas naturais e garantir a sobrevivência do maior número de espécies e o equilíbrio dos ecossistemas em longo prazo. (BRAMBILA & PELIN, 2006:9)

Cobrimdo áreas protegidas, zonas de agricultura e pecuária e terras de uso menos intensivo, os corredores de biodiversidade entre Cerrado e Pantanal se estendem por mais de 800.000 Km<sup>2</sup> nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As principais áreas para conservação e conectividade, chamadas de âncoras ou núcleos do corredor, são: o PARNA das Emas (GO), o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari (MS), a RPPN da Fazenda Rio Negro (MS), o PARNA Pantanal Mato-grossense (MT), o PARNA da Serra da Bodoquena (MS), a Terra Indígena Kadiwéu e o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro (MS).

Por se tratar de uma área bastante extensa, o que dificultava as ações de implementação do mesmo, o Corredor Cerrado - Pantanal foi dividido em quatro corredores menores: Corredor Serra de Maracajú – Negro; Corredor Miranda – Serra da Bodoquena, Corredor Cuiabá – São Lourenço, Corredor Emas – Taquari. (BRAMBILA & PELIN, 2006).

Ao se considerar especificamente o Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena (Figura 03), ressalta-se que este

[...] ocupa uma posição estratégica no continente sul-americano por estar em uma área de contato entre os biomas brasileiros Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e o Chaco úmido, o que lhe confere uma alta relevância quanto a padrões biogeográficos de fauna e flora. Além disso, características regionais também contribuem para sua relevância ambiental, como a presença da Serra da Bodoquena, uma importante zona de recarga de aquífero e divisor de águas que abastece as principais bacias hidrográficas da região, e ainda abriga o maior remanescente de Floresta Estacional Decidual do Estado do Mato Grosso do Sul. (BRAMBILA & PELIN, 2006:9)

Além do PARNA da Serra da Bodoquena, principal unidade de conservação no Corredor, existem ainda o MONAGLA e o MONA do Rio Formoso, unidades de conservação municipais, RPPNs e terras indígenas<sup>10</sup>. Além da conservação proporcionada por UCs públicas, cabe destacar as iniciativas particulares para a conservação da natureza na região. As RPPNs da Fazenda da Barra, São Geraldo, Cabeceira do Prata e Buraco das Araras contribuem para a consolidação de corredores ecológicos, contribuindo significativamente na conservação da biodiversidade.

Outras iniciativas a serem mencionadas são a da Promotoria de Justiça de Bonito, através do Programa Formoso Vivo<sup>11</sup> que, a partir de um diagnóstico ambiental nas

---

<sup>10</sup> Para maiores informações, consultar BRAMBILLA, M. & PELLIN, A. (coord) Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena: Ações prioritárias do Plano de Conservação e Implementação. Relatório técnico final. Campo Grande, MS: Fundação Neotrópica do Brasil e Conservação Internacional do Brasil. V2.

<sup>11</sup> Disponível no <http://www.mp.ms.gov.br/portal/formosovivo>

propriedades localizadas ao longo do rio Formoso, propôs ações para promover a adequação ambiental das propriedades rurais ao regime jurídico-ambiental vigente (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2008).

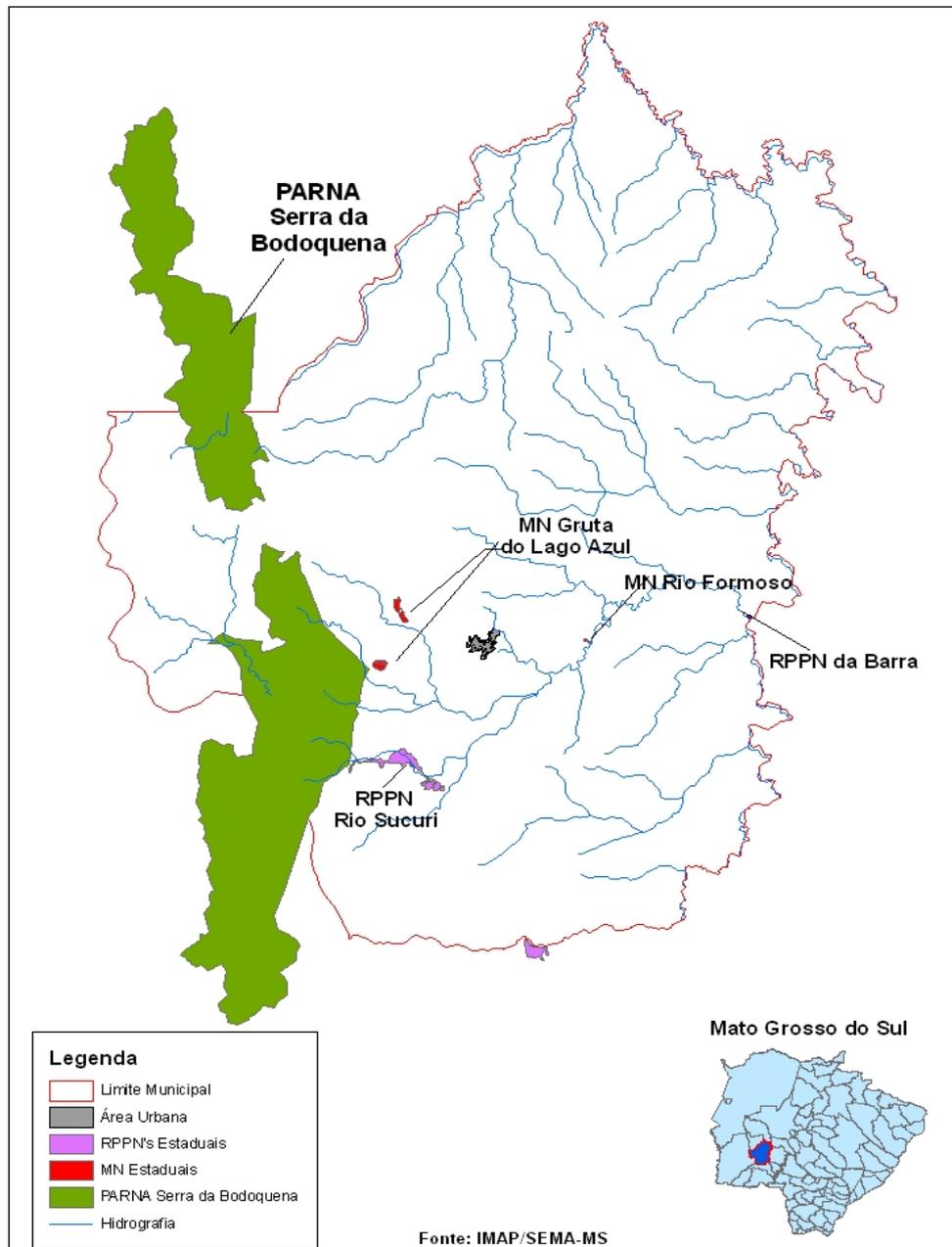


Figura 03 - UCs localizadas no Corredor Miranda - Serra da Bodoquena  
Fonte: IMASUL. Organizado por Torrecilha (2007)

### 1.3.1 Parque Nacional da Serra da Bodoquena

O PARNA da Serra da Bodoquena (Figura 04), única UC federal localizada integralmente no Estado do Mato Grosso do Sul, foi criado por Decreto Federal em 21 de setembro de 2000. Possui uma área de 76.481 ha e perímetro total de cerca de 280,92 quilômetros, compreendendo os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho, em dois fragmentos: norte (27.793 ha) e sul (48.688 ha).

O Parque foi criado com o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

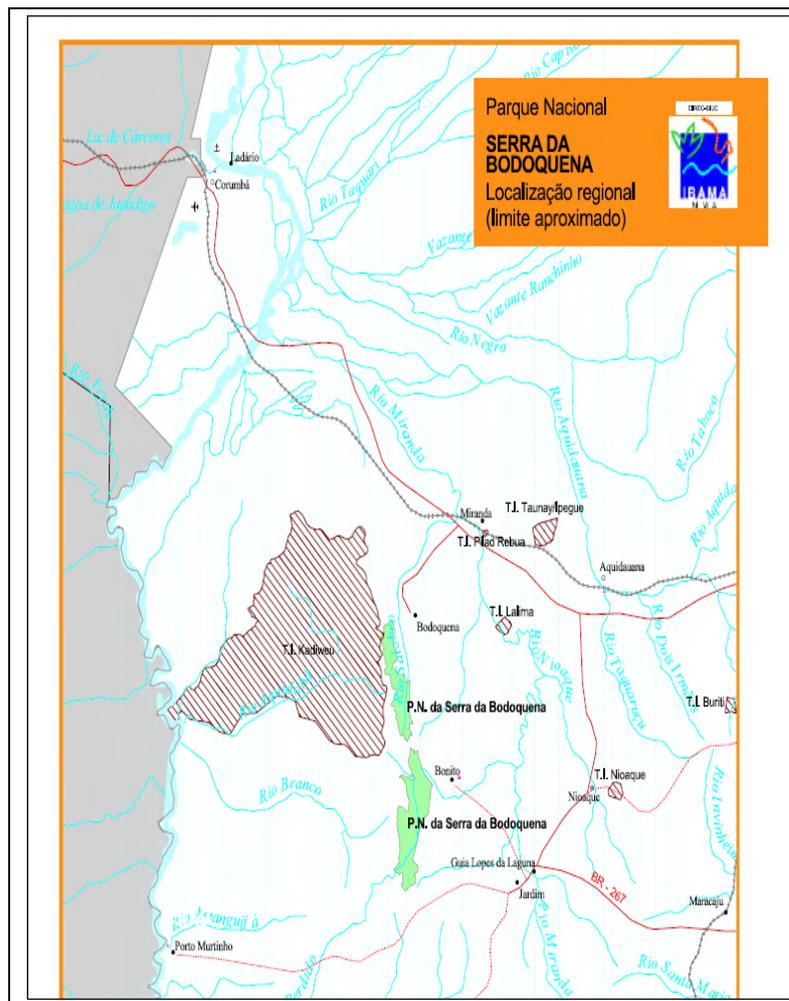


Figura 04 - Localização do PARNA da Serra da Bodoquena

Fonte: BRASIL, 2008b.

A porção oeste da Serra da Bodoquena encontra-se inserida em planalto escarpado, que se desenvolve no sentido da planície do Pantanal. A porção leste apresenta um relevo suavemente inclinado, em transição para a planície de inundação do rio Miranda. O PARNA da Serra da Bodoquena apresenta uma forma alongada no sentido norte-sul, com cerca de 300 km de comprimento e largura variando de 20 a 50 km, envolvendo afloramentos importantes de rochas calcárias do Grupo Corumbá, conforme Figura 05. (BRASIL/MMA, 2008a).

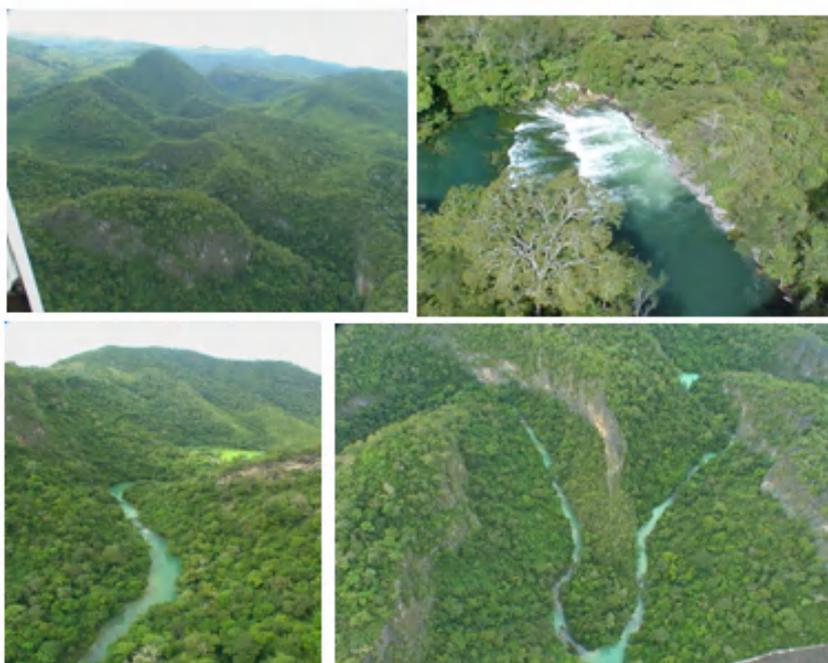


Figura 05 - Imagens aéreas de diferentes ângulos do PARNA Serra da Bodoquena

Fonte: <http://www.ibama.gov.br/siucweb>. Acesso em 28/01/08

O PARNA da Serra da Bodoquena inclui a cabeceira de rios com importância regional no sudoeste do Mato Grosso do Sul: rio Perdido ao sul, rio Formoso a leste, rio da Prata a sudeste e rio Salobra ao norte. Tanto o Salobra, como o Formoso e o Prata são tributários do Miranda, ao passo que o Perdido deságua no rio Apa. Os rios Miranda e Apa estão entre os principais tributários da margem esquerda do rio Paraguai, que por sua vez é um dos principais rios do Brasil, formalmente incluído na Bacia Platina. Nos trechos altos dos rios da

Prata, Formoso e Perdido existem extensos banhados, dos quais apenas o do rio Perdido insere-se parcialmente no parque. (Parque Nacional da Serra da Bodoquena, 2008).

Observa-se que os distintos ambientes do PARNA da Serra da Bodoquena estão inseridos em uma região onde a paisagem ainda não foi totalmente descaracterizada. Portanto, há conectividade entre a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Formoso, o PARNA da Serra da Bodoquena, o Monumento Natural do Rio Formoso e as RPPNs São Geraldo e Fazenda da Barra. A proximidade com o MONAGLA, separado do parque por um pasto a uma distância de 600 m, permite considerar as duas UCs como interligadas (Figura 06).

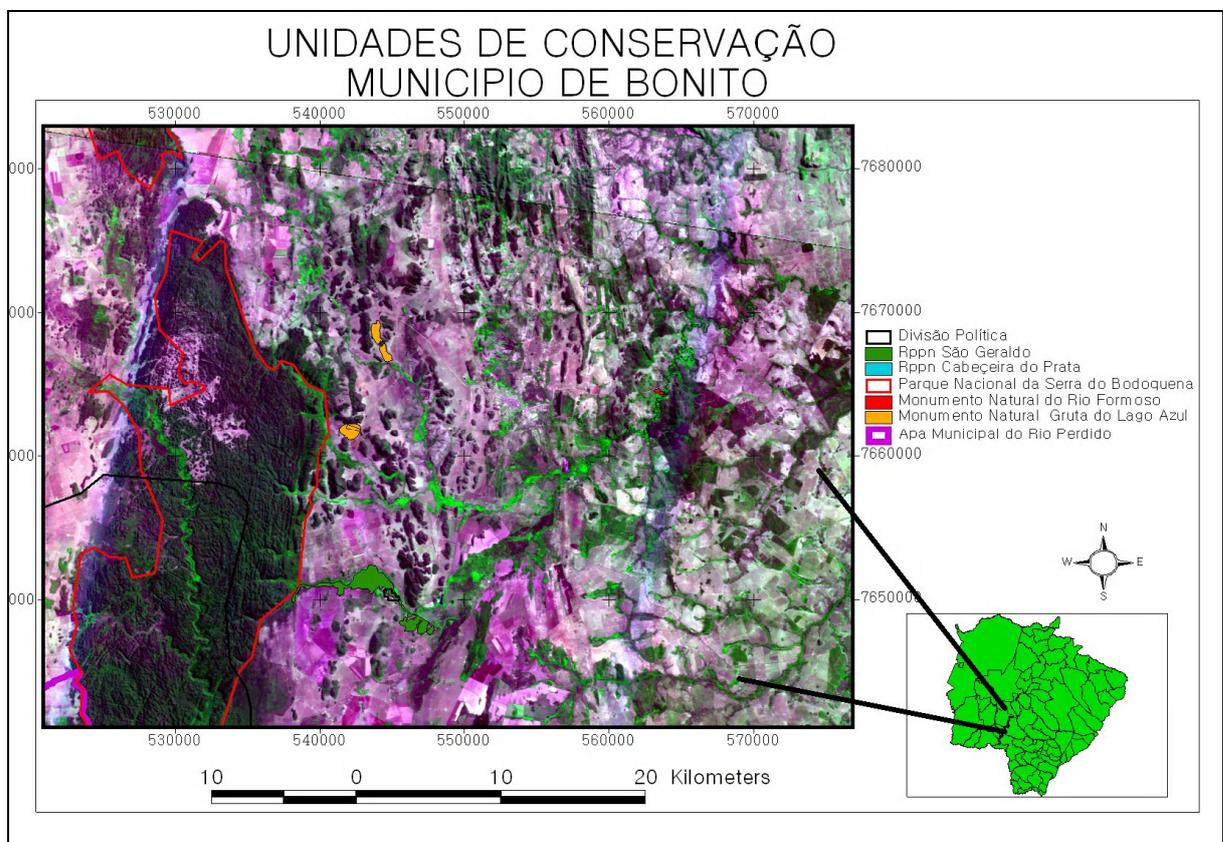


Figura 06 - Proximidade do PARNA Serra da Bodoquena com o MONAGLA  
Fonte: Gerência de Unidade de Conservação IMASUL, 2009.

### 1.3.2. Monumento Natural do Rio Formoso

Também conhecido por Ilha do Padre, o MONA do Rio Formoso<sup>12</sup> foi criado para garantir a integridade de um sítio de grande singularidade e beleza, uma vez que se encontrava ameaçado e exigia algum mecanismo de proteção.

A deposição dos carbonatos em tufas calcárias no decorrer da drenagem é responsável pela formação de piscinas naturais e cachoeiras, resultando em uma paisagem rara no território nacional. Os barramentos naturais formados ao longo do rio Formoso, se configuram numa seqüência de lagos interligados, sendo uma das principais atrações turísticas (Figura 07) do local.



Figura 07 - *Rafting* com bote inflável no Rio Formoso  
Fonte: Instituto de Meio Ambiente de MS, 2004.

Além disso, essas tufas calcárias geram grande interesse científico, pois permitem estudos paleoclimáticos e paleohidrológicos, além de apresentar registros fósseis, possibilitando a obtenção de informações sobre as variações climáticas pretéritas. Estas tufas têm crescimento relacionado ao desenvolvimento de musgos e algas, que dão origem a formações de grande beleza cênica.

Em praticamente todas as drenagens que cortam o planalto, há formação de tufas calcárias, o que torna o relevo do Planalto da Bodoquena distinto das demais áreas cársticas brasileiras. No mundo, este conjunto de tufas calcárias talvez seja superado, em beleza e tamanho, apenas pelos depósitos de tufas do Parque Plitvice na Croácia, reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (BOGGIANI, 1999: 3)

---

<sup>12</sup> DECRETO Nº 11.453, DE 23 DE OUTUBRO DE 2003.

Assim, as tufas calcárias da Serra da Bodoquena já se encontram em Lista Mundial indicativa como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. O principal objetivo da UC é preservar sítios com características bióticas e abióticas naturais excepcionais, favorecer a pesquisa científica e a educação ambiental, proteger belezas naturais e propiciar turismo de natureza e recreação compatíveis com a conservação da área.

O receptivo com lanchonete/restaurante, loja de *souvenirs* e sanitários é o único serviço oferecidos ao visitante que percorre as trilhas existentes, pode tomar banho nas cachoeiras ou tão somente desembarcar do passeio de bote inflável no Rio Formoso.

As áreas desapropriadas desde 2003 ainda não foram indenizadas e uma das alternativas para regularização fundiária da UC seriam recursos advindos de compensações ambientais, conforme previsto em legislação<sup>13</sup>. Outra alternativa, seria reconsiderar a proposta da UC ser essencialmente pública. Essa ação implicaria num diagnóstico ambiental criterioso e, a partir da aquiescência dos proprietários, recategorizá-la como um monumento natural formado por áreas privadas. A UC ainda não dispõe de plano de manejo, e uma das propriedades foi arrendada pelo proprietário a um empresário que, após reforma e melhoria geral das infra-estruturas existentes, utiliza o local para o desembarque de turistas do passeio de bote inflável pelo Rio Formoso, balneário e camping<sup>14</sup>.

### 1.3.3 Monumento Natural da Gruta do Lago Azul

O Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, com 275,0707 ha, foi criado em 2001 e está localizado no município de Bonito. As grutas que compõem esta Unidade de Conservação fazem parte do complexo de cavernas da Serra da Bodoquena que têm rara beleza e conservam um conjunto patrimonial e científico de relevância multidisciplinar, devido a seus registros geológicos, geomorfológicos, paleontológicos e biológicos.

---

<sup>13</sup> Art 36 da Lei 9985/2000 e Resolução CONAMA 371/2006.

<sup>14</sup> Apesar da atividade turística neste empreendimento não ser licenciada (o período de trâmite do processo com a solicitação de renovação de licença de operação do empreendimento, pelo empreendedor, coincidiu com a criação da unidade de conservação e desta forma o processo encontra-se hoje arquivado, todas estas atividades são desenvolvidas. Registra-se que em consulta a um site de busca na Internet, verificou-se que todos os sites pesquisados, inclusive o site oficial do município ([http://www.bonitoonline.com.br/turismo/passeios\\_ilhadopadre.asp](http://www.bonitoonline.com.br/turismo/passeios_ilhadopadre.asp)) apontam a “Ilha do Padre” como área de camping, mesmo sem que o local disponha de infra-estrutura e licença para tal. Mesmo declarada de utilidade pública para desapropriação, a área encontra-se à venda pelo valor de R\$ 3 milhões, conforme informações fornecidas via fone pelo corretor de imóveis. maiores informações, acesse [http://www.infoimoveis.com.br/pop\\_view.htm?id=MTg0MDY=](http://www.infoimoveis.com.br/pop_view.htm?id=MTg0MDY=)

O principal objetivo da UC é ampliar e assegurar a integridade física e biológica das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida (fechada para visitação, principalmente pela ausência de infra-estrutura), bem como contribuir para a manutenção do lençol freático na região, preservando estes sítios espeleológicos raros e de grande beleza cênica. Ressalta-se o tombamento destas cavernas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 13 de outubro de 1978<sup>15</sup>.

A visitação à Gruta do Lago Azul é sempre guiada, com prévio agendamento em agências de turismo credenciadas, e percorre a trilha existente, com contemplação do Lago Azul, conforme retratado nas Figuras 08 e 09. A infra-estrutura disponível atualmente é composta por receptivo com lanchonete e loja de *souvenirs* (terceirizado) e sanitários. Observa-se que a gestão da visitação está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bonito, que desde o início das atividades turísticas administrou este atrativo.



Figura 08 - Contemplação da Gruta do Lago Azul e seus espeleotemas

Fonte: <http://www.pbase.com/alexuchoa/image/48748715>, acesso em 28.01.08

---

<sup>15</sup> Processo IPHAN nº 79-T-1978



Figura 09 - Pareidolias da Gruta do Lago Azul, como as iniciais LA, resultados da incidência de luz solar/efeito de refração solar

Fonte: Moura, 2008.

Cabe destacar que o uso turístico da Gruta do Lago Azul é baseado no levantamento e recomendações apontadas no Projeto Grutas de Bonito, realizado em 1984 por Lino *et al* (1984), anterior a exigência de estudo de impacto ambiental, regulamentada pela Resolução CONAMA 001/86, e que apontou diretrizes para o uso turístico desta cavidade. Atualmente a visitação é regulamentada através de Ato Administrativo<sup>16</sup> do órgão gestor do MONAGLA (Anexo C).

Além da caracterização e mapeamento as grutas, o principal resultado deste projeto foi o zoneamento do tipo de uso das cavernas tombadas e proposta, em linhas gerais, do tipo de infra-estrutura a ser implantado nas grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto no Meio Ambiente (MATO GROSSO DO SUL, 2007a),

A partir desta proposta, foi construído caminhamento no interior da Gruta do Lago Azul com a utilização de blocos calcários rejuntados com massa de cimento. A proposta era de facilitar o caminhamento com o mínimo de impacto visual. Nenhuma das recomendações de infra-estrutura para a Gruta Nossa Senhora Aparecida do mencionado projeto foi implementada. A visitação à gruta era feita de forma precária e prosseguia a depredação até que, a partir de 1994, foi interdita pelo IPHAN e assim permanece até hoje. (MATO GROSSO DO SUL, 2007a:48)

---

<sup>16</sup> Portaria IMASUL N. 073 de 14 de julho de 2008.

Em 1999 inicia-se o processo de licenciamento ambiental da atividade turística nas Grutas junto ao IBAMA/CECAV, numa ação completamente de vanguarda, conforme observado na passagem abaixo:

O motivo que conduziu ao envolvimento de uma ampla equipe de trabalho e diversas instituições vem em função do objetivo de se apresentar um estudo que sirva de referência aos demais para abertura de novas cavernas e ordenamento da visitação turística nas já existentes, ressaltando o fato de que até o presente estudo, nenhuma caverna brasileira ter recebido ainda o licenciamento ambiental através da análise de EIA-RIMA. (MATO GROSSO DO SUL, 2007a:10)

A finalidade do Estudo de Impacto Ambiental elaborado para a Gruta do Lago Azul era iniciar o processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA/CECAV, formalizar a solicitação de cessão de uso das Grutas Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida à Secretaria de Patrimônio da União e obter autorização do IPHAN para a implementação das seguintes infra-estruturas:

1) melhoria no caminhamento atual da Gruta do Lago Azul e sua ampliação (novo caminhamento); 2) centro de visitantes aos turistas para as grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida e demais infra-estruturas de apoio externas às cavernas; 3) Plano de manejo espeleológico da Gruta do Lago Azul. (MATO GROSSO DO SUL, 2007a:11)

Constam também no EIA-RIMA apresentado ao CECAV, diagnóstico ambiental das cavernas e entorno, caracterização das infra-estruturas, plano de manejo espeleológico, avaliação dos impactos ambientais e a previsão de programas de manejo.

Observa-se que o Plano de Manejo Espeleológico<sup>17</sup> da Gruta do Lago Azul é um dos primeiros a serem aprovados tecnicamente pelo CECAV<sup>18</sup>. Apesar do pioneirismo, muitas ações recomendadas para a gestão deste patrimônio espeleológico ainda não foram implementadas. O MONAGLA é o objeto deste estudo e será melhor descrito na 3ª Seção deste trabalho.

---

<sup>17</sup> Os trabalhos de pesquisa foram desenvolvidos entre maio de 1999 e dezembro de 2001 e foram coordenados pelo Professor Paulo César Boggiani. Em fevereiro de 2002, o documento foi encaminhado pelo Governo do Estado ao IBAMA/CECAV.

<sup>18</sup> Disponível no site: [http://www.redespeleo.org/conexao/conexao/conexao\\_68.pdf](http://www.redespeleo.org/conexao/conexao/conexao_68.pdf)

## **2 CONHECENDO UM CAMPO DIFUSO: REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Para entender a singularidade dos lugares em que se vive, a geografia busca saber o que os diferencia e os aproxima dos outros, como as distintas sociedades interagem na construção de seu patrimônio, das necessidades e anseios dos homens decorrentes da produção cultural, em todos os estratos sociais. Às relações econômicas e sócio-políticas que se organizam num dado espaço geográfico, dá-se o nome de território.

Assim, para a compreensão do espaço geográfico proposto para este estudo, preliminarmente faz-se necessário o entendimento de aspectos metodológicos e conceituais que nortearam esta pesquisa. Desta forma, esta seção tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos utilizados, a partir da pormenorização das especificidades de seu caráter quantitativo e qualitativo. Apresenta ainda aspectos teóricos e referenciais sobre a temática abordada, mediante uma revisão bibliográfica e documental e levantamentos de campo.

### **2.1 Antecedentes Metodológicos**

De acordo com Queiroz (1991:27), metodologia designa a totalidade dos procedimentos de investigação e das técnicas utilizadas numa pesquisa. Ou seja, o conjunto de instrumentos empregados para conhecer um problema, para esclarecer uma questão.

Para Houaiss (2004), método é:

1. Procedimento, técnica ou meio de fazer alguma coisa de acordo com um plano.
2. Processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa, instrução, investigação (pode ser analítico, dedutivo e indutivo). (HOUAISS, 2004:1910)

Faz-se necessária a compreensão dos distintos processos. Para tanto, Salomon (2000) apresenta os seguintes esclarecimentos:

Método analítico: Analisar, etimologicamente, significa dividir, separar. O ato de analisar visa desmontar uma realidade para compreendê-la. Implica frequentemente decompor, dissecar, interpretar, estudar ou, como é comum dizer hoje, fazer a leitura de...(uma situação, um comportamento, uma comunicação etc.) (Salomon, 2000:111)

Métodos dedutivos: que se destinam a demonstrar e justificar. Geram enunciados analíticos que provêm de postulados e teoremas para se chegar a uma conclusão particular. São métodos que exigem aplicação de recursos lógico-discursivos. Tratam de objetos ideais, isto é, que pertencem ao nível da abstração. O método dedutivo é usado dentro de contextos de justificação e tem por critério de verdade a coerência, a consistência, a não-contradição. (Salomon, 2000:111)

Método indutivo: aquele que se destina a verificar. Gera enunciados sintéticos, que provêm de constatações particulares e caminham para generalizações: da amostra para a população ou universo. (Salomon, 2000:112)

A partir do conhecimento destas definições, pressupõe-se que não há pesquisa científica com método dedutivo ou indutivo puro. O primeiro, usado para problemas ideais, é precedido do indutivo, pois todo o processo de abstração parte do particular para o genérico, do local para o universal. E o indutivo se consagra no dedutivo desde o momento em que o pesquisador passa ao contexto da justificação.

## 2.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa em questão é um estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva, e visa identificar as territorialidades exercidas no MONAGLA. Por pesquisa exploratória e descritiva, Salomon (1996) entende ser a que tem por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis.

Para Chizzotti (2006), o estudo de caso é

(...) uma estratégia de pesquisa bastante comum, que objetiva reunir dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores. (Chizzotti, 2006:135)

Observa-se que o termo ‘estudo de caso’ vem de uma tradição de pesquisa, onde se refere a uma análise detalhada em um caso individual que explica sua dinâmica; o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso. “Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das Ciências Sociais”. (Becker, 1994:117).

Como modalidade de pesquisa, o estudo de caso constitui-se em:

Uma busca intensiva de dados de uma situação particular, de um evento específico ou de processos contemporâneos, tomados como “caso”, compreendê-lo o mais amplamente possível, descrevê-lo pormenorizadamente, avaliar resultados de ações,

transmitir essa compreensão a outros e instruir decisões. É, sobretudo, um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado (CHIZZOTTI, 2006:136)

Esta pesquisa compreende assim as territorialidades exercidas no MONAGLA. A definição deste objeto como estudo de caso, deve-se à compreensão de que a partir da identificação destas territorialidades fosse possível apresentar à sociedade algumas recomendações que possam subsidiar futuras decisões no território em análise e que também possam contribuir para o desenvolvimento regional.

Com o intento de identificar as diferentes contribuições científicas na Serra da Bodoquena, iniciou-se pelo método exploratório, utilizando-se recursos de levantamento bibliográfico e documental, com tratamento analítico. Sobre pesquisa bibliográfica, Marcantonio et al (1993) informam que a mesma “[...] conduz-nos a levantar, a organizar e a registrar informações que fundamentam e, ao mesmo tempo facilitam a compreensão de fenômenos, objeto de nossos estudos” (MARCANTONIO et al, 1993:81). É de natureza exploratória por levantar in loco as características e condições estruturantes do objeto de estudo.

Com alcance temporal, este estudo qualitativo identificou como período histórico mais relevante o final da década de 1970, mais precisamente a partir do tombamento (Anexo D) <sup>19</sup> da Gruta do Lago Azul como Patrimônio Nacional pelo IPHAN, até os dias atuais, onde incide uma nova territorialidade: o reconhecimento da Serra da Bodoquena como Geoparque<sup>20</sup>.

### 2.2.1 Métodos Utilizados

Na fase inicial foi indispensável a coleta e leitura da literatura existente para orientar a definição do MONAGLA como “caso”. Sendo assim, o contato pessoal com o objeto de estudo e seu contexto propiciou obter as primeiras evidências e formatar as reflexões iniciais. Cabe destacar que fora imperativo a consulta às fontes materiais disponíveis para o caso: programas, relatos, planos, agendas, legislação, para se ter claro o objetivo pretendido e

---

<sup>19</sup> Inscrito sob o nº 074 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em 01 de novembro de 1978.

<sup>20</sup> Parque geológico; área de preservação de um ou mais patrimônios geológicos. (HOUAISS, 2004: 1445). Este tema será melhor descrito na Seção 04.

também para selecionar e explicitar a justificativa das fontes que fossem mais adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos.

Após a definição do caso, efetuou-se contato com todos os envolvidos para se ter acesso aos dados, às Instituições, às pessoas e aos lugares, e obter as autorizações que se fizessem necessárias, também se precaver de possíveis infrações aos códigos hierárquicos que pudessem provocar distorções nas informações, ou ainda, esquivanças, recusas ou rejeição explícita ao estudo.

A pesquisa de campo envolveu a coleta sistemática de informações sobre objeto de estudo. Recorreu-se, para isso, as múltiplas fontes de coleta de informações, como documentos, cartas, relatórios, entrevistas, observação participante, pesquisa de campo, recursos audiovisuais. De acordo com Chizzotti (2006:140), “a fonte mais constante e usual tem sido a entrevista nas suas diversas modalidades: aberta, semi-estruturada ou focada”. Sendo assim, utilizou-se como procedimento, entrevistas semi-estruturadas com representantes das Instituições listadas como fontes para a pesquisa.

O registro das informações utilizou como procedimento a organização dos dados, que foram arquivados para consulta ou análises posteriores ou externas. Os documentos em forma de entrevistas, anotações, documentos, transcrições, agendas, atas de reuniões, folders, mapas, etc. adotaram um padrão de indexação, seguindo critérios predefinidos pela pesquisadora, com finalidade de facilitar a consulta e servir para corroborar, sustentar inferências, esclarecer dúvidas, confirmar evidências ou avaliar dados vindos de outra fontes.

A coleta de dados utilizada incluiu: pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias, aplicação de questionários junto aos visitantes da Gruta do Lago Azul e entrevista semi-estruturada com os representantes das Instituições identificadas como relevantes no território em tela, apontados na fase inicial da pesquisa. A seguir, uma descrição das etapas qualitativa e quantitativa que subsidiaram a coleta e análise dos dados investigados.

Os critérios adotados para definição dos entrevistados e realização de questionários seguiram duas ordens: a primeira, referente à finalidade da pesquisa, considerando assim o critério científico, arrolando entrevistados que de fato fazem parte do processo pesquisado; e outra, relacionados aos recursos financeiros e tempo disponíveis, entendidos como critérios de ordem prática, exteriores à pesquisa.

### 2.2.1.1 *pesquisa qualitativa*

Com a pesquisa qualitativa pretendeu-se obter informações por meio de entrevistas, ou seja, de maneira oral, com o contato direto do pesquisador e representante das Instituições, com a finalidade de identificar a percepção destes sobre diferentes aspectos relacionados ao MONAGLA. Utilizou-se como suporte um roteiro de entrevista semi-estruturado apresentado no Apêndice A.

Para Queiroz (1991), o diálogo entre pesquisador e informante tem por objetivo:

[...] a coleta de informações precisas sobre determinado problema, por meio de perguntas e respostas efetuadas de maneira direta; o pesquisador define sempre de antemão, em detalhe, o que está procurando, e é ele quem conduz o jogo. O emprego da técnica pressupõe que já exista um conhecimento acumulado a respeito daquilo que se pesquisa, sendo necessário agora determinar com rigor certos aspectos ou detalhes. É uma técnica essencialmente informativa a respeito de dados específicos. (QUEIROZ, 1991:58)

A entrevista é considerada uma das técnicas de coleta de dados orais mais antigas e mais difundidas nas ciências em geral. Com ela é possível efetuar um primeiro levantamento de questões, construindo um diagnóstico preliminar dos processos que se quer investigar. Além disso, o relato oral se apresenta como técnica útil para registrar o que ainda não existe em documentação escrita. Durante séculos, o relato oral constituiu-se na maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale dizer a maior fonte de dados para as ciências em geral. (QUEIROZ, 1991)

Nesta pesquisa, uma parte do relato oral foi coletada através da utilização de um gravador, o que representa, sem dúvida, uma ampliação do poder de registro de dados. Esta opção decorreu do fato da possibilidade de se poder diminuir um possível desvio trazido pela intermediação do interlocutor durante uma entrevista, com a vantagem de conservar a linguagem original do entrevistado.

Dois procedimentos foram principalmente empregados para a identificação dos conteúdos das entrevistas. O primeiro foi a degravação que tornou possível a fidelidade na transcrição e digitação das entrevistas. Assim, ouvi-las e transcrevê-las, constituiu-se num exercício de memória para a pesquisadora, enriquecendo o documento e suas informações, numa primeira identificação dos conteúdos abordados.

Por “transcrição” se entende a reprodução de um documento, em plena e total conformidade com sua primeira forma, em total identidade, sem nada que o modifique. (...) O ideal numa pesquisa é que o próprio pesquisador que entrevistou seus informantes seja também o transcritor da fita. (QUEIROZ, 1991:86-87)

O segundo procedimento utilizado foi a análise de conteúdo, entrevista por entrevista, para reforçar os temas sugeridos. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser entendida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977:42).

Assim, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das diferentes formas de comunicação, que pode ser utilizada quando se quer ir além dos significados aparentes. Este método permite explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens e a expressão do conteúdo investigado. A referência utilizada para estruturar os núcleos temáticos identificados estão relacionados diretamente às demandas de gestão no MONAGLA.

Do ponto de vista analítico instrumental este método foi fundamental para a compreensão dos dados fornecidos nas entrevistas.

Após a transcrição das entrevistas, efetuaram-se os seguintes passos: (1) Análise por temas das entrevistas, detectando as categorias em comum e as informações fornecidas por cada entrevistado; (2) Elaboração de um quadro-resumo, de maneira que se possa vislumbrar o cenário percebido pelos entrevistados sobre diferentes temáticas tratadas durante as entrevistas, extraindo os aspectos mais relevantes.

Este quadro foi organizado de acordo com as categorias estabelecidas em resposta à seguinte questão norteadora: Quais as territorialidades exercidas no MONAGLA? Estes passos exprimem um experimento de análise e síntese do material coletado. Desta forma, a opção por fragmentação temática configurou-se como parte imprescindível do procedimento de análise das entrevistas (QUEIROZ, 1991). Assim, os temas agrupados foram: (a) Relação Institucional; (b) Atividades Institucionais; (c) Potencialidades; (d) Ameaças e possíveis soluções; (e) Atuação e comprometimento; (f) Visão institucional sobre a Gruta do Lago Azul; (g) Contribuição para o Desenvolvimento Regional.

Ressalta-se que para efeito dessa pesquisa, as informações coletadas por meio das entrevistas são consideradas de natureza essencialmente qualitativa, enquanto as informações obtidas por meio dos questionários têm caráter quantitativo e, em alguns aspectos, também qualitativo.

### 2.2.1.2 pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa é especialmente indicada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística, a primeira razão para se conduzir uma pesquisa quantitativa é descobrir quanto de uma determinada população compartilha uma característica ou um grupo de características.

Para os levantamentos quantitativos utilizou-se um questionário (APÊNDICE B), aplicado aos visitantes do MONAGLA, composto por questões fechadas e abertas, instrumento este que fornece informações que auxiliaram na caracterização destes visitantes, além de verificar a relação do mesmo com o objeto deste estudo e identificar o grau de satisfação com a prestação de serviços oferecidos. O último item teve por intenção identificar algumas sugestões de melhorias no local. Este foi o procedimento utilizado para identificar a percepção que os visitantes têm sobre o espaço pesquisado.

Para a pesquisa quantitativa, a amostra foi definida a partir do número de visitantes agendados na Gruta do Lago Azul para os dias 04, 05 e 06 de Agosto de 2007 e da necessidade de um número significativo de questionários para proceder à análise. Assim, baseado no número de visitantes agendados para estes dias, foram aplicados aleatoriamente 87 questionários, o que corresponde a aproximadamente 20% dos visitantes que estiveram na Gruta do Lago Azul no período delimitado.

Quadro 02 - Número de Visitantes na GLA e amostragem da pesquisa

Data	Nº de visitantes	Nº de Entrevistas	% (aproximada)
04/08/07	183	37	20,21 %
05/08/07	138	32	24,63 %
06/08/07	94	18	19,14 %
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>87</b>	<b>20,96%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Bonito (Organizado pela autora, 2007)

Reforça-se ainda que a pesquisa de campo não se delimitou exclusivamente à coleta de dados quantitativos. O registro fotográfico, verificações e observações *in loco* também serviram substancialmente para melhor caracterizar o espaço geográfico pesquisado.

Após a coleta dos dados, as informações bibliográficas e entrevistas foram sistematizadas em documentos no Aplicativo *Microsoft Word*; os questionários foram tabulados no Programa *Sphinx Léxica 4.5* organizados, e os que mereciam atenção neste trabalho, foram compilados em gráficos a partir da utilização do Aplicativo *Microsoft Excel*. Para a confecção dos mapas foram utilizados os softwares *Spring*, *Auto Cad* e *Arc View*.

A análise das entrevistas, a tabulação dos questionários, a revisão bibliográfica e documental subsidiaram este estudo. Ao final, corroborar-se-á com Queiroz (1991), quando diz que “toda pesquisa, acompanhada pela reflexão crítica em todos os seus passos, contribui para a expansão do conhecimento, seja pela descoberta, seja pela correção de falhas e erros”. Na busca de contextualizar as discussões teóricas e familiarizar o leitor com o texto, faz-se necessário observar as diferentes contribuições sobre território, territorialidades, turismo e unidades de conservação, estes considerados temas básicos para o entendimento da dinâmica existente no objeto de estudo.

### **2.3 Geografia, Território e Territorialidade: A Guisa de Entendimentos**

O entendimento de um território perpassa pela compreensão de aspectos teóricos e conceituais da Geografia, ciência que se buscou para entender as territorialidades exercidas no MONAGLA, embasamento científico para compreender o que ocorre no território em estudo.

Para Le Boulegart (2004) “O território, do ponto de vista etimológico origina-se da soma de dois outros termos, - terra e torium (apropriação), que quer dizer parcela de terra identificada pela apropriação de um grupo, comunidade ou sociedade”.

De acordo com Coriolano (2005:25), “território é o espaço de relações e disputas de poder, entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho”. As diferentes concepções de território permitem antecipar uma multiplicidade de enfoques. Haesbaert (2001) apresenta primeiramente duas grandes abordagens: a que parte de território como espaço físico, substrato material da atividade humana, e a que vê território como locus de relações de poder e estratégias identitárias. No que se refere à segunda abordagem, o território apresenta três perspectivas: política, cultural e social (HAESBAERT 2001:123).

Como os territórios se formam em determinado espaço onde se realizam relações de poder, estas relações acabam sendo limitadas espacialmente, tanto no sentido da dominação, quanto da resistência do dominado. Assim, o território implica a existência de fronteira. O conceito de território está intimamente ligado à noção de limite ou fronteira. Para Raffestin (apud SILVA, 2002:22), território implica a noção de limite, mesmo que este não seja traçado. Para Roncayolo (apud SILVA, 2002:22), a existência do território depende de uma superfície (espaço), de uma forma de atuação (poder) e de um limite (fronteira). Para Sack (apud SILVA, 2002:22), o território pode ser usado para conter ou restringir, da mesma

maneira para excluir, sendo o limite territorial também o limite de contenção, restrição e exclusão.

Silva (2002) apresenta o território como um espaço concreto, determinado pelo solo apropriado por um grupo e base para a tomada e manutenção do poder e para a formação do Estado. É onde se desenha a identidade cultural de um grupo social.

Além disso, o território ainda trata da análise das relações de poder no espaço, mas não só o espaço próprio do Estado-nação, mas dos diferentes atores sociais e a manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. No mais, é caracterizado como uma estratégia geográfica para controle de pessoas e coisas, e estaria intimamente ligada às relações de poder para com quem e o que é controlado, afetado e influenciado no espaço geográfico.

Para Santos (2002) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; ele tem que ser entendido como território usado, ou seja, o chão somado à identidade. Nesta lógica, é necessário considerar que a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico não sendo possível, portanto, dicotomizar o material e o simbólico.

Território é uma categoria de análise produzida por ações políticas e socioeconômicas que remetem às relações de força e poder. Emerge como um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma porção do espaço por uma coletividade. Martins (2003:43 apud CORIOLANO 2005:137) lembra que a posse, a identidade e as relações travadas transformam lugares em territórios. E cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio-territorial, pelas políticas e formas próprias da gestão do desenvolvimento local e regional, envolvendo e integrando diferentes setores, atuando em contextos abrangentes e competitivos, através da manifestação da consciência de coexistência e partilha de espaços, visto como o seu lugar.

Esta estratégia está intimamente ligada à forma de lidar com a terra (entendida como área geográfica) pelas pessoas, com a sua organização espacial, e com o significado que o lugar tem para elas. A principal função da territorialidade é a sua manutenção, sua defesa, garantindo uma espécie de equilíbrio entre as sociedades e o uso do território.

Para Raffestin (1993):

O território é uma reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. (RAFFESTIN, 1993 apud HAESBAERT, 2001:120)

Portanto, o território envolve uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída por grupos sociais, como forma de controlar simbolicamente o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Corresponde ao espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais que fazem sentir suas influências em um dado momento histórico, a partir do entendimento da concepção histórica-social da noção de território e a formação moderna dos territórios-rede (SANTOS, 1997).

A territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem. Também pode ser entendida como base de poder de determinado grupo sobre determinada área, uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos, pessoas.

O estudo das territorialidades é uma preocupação da Geografia atual, conforme destaca Silva (2002). Neste sentido, a territorialidade é baseada em duas funções complementares:

(...) uma positiva, correspondente à relação com determinada área; outra negativa, que corresponde à relação com outros indivíduos. A primeira é considerada positiva por afirmar a construção do território, e a segunda negativa por afirmar a competição pela formação e manutenção territorial. Assim, a função principal da territorialidade é a manutenção do território, ou seja, sua defesa, garantindo uma espécie de equilíbrio entre as sociedades naturais. (SILVA, 2002:27)

Enquanto a territorialidade (definida por relações de poder, através do controle e também pela apropriação simbólica e afetiva de uma área geográfica por indivíduos e grupos) é identificada pelas práticas sociais, o território é a manifestação geográfica dessa territorialidade.

Para Bonnemaïson (2002), o território responde a duas funções principais: uma de ordem política – a segurança –, outra de ordem mais especificamente cultural – a identidade. Ainda para o autor:

[...] a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira. (BONNEMAISON 2002:99-100)

O estudo de um sistema territorial de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir a territorialidade. A territorialidade é a demonstração de um comportamento vivido: ela conglobera, ao mesmo tempo, a relação com o território e a relação com o espaço externo. Inclui tantos os elementos que prendem o homem aos lugares quanto aquilo que está fora do território. (BONNEMAISON, 2002)

Portanto, pode dizer que:

[...] toda análise de territorialidade se apóia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa: a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território “que dá segurança”, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação. (BONNEMAISON 2002:107)

Assim, observa-se que, de acordo com Bonnemaision (2002), os territórios criam em torno de si uma área de segurança, que eventualmente também pode satisfazer a funções econômicas ou sociais secundárias, não respondendo apenas a necessidades de identidade e segurança, mas também a uma alteridade consentida.

Para Haesbaert (2001),

Mesmo se focalizarmos nossa análise sobre essas invenções ou representações espaciais, estas também são instrumentos de poder, na medida que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais (implicitamente relações de poder) em função das imagens que temos da realidade. Assim, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder. (HAESBAERT 2001:118-119)

O autor acima ainda cita outros autores que também destacam o controle e o domínio proporcionados pela territorialidade, mas que não ignoram sua base cultural, conforme demonstrado a seguir.

Assim como a cultura, a tradição e a história medeiam a mudança econômica, também medeiam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra. [...] A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (Sack, 1986:219 in HAESBAERT, 2001:120)

Para Storper (1994)

Uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm. (STORPER, 1994, apud HAESBAERT 2001:124)

O que se observa é que a concepção de território vai além do substrato físico, material, e incorpora relações de poder e estratégias que possam reforçar a identidade de um grupo. Ainda que a noção de território esteja vinculada essencialmente às dinâmicas político-culturais, os processos de territorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que se apropria dos espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias (HAESBAERT 2001:128). O entendimento desta dinâmica é determinante para contextualizar as territorialidades exercidas no MONAGLA e os entraves para o manejo da área são facilmente compreensíveis a partir do entendimento de como elas são exercidas num dado território.

A territorialidade autônoma (entendida como a gestão democrática do território), e a sua capacidade de defesa (considerando ameaças externas), é uma condição de expressão concreta da autonomia, em diferentes escalas e graus variáveis, e visa garantir que as relações sociais se desenrolem dentro de suas fronteiras, com os recursos que ele contém, e com as necessidades deste grupo social (SOUZA, 2001).

#### **2.4 Território e Turismo: Uma Relação Compartilhada**

Essa complexidade do conceito de território pode ser evidenciada tomando-se como exemplo o turismo. Indutora de significativas alterações nos espaços geográficos em que se desenvolve, a atividade turística vem sendo tema das mais diversas pesquisas acadêmicas em todo o mundo, desde meados do século passado.

Rodrigues (1992 apud MARIANI, 2003:9) afirma que “face a sua complexidade, o Turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais”. Assim, o Turismo deve ser compreendido a partir da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teórico-metodológicas estejam bem consolidadas.

Nesse contexto, pode-se dizer que o estudo do Turismo pela Geografia pretende captar a dinâmica do espaço turístico mediante a abordagem dos processos sociais, que contribuíram para a formação e articulação desse fenômeno.

O interesse da Geografia pelo Turismo não é tão recente e diversos estudos já foram realizados por geógrafos sobre esse tema. A esse respeito, Cruz (2001) faz as seguintes reflexões:

De onde vem esse interesse crescente da Geografia pelo Turismo? Ao menos uma característica intrínseca da prática social do turismo pode nos ajudar a compreender esse fenômeno: o turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço. Como poderia, então, a Geografia, não se interessar pelos estudos relativos ao Turismo? [...] A geografia do turismo, não se refere apenas à abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica. A “geografia do turismo” é uma expressão que se refere à dimensão sócio-espacial da prática social do turismo, e isto sim pode interessar às mais diversas áreas do conhecimento. (CRUZ 2001:V)

Os estudos de Queiroz (2001) e Mariani (2003) consideram que a importância crescente do turismo com a nova organização do território mundial pode ser justificada, considerando entre outros motivos: as transformações no mundo do trabalho, com diminuição da jornada e o surgimento das férias remuneradas; aumento no número de horas de descanso da população; deteriorização das condições de vida nas grandes cidades a partir dos processos de urbanização; redução no tamanho das famílias; o envelhecimento demográfico<sup>21</sup>; aumento na renda nos países desenvolvidos faz com que uma parcela dos rendimentos seja destinada aos gastos com viagens; modernização dos meios de transporte e de comunicação; acréscimo da oferta de equipamentos de turismo e lazer; desenvolvimento das empresas prestadoras de serviços turísticos, que utilizam a propaganda e o financiamento próprio para expandir suas atividades.

Em tempos de globalização e mundialização, diferentes fatores concorrem, com intensidades e ritmos temporal e espacialmente diferenciados, para a produção do espaço. Assim,

[...] qualquer análise sobre a participação do turismo no espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local. O turismo representa apenas uma parte de um imenso jogo de relações. (CRUZ, 2001:11)

Desta forma, a partir da reflexão da autora, a origem dos territórios turísticos está no processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo. Como prática socialmente desenvolvida, o turismo envolve o deslocamento de pessoas pelo território e tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. A autora ainda esclarece que:

---

21 O envelhecimento demográfico ou populacional é uma das conseqüências da transição demográfica, processo este iniciado na Europa Ocidental durante o século XIX e espalhado pelo mundo durante o século XX. Durante a transição demográfica passa-se de um estágio em que os níveis de fecundidade e mortalidade são altos para outro em que fecundidade e mortalidade estão em níveis baixos. Ao longo deste processo a proporção de pessoas idosas aumenta. O Brasil tem um dos processos de envelhecimento populacional mais velozes no conjunto dos países mais populosos do mundo (MOREIRA, 2000).

Ao apropriar-se de espaços rurais, tais como de cidades e de áreas naturais, o turismo impõe sua lógica de uso desses espaços e, a despeito dos conflitos que possam surgir desse processo, a prática turística promove, em geral, a reorganização desses espaços para que ela possa acontecer. (CRUZ, 2001:20)

Entendendo território como um espaço de relações e de poder, como lócus de conflitos, que possui controle social, a geografia estuda a dimensão territorial do turismo e investiga a ordenação dos espaços no que diz respeito à conservação das áreas naturais protegidas, ao ordenamento e adequação dos sítios urbanos, aos equipamentos e atividades econômicas associadas à atividade (CORIOLANO, 2005:123).

É importante ressaltar o papel do turismo no (re) ordenamento de territórios, considerando suas relações e este processo de transformação territorial. Para melhor compreensão, Cruz (2002:17) apresenta estas reflexões, informando que a paisagem é o elemento central da construção social das práticas turísticas e o resultado de um arranjo espacial de sistemas de objetos (naturais e sociais). Além disso, informa que nenhuma outra atividade consome espaço como o turismo. Entretanto, faz-se necessário considerar que o processo de transformação de um determinado espaço em território turístico requer uma readequação desse espaço à sua nova função: o turismo.

Faz-se necessário refletir sobre uma característica do turismo: esta não é somente uma atividade produtiva ou econômica, mas reflete uma experiência e uma prática social vinculada ao lazer. Se não forem consideradas estas duas categorias, qualquer análise pode não ser compreendida em sua totalidade.

Considerando todas as intervenções espaciais, o turismo ainda apresenta menor resistência diante de outras formas de apropriação do espaço existente. Entretanto, é salutar compreender qual o papel que o turismo deve assumir no ordenamento e reordenamento de territórios, considerando as diversas variáveis que compõem essa relação.

Entendendo que a Geografia estuda a dimensão territorial do turismo, suas relações de poder e seus conflitos, Coriolano (2005:119) também discute os conceitos de lugar e território e apresenta o turismo como uma atividade que implica no consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização da paisagem, que propõe promover o desenvolvimento, que precisa conservar os lugares, preservar as culturas ao mesmo tempo em que transforma o espaço em mercadoria e massifica as culturas.

Pontuando a responsabilidade de atuação do poder público e outras territorialidades, Dallari (1982, apud SILVA, 2002:24) esclarece que “[...] o Estado moderno passa a ser uma

instituição que domina e mantém relações de poder dentro de uma determinada fronteira, como se fosse proprietário do território”, podendo, neste caso, o MONAGLA se enquadrar.

Os territórios são meios e produtos dessas relações de força e de poder que no turismo também se estabelecem de forma contraditória, articulada e conflituosa. Assim, o entendimento da formação do território MONAGLA e suas territorialidades conferem importância significativa no processo de (re) ordenamento territorial, propiciando a criação de regiões turísticas, como é o caso da Serra da Bodoquena. Assim, como forma de melhor compreender esta apropriação pelo turismo, far-se-á uma reflexão sobre a prática da atividade turística em ambientes naturais e, em especial, em ambientes legalmente protegidos.

## **2.5 Áreas Protegidas: Legislação Pertinente, Aspectos Conceituais e Territoriais**

A temática ambiental tem forte relação com instrumentos jurídicos. As denominações e conceitos usuais foram definidos pela legislação vigente no Brasil, em especial as Leis Federais nº 4.771/1965, que instituiu o Novo Código Florestal; nº 6.938/1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente e nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Aloísio Teixeira, no prefácio do livro *Dimensões humanas da biodiversidade*<sup>22</sup> alerta que:

[...] apesar da legislação ambiental brasileira ser considerada avançada em relação à de muitos países, a fragilidade institucional da gestão ambiental pública e a falta de vontade política constituem-se em barreiras de difícil transposição. (GARAY & BECKER, 2006:10)

Instalada essa fragilidade, observa-se que isso também está relacionado com os valores de uma sociedade, com suas práticas comuns, com questões éticas.

Com a promulgação da Lei 4.771/1965 ficou assim determinado que, o Poder Público criaria:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais recreativos e científicos; b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim. (BRASIL, art 5º da Lei 4.771/1965)

---

22 GARAY, Irene E. G.; BECKER, B. K. *As dimensões humanas da biodiversidade – o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2006.

A Constituição Federal reforça aspectos do Estado Democrático e da participação da população na organização, formação e atuação do governo. O Capítulo VI da Carta Maior, que trata do Meio Ambiente, afirma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988. Art. 225 da Constituição Federal)

Para assegurar a efetividade desse direito, dentre outras incumbências, cabe ao Poder Público:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988. Art. 225, §1º - III)

Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC (Lei Federal 9.985/00), regulamentada-se o inciso III do 1º parágrafo do Artigo 225 da Constituição Federal e passa-se a estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. O Artigo 2º define como unidade de conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000. Artigo 2º inciso I da Lei 9985/00)

As categorias de unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos.

a) Unidades de Conservação de proteção integral, cujo objetivo fundamental consiste em preservar a natureza, sendo admitido somente o uso indireto dos recursos naturais (Parágrafo 1º); b) Unidades de Conservação de uso sustentável, cujo intuito básico é a compatibilização entre conservação da natureza e o uso sustentável de parcela dos recursos naturais (Parágrafo 2º).

O Quadro 03 demonstra a divisão das categorias em grupo, categorias e o objetivo geral da UC.

Quadro 03 - Unidades de Conservação por grupo, categoria e objetivo de manejo

Grupo	Categoria	Objetivo
-------	-----------	----------

<b>Proteção Integral</b>	Parque Nacional	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica
	Reserva Biológica	Preservar a biota e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.
	Estação Ecológica	Preservar e pesquisar
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais e assegurar a existência ou reprodução da flora e fauna
<b>Uso Sustentável</b>	Área de Proteção Ambiental	Proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais e regular o uso admissível dessas áreas
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais para a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e cultura das populações extrativistas tradicionais, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.
	Reserva de Fauna	Preservar populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza e assegurar as condições necessárias para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações tradicionais.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.

Fonte: BRASIL, 2000 e REPAMS, 2006, organizado pela autora.

Nascidas para a proteção da natureza em sentido amplo, a criação e manejo de unidades de conservação avançou como técnica e ciência e conta hoje com objetivos diversos, quais sejam a preservação da diversidade biológica, a manutenção de serviços ambientais ecológicos essenciais, a proteção de monumentos naturais e de belezas cênicas associadas à necessidade de pesquisas científicas, educação, recreação e desenvolvimento regional.

A preocupação com o estabelecimento de áreas protegidas no Brasil experimentou incrementos significativos no final dos anos 1950 e 1960 com o surgimento do movimento ambientalista no pós-guerra. Posteriormente, nos anos 1980 e 1990 discutiu-se com veemência a temática ambiental, o que culminou com a realização, no Rio de Janeiro, da Eco92. Atualmente registra-se uma nova compreensão sobre a importância da conservação da biodiversidade e existe aproximadamente 70 milhões de hectares de florestas protegidas por unidades de conservação no Brasil. (IBAMA, 2008)

Faria e Pires (2007), relatam que:

Muito embora o movimento conservacionista brasileiro tenha amalhado gloriosas conquistas, principalmente a partir dos anos 1980 e, mais recentemente, com a criação de gigantescos parques e reservas equivalentes, persistem vazios de representatividades ecológica, amplamente revelados pelos mais diferentes especialistas. O Brasil é um país que cresce demográfica e economicamente avançando suas fronteiras agrícolas sobre a paisagem natural, deixando atrás desse movimento um rastro de degradação que promove afirmações do tipo: “o que sobrar da natureza pouco tocada estará contido apenas nas Ucs”(FARIA & PIRES, 2007:14)

Historicamente registra-se um distanciamento entre políticas públicas de desenvolvimento econômico e de proteção ambiental, o que contribui para o elevado grau de degradação dos ecossistemas. Este modelo de desenvolvimento, acompanhado de sua perspectiva linear de crescimento, sempre foi prioritário e desconsidera a base natural associada.

Há muito se preconiza que as unidades de conservação são reservatórios naturais de biodiversidade, mas pelo fato de serem “unidades”, geralmente isoladas, as relações ecológicas podem sofrer abalos significativos ao ponto de levar espécies à extinção. Por sua vez, os efeitos da fragmentação da paisagem sobre a vida silvestre levam um número cada vez maior de pesquisadores a buscar soluções para mitigá-los. Este é um grande paradigma para as unidades de conservação localizadas nas regiões mais desenvolvidas, onde a fragmentação de habitats é notória. (FARIA e PIRES, 2007:26)

Neiman (2005) discorre sobre a importância de se estabelecer unidades de conservação:

À primeira vista, pode parecer que esse universo de Unidades de Conservação é suficiente para proteger não só amostras significativas dos ecossistemas brasileiros, mas também para garantir a perenidade e a biodiversidade. Entretanto, existem áreas de enorme importância que não estão protegidas, apesar de já terem sido indicadas para proteção. É necessário ampliar essa rede de unidades de conservação, levando-se em conta sua fragilidade, seu grau de ameaça de destruição e sua importância para a conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção. (Neiman, 2005:39)

Além da insuficiência do número de áreas protegidas, há também o grande problema da deficiência de funcionamento das áreas já existente e criadas legalmente. A falta de pessoal (em número e qualificação) e de regularização fundiária das áreas de uso indireto e a inadequada infra-estrutura exigem do Poder Público ações imediatas para proteger adequadamente tais áreas, para que possam cumprir seu importante papel ecológico e social. Assim, Neiman (2002:166) também discorre sobre os problemas relacionados à gestão das unidades de conservação.

No Brasil, as unidades de conservação têm sido criadas sem as mínimas condições para garantir a sua conservação: não há recursos humanos, planos de manejo, previsão orçamentária para investimentos em equipamentos e outras necessidades. Pouquíssimas possuem estrutura mínima para se manterem em funcionamento, sendo que a maioria encontra-se abandonada ou delimitada apenas no papel. Para a criação de novas áreas protegidas, há que se propor uma política pública ou privada de gestão das já existentes, para que elas possam de fato cumprir as metas que, pelo menos temporariamente, são determinadas e traçadas para elas.

Pádua (2002 apud Medeiros 2007:71) tece críticas ao processo de criação das unidades de conservação no Brasil, enfatizando sua proliferação sem base técnica e, às vezes, sem necessidade. Segundo o autor, interesses políticos locais ou pessoais têm levado à criação sem estudos prévios, sem planejamento, sem consulta pública e sem recursos financeiros. Relaciona ainda entre tantos problemas, a definição de categorias inadequadas e a seleção de áreas em dimensões insuficientes.

É evidente que a criação de uma unidade de conservação não ocorre sem afetar distintos interesses (DOUROJEANNI, 2000 apud MEDEIROS, 2007). No Caso das unidades de proteção integral a polêmica tende a ser acirrada, uma vez que a titularidade da terra, na maioria dos casos, precisa ser transferida ao poder público, quase sempre gerando conflitos diretos com os proprietários.

Como já retratado, a manutenção do território depende de uma estrutura de poder, seja no sentido mais geral, associado à capacidade de criar, consumir, conservar ou reparar, ou no sentido de força produtiva da natureza, ligada aos seus recursos ambientais. Neste sentido, Medeiros (2007), faz a seguinte reflexão:

O forte patrimonialismo presente na sociedade brasileira identifica as propostas de criação de unidades de conservação como ameaças a esse poder. A dedução de que a existência de um espaço legalmente protegido suscitará maior presença dos órgãos estatais de fiscalização e controle ambiental, em geral, já é motivo suficiente para criar resistências nas comunidades diretamente envolvidas. Mesmo naquelas regiões onde as áreas objeto da proteção são fornecedoras óbvias de serviços ambientais inestimáveis para a população [...] dificilmente esta argumentação é suficiente para superar traumas gerados com a expectativa de perda de poder sobre o território. (MEDEIROS, 2007: 81)

Observa-se com esta passagem que as questões relativas ao território também têm referência direta à existência de unidades de conservação, uma vez que através do estabelecimento destas áreas, novas territorialidades são construídas neste espaço geográfico e essa reflexão faz-se oportuna neste contexto histórico e contemporâneo.

## 2.6 Delineando o Patrimônio: Nuanças Turísticas, Ambientais e Geológicas em Pauta

Entende-se por patrimônio o conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para humanidade. A palavra patrimônio tem sua origem no latim *patrimoniu* que significa herança, bem, dote, riqueza (Houaiss, 2004:2151). Atualmente se atribui ao patrimônio um conjunto de significados que derivam conforme o foco a ele dedicado (material, imaterial, natural, cultural etc).

Apesar destas inúmeras adjetivações, cabe delinear o patrimônio de acordo com o foco do estudo, ou seja, descrever tipologias que fazem referência direta ao objeto de estudo, o MONAGLA, como patrimônio natural, nacional, turístico e geológico.

Dentre as políticas de reconhecimento internacional do patrimônio, destaca-se a atuação da UNESCO que promove a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, por meio de mandato conferido por um tratado internacional firmado em 1972 e ratificado até agora por 164 países membros, incluindo entre eles o Brasil. A partir de 1977 a UNESCO estabeleceu critérios para o reconhecimento de bens e áreas como patrimônio da humanidade. Estes critérios estavam baseados principalmente em valores como monumentalidade e excepcionalidade para os bens naturais e a autenticidade para os bens culturais.

No Brasil, as primeiras iniciativas que destacaram a importância para o reconhecimento do patrimônio datam da década de 1930, quando Mário de Andrade elaborou um anteprojeto de Lei para salvaguarda dos bens patrimoniais brasileiros. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (PALMA, 2005).

Atualmente, a proteção do patrimônio é prevista na Constituição Federal, em diferentes contextos. Entretanto, para o entendimento do patrimônio no contexto desta pesquisa, considerou-se os itens de interesse, conforme disposto nos Artigos 23, 24 e 216 (BRASIL, 1988).

[...] Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a bens particulares, trechos urbanos e ambientes naturais de importância paisagística. Pelo descrito acima é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia, como o turismo, ampliando consideravelmente sua utilização, possibilitando, inclusive, uma outra fonte de investimentos.

Segundo BRASIL/IPHAN (2008), a Unesco define como Patrimônio Cultural Material:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (BRASIL/IPHAN, 2008).

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Já como Patrimônio Cultural Imaterial, o IPHAN descreve que o mesmo:

[...] é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (BRASIL/IPHAN, 2008).

Deste modo, a preservação do patrimônio ocorre em diferentes escalas e de maneira complexa. Cabe aos gestores implementar ações que garantam a aplicação do previsto na Carta Maior, com respeito às singularidades regionais, de maneira a promover a sensibilização e o reconhecimento pela sociedade de seu patrimônio.

Com relação ao patrimônio natural, sua preservação tem importância discutida mundialmente, sendo tema recorrente em várias esferas da sociedade. O tombamento de áreas naturais corrobora com essa nova visão, uma vez que compreende áreas de importância ecológica, histórica, beleza cênica, turística, dentre outros.

Como patrimônio turístico, a EMBRATUR (1992) entende que é a

disponibilidade de elementos turísticos de uma região ou país, em determinado momento, em condições de funcionar como atrativos turísticos. É formado dos atrativos turísticos, dos equipamentos e instalações turísticas e da infra-estrutura turística (EMBRATUR, 1992 apud TURISMO – VISÃO E AÇÃO, 2000)

Em Bonito, o turismo apropria-se de patrimônios naturais, culturais e geológicos, de maneira a viabilizar as práticas inerentes à atividade turística. Neste contexto, destaca-se a intensa atividade que ocorre na Gruta do Lago Azul, pelo reconhecimento de seu valor patrimonial, paisagístico e ambiental, através da visita pública e de seu interesse pelo patrimônio espeleológico.

Considerando que a Constituição Federal define como bens que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, entende-se que a Gruta do Lago Azul enquadra-se nessa definição, não só porque reúne valores paisagísticos, ecológicos e científicos, mas sobretudo paleontológicos, o que faz deste patrimônio espeleológico um exemplo de bem cultural e natural.

A proteção do Patrimônio Espeleológico foi contemplada no Decreto Federal nº 99.556/90, que estabelece:

[...] as cavidades naturais subterrâneas constituem patrimônio cultural brasileiro e, como tal, serão preservadas e conservadas de modo a permitir estudos e pesquisa de ordem técnica-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, ético-cultural, turístico, recreativo e educativo (BRASIL, 1990)

As cavernas apresentam elevado interesse científico e cultural, além do interesse econômico, se considerado o potencial turístico e educativo e a importância dessas como aquíferos subterrâneos. Muitas cavernas apresentam também rico registro paleontológico e arqueológico, o qual possibilita reconstituir a fauna e a flora que existiam na região e a história do ser humano. A importância turística das cavernas é expressa diretamente na geração de empregos, principalmente em regiões onde esse tipo de atividade é a única opção econômica (MATO GROSSO DO SUL, 2007a).

A dinâmica apresentada nessa discussão é que conduziu o entendimento do objeto de estudo e as relações existentes em seu território. Conforme demonstrado, o território em análise possui características inerentes à sua compreensão e necessita de um olhar diferenciado, uma vez que está localizado em um cenário de distintas territorialidades, como as já descritas na Seção 1.

### 3 . ALÉM DO LAGO AZUL: UMA IMERSÃO NO TERRITÓRIO

A Gruta do Lago Azul é um dos mais importantes patrimônios espeleológicos do Brasil e é um dos principais atrativos turísticos no Mato Grosso do Sul. O lago existente em seu interior adquire a cor azul pela incidência dos raios solares. O valor paisagístico tanto da Gruta do Lago Azul quanto da Gruta Nossa Senhora Aparecida foi a principal motivação para seu tombamento como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN. De acordo com Boggiani *et al* (2008),

Além da inusitada paisagem subterrânea, a Gruta do Lago Azul apresenta concentração de fósseis de mamíferos pleistocênicos e conjunto de minerais raros (nesquehonita), na forma de frágeis aglomerados. É também local da presença de crustáceos endêmicos que habitam o lago subterrâneo. (BOGGIANI *et al*, 2008:1)

Com a finalidade de compreender as territorialidades exercidas sobre o território denominado MONAGLA, faz-se necessária uma compreensão do processo de turistificação do espaço natural, ou seja a transformação em um “*território para o turismo*” – com apropriação, consumo e produção do espaço geográfico, como já demonstrado na Seção 2<sup>23</sup>.

Qualquer análise do espaço geográfico não pode ser dissociada do entendimento dos seus elementos constituintes. Para Santos (1985), os elementos do espaço são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Numa análise destes elementos, Campos (2006) esclarece que os *homens* são os responsáveis pelo funcionamento de tudo o que ocorre no espaço. As *firmas* são definidas como as responsáveis pela produção de bens, serviços e idéias, enquanto as *instituições* correspondem à superestrutura, responsáveis pelo ordenamento legal e institucional. O *meio ecológico* compreende o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física da atuação humana, assim, o meio ecológico abrange

---

<sup>23</sup> Sobre apropriação, consumo e produção do espaço geográfico para o turismo, consultar CRUZ (2002).

também as edificações dos objetos sociais. Por último, as *infra-estruturas* aparecem como serviços complementares de fundamental importância para o desenvolvimento do espaço.

Estes 05 (cinco) elementos constituirão o foco de descrição e análise deste capítulo, pois eles compreendem a totalidade do espaço pesquisado, o MONAGLA, no município de Bonito, Mato Grosso do Sul.

Rodrigues (1996) e Mariani (2003) também fazem uma abordagem destes elementos, numa perspectiva do turismo. Como forma de melhor apresentar o espaço geográfico em análise, far-se-á uma caracterização geral dos elementos do espaço, na concepção de SANTOS (1985).

### **3.1 Os Homens**

Nesta pesquisa, os “homens” que, de alguma forma, se vinculam ao espaço geográfico MONAGLA são representados pela comunidade local e os turistas.

Neste contexto, o envolvimento da comunidade local com a Gruta do Lago Azul ocorre através da atuação profissional dos guias de turismo, dos funcionários que trabalham no receptivo da Gruta e também através de um projeto da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio que oportuniza a visita à Gruta do Lago Azul por estudantes do ensino fundamental, através da disciplina “Noções Básicas de Turismo”<sup>24</sup>.

Os funcionários que trabalham no Receptivo da Gruta do Lago Azul são 02 (duas) recepcionistas, 01 (um) vigia e 01 (um) zelador, que desenvolvem serviços de administração, vigilância, conservação e limpeza do Receptivo, e são contratados de uma empresa de serviços, a ser descrita em item específico nesta seção.

Destaca-se o trabalho realizado pelos guias de turismo na condução dos visitantes na Gruta do Lago Azul. A formação da primeira turma de guias de turismo em Bonito e a regulamentação da profissão em 1993 são os fatos de maior relevância neste processo. Outros cursos foram realizados sistematicamente, o que oportuniza uma reciclagem destes profissionais, reconhecidamente competentes no desenvolvimento de suas atividades.

---

<sup>24</sup> Informação obtida através de comunicação pessoal com o Sr. Augusto Mariano, Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito-MS. Em entrevista para esta pesquisa, o Secretário também informa que a inserção da comunidade na visita à Gruta do Lago Azul ocorre a partir de ingresso gratuito

Ressalta-se inclusive, que muitos guias de turismo são comumente convidados para trabalhar em empreendimentos em diversas localidades do Brasil. De acordo com BONITO (2006), 80 profissionais estão credenciados a trabalhar como guias de turismo na Gruta do Lago Azul<sup>25</sup>.

No geral, o trabalho dos guias de turismo em Bonito é visto com muito respeito e profissionalismo (Mato Grosso do Sul, 2007a).

Com a disponibilidade do trabalho dos guias de turismo, fazendeiros antes relutantes em permitir a entrada de turistas, passaram a ter neste profissional a tranquilidade de que seus atrativos poderiam ser visitados sem problemas. Foram também motivados pelo demonstrado retorno econômico que a nova atividade proporcionava. (Mato Grosso do Sul, 2007:65).

Em 1995, a promulgação da Lei Municipal 689 tornou obrigatória a visitação dos passeios somente com acompanhamento do guia de turismo. Até hoje as grutas de Bonito são as únicas no Brasil que mantêm este nível de exigência. Somente alguns atrativos<sup>26</sup> que desenvolvem atividades vinculadas ao turismo de aventura, como *rapel* e *rafting* no Rio Formoso, e alguns balneários, como o Municipal e a “Ilha do Padre” (atual Monumento Natural do Rio Formoso) é que a presença do guia de turismo não é obrigatória.

Os guias de turismo são profissionais autônomos e que prestam serviços às agências de turismo ou aos atrativos, e recebem uma quantia fixa por turista. No caso da Gruta do Lago Azul, dos R\$ 25,00 pagos pelo turista, R\$ 4,00 são repassados ao guia como pagamento pelos serviços prestados.

Em razão da forte pressão social e da aplicação de modernos conceitos no manejo das unidades de conservação, observa-se nas últimas décadas um incremento do uso recreativo, educacional e turístico dessas áreas. Várias unidades de conservação são abertas à visitação e algumas possuem programas de uso público estruturados, sujeitos aos atributos naturais, à categoria e aos objetivos de manejo a serem atingidos, o que determinam os critérios de uso e as facilidades de infra-estrutura para a melhor experiência do usuário.

Com a finalidade de identificar a percepção que os visitantes têm da unidade de conservação MONAGLA, foi aplicado um questionário entre os dias 04 e 06 de agosto de

---

<sup>25</sup> Em entrevista com o Sr. Amândio Pazzeto, observa-se que os profissionais habilitados a trabalhar como guia de turismo na Gruta do Lago Azul são necessariamente profissionais associados à Associação dos Guias de Turismo de Bonito, AGTB, e que tenham passado por Curso específico de Reciclagem.

<sup>26</sup> Geralmente estes atrativos possuem seus próprios funcionários (monitores), com treinamento específico, para a prática destas atividades.

2007<sup>27</sup>, aleatoriamente a 87 visitantes, o que correspondeu a aproximadamente 20,96%<sup>28</sup> dos visitantes que estiveram na Gruta do Lago Azul no período descrito.

O questionário, dividido em quatro grandes partes, tinha a finalidade de: A) caracterizar o visitante; B) verificar a relação do visitante com a Gruta do Lago Azul; C) identificar o grau de satisfação do visitante com a prestação de serviços relacionados à Gruta do Lago Azul; D) identificar as necessidades de melhorias na Gruta do Lago Azul, na ótica dos entrevistados. Neste Capítulo, tratar-se-á apenas da caracterização do visitante<sup>29</sup>, que se justifica para visualizar o seu perfil e assim melhor entender todo o processo investigativo.

Quando levantado o gênero dos respondentes constatou-se que, no período pesquisado, o atrativo foi visitado em sua maioria (54%) por mulheres. A faixa etária de maior expressão está entre 35 a 59 anos (49,9%), seguida de visitantes na idade entre 20 e 34 anos (41,4%).

Verificou-se ainda que 48,3% dos respondentes possuíam renda superior a 10 (dez) salários mínimos, o que corrobora com literatura especializada, onde diversos autores relatam o perfil de visitantes de ambientes naturais e sua alta renda, em virtude ao alto custo dos equipamentos. Conforme Queiroz (2001:26), “constatamos que, em Bonito, todos os passeios são pagos [...]. Os valores cobrados são altos e tornam a viagem cara [...] e todos desejam conhecer vários pontos de atração”. Essa reflexão de Queiroz faz referência ao ano de 2001.

No que se refere ao grau de escolaridade, constatou-se que um número expressivo (43,7%) possuía curso superior ou pós-graduado (27,6%), uma outra característica do visitante de áreas naturais. Sob este aspecto, ressalta-se que quanto maior o grau de conhecimento, maior a curiosidade pela vivência nestes espaços.

Sobre a procedência dos visitantes, observou-se que no período pesquisado, a maior parte é proveniente da região sudeste, com 22 pessoas do Estado de São Paulo (11 visitantes somente da capital paulista), 19 visitantes do Mato Grosso do Sul (15 da capital Campo Grande), 08 do Rio Grande do Sul (sendo 05 da capital Porto Alegre) e 08 do Rio de Janeiro (sendo 05 da capital fluminense).

É notório o fluxo de visitantes dos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Campo Grande, por ser o maior centro urbano do estado de MS, também contribui significativamente com estes números. Vale destacar neste contexto que o período em que a pesquisa foi realizada, coincidiu com a realização anual do

---

<sup>27</sup> Consultar Apêndice A.

<sup>28</sup> Conforme demonstrado na Tabela 01: Número de Visitantes na GLA e amostragem da pesquisa (Seção 1).

<sup>29</sup> Os resultados dos demais itens (relação do visitante com a Gruta do Lago Azul, grau de satisfação do visitante com a prestação de serviços e necessidades de melhorias) serão apresentados na Seção 4.

Festival de Inverno de Bonito – FESTINBONITO, o que provavelmente motivou o grande fluxo de campo-grandenses.

Registra-se também um grande fluxo de visitantes estrangeiros. Dentre os entrevistados, destacam-se as seguintes nacionalidades: inglesa (02), alemã (01), hispana (01), boliviana (01) e japonesa (01). De acordo com a Fundação de Turismo, o registro de chegadas e saídas no MS perfaz um total de 10.086.953 visitantes em 2007. Dentre estes, o índice de estrangeiros totaliza 89.520. (Mato Grosso do Sul, 2008 – FUNDTUR)

Assim, com esta caracterização dos visitantes da Gruta do Lago Azul, reforça-se a característica do perfil de visitantes de áreas naturais (alto poder aquisitivo, grau de escolaridade, procedência dos grandes centros), fato esse bem caracterizado pelo homem urbano, e retrata a fuga do cotidiano das metrópoles através da busca pelo interiorano, lúdico e pela beleza cênica.

### **3.2 As Firms**

A organização do sistema turístico em Bonito envolve distintos segmentos. Trata-se de uma cadeia produtiva formada por inúmeros prestadores de serviços que buscam atender e superar as expectativas dos visitantes, no que se refere à qualidade dos serviços prestados. São serviços de alimentação, transporte, hospedagem, agenciamento, guias de turismo, *souvenirs*, entre outros (BONITO, 2006). Este conjunto de prestadores de serviços, empreendedores e empresários são denominados como *trade* turístico.

As primeiras iniciativas voltadas para a organização do turismo no município remontam à década de 1990, com a criação da Secretaria Municipal de Turismo, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e, na seqüência, outras instituições representativas dos setores privados do *trade*. Conjuntamente, estes ordenam e regulam o processo de desenvolvimento do turismo na localidade.

Criado em 1995 e reorganizado pela Lei Municipal Nº 1.048/2005, com o objetivo de implementar a política municipal de turismo, junto a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, como órgão consultivo e de assessoramento, atualmente o Conselho Municipal de Turismo de Bonito – COMTUR – tem como competências:

- I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;
- II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
- III – opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, através da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio;
- V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo;
- VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII – manter conjuntamente a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio cadastro de informações turísticas de interesse do Município;
- IX – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
- X – apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico;
- XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico;
- XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;
- XIII – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTUR;
- XV – opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros, consignados no orçamento programa da secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. (Bonito. Lei Municipal Nº 1.048/2005)

Em entrevista para esta pesquisa, o Sr. Cícero Ramos Peralta, presidente do COMTUR, informa que o Conselho participa e define a aplicação dos recursos oriundos da taxa de visitação na Gruta do Lago Azul, já que esse recurso é que compõe o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR. Ainda conforme a Lei Municipal Nº 1.048/2005, constituirão receitas do FUMTUR, dentre outros, a totalidade da arrecadação destinada ao Município no que é pertinente ao gerenciamento da Gruta Lago Azul. (Art. 7º inciso XI da Lei Municipal Nº 1.048/2005)

A Associação dos Atrativos Turísticos da Serra da Bodoquena e Região – ATRATUR – tem por objetivo promover o destino Bonito e Serra da Bodoquena através da união e fortalecimento dos atrativos turísticos e da integração com os demais elos do *trade* e poder público, buscando a excelência nos serviços e o desenvolvimento sustentável da região<sup>30</sup>. Fundada em 1997, observa-se que fundamentalmente seus associados são proprietários de

---

<sup>30</sup> Maiores informações disponíveis no <http://www.aturatur.com.br>.

atrativos turísticos na região da Serra da Bodoquena, e atualmente possui aproximadamente 20 associados. Em pesquisa para este trabalho, constatou-se que a Gruta do Lago Azul não é associada à ATRATUR, apesar de haver um entendimento de que, como atrativo âncora na região, isto seria importante.

Com papel importante no processo, pois organizam e administram o passeio para os visitantes, aproximadamente 60 agências de turismo atuam na região e são credenciadas a comercializar os passeios à Gruta do Lago Azul. Nesta pesquisa, a opinião das agências de turismo sobre o objeto da pesquisa será representada pela Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo.

A Associação das Agências de Turismo de Bonito – ABAETUR, fundada em 1998, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem cunho político partidário, social ou religioso, com autonomia e personalidade jurídica própria (ABAETUR, 1998). Seus objetivos são:

- a) Incentivar, estimular e promover o desenvolvimento das atividades turísticas e ecológicas, de forma íntegra e harmônica;
- b) Incentivar e proporcionar o maior entendimento possível e cooperação entre os associados e entidades similares, com autoridades do país e do exterior, visando proteger, facilitar e estimular o exercício de suas atividades;
- c) Eleger o representante da entidade no Conselho Municipal de Turismo de Bonito e em outros órgãos. (ABAETUR,1998)

Com a pesquisa, foi possível identificar o papel importante que as agências têm no contexto do objeto de estudo, por intermediar a relação entre o cliente e a Gruta do Lago Azul, além da responsabilidade pela contratação dos guias de turismo, reservas em hotéis, pousadas, restaurantes e transportadoras turísticas. Vale ressaltar também o importante trabalho de orientação e esclarecimento que deveriam ser prestados pelas agências aos visitantes, em função das características do atrativo e do perfil do visitante, fato este constatado na pesquisa que não ocorre à contento.

A visitação à Gruta do Lago Azul só é possível com acompanhamento de guias de turismo, conforme já descrito anteriormente. Daí a importância de se investigar a atuação da Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB), uma entidade de classe, de caráter social, recreativo, esportivo, educativo, sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade distintos das de seus associados. Tem por finalidade:

[...] promover maior entrosamento entre seus membros, através de reuniões de caráter social, esportivo, cultural, educativo e outros afins, visando o aprimoramento

da atividade turística no município de Bonito MS, não sendo permitido dentro da classe quaisquer manifestações de cunho político ou religioso. (AGTB, 1994)

Observa-se que a finalidade da Associação diverge de suas ações, uma vez que o papel da AGTB no contexto do objeto de estudo é bastante relevante. A maior parte dos guias de turismo que atuam na Gruta do Lago Azul são associados e é a Associação, através de uma parceria não formalizada com o Poder Público Municipal<sup>31</sup>, que garante a permanência deles como plantonistas para atendimento da demanda de visitação. O que se pode perceber, é que a atuação da Associação permeia diferentes demandas da Gruta do Lago Azul. Como exemplo, cita-se: comunicação de incidentes, solicitação de equipamentos de proteção individual e de melhorias de infra-estrutura interna e reparos, etc. Apesar desse sistema de plantonistas já ser consolidado, observa-se que muitos conflitos ainda podem emergir neste território, decorrentes, principalmente, da atual infra-estrutura disponível e sistema para visitação (riscos de acidentes, questões trabalhistas, valor repassado aos guias por visitantes, dentre outros).

Contratada pelo Município de Bonito até 31 de dezembro de 2008<sup>32</sup>, a empresa Vieira & Manze Empreendimentos Turísticos LTDA é encarregada pela administração, vigilância, conservação e limpeza do receptivo da Gruta do Lago Azul. A empresa mantém 5 funcionários no receptivo (02 funcionários para recepção de visitantes, 1 faxineira, 1 cozinheira, 1 vigilante); presta serviço de alimentação para os funcionários e guias e atende com serviço de vigilância 24h.

Dentre suas obrigações, estão:

[...] 7.2.3 – Disponibilizar uma equipe de funcionários diariamente, inclusive aos finais de semana e feriados, os quais deverão permanecer no receptivo das 06h30 às 15h30; 7.2.4 – Realizar os serviços de recepção dos visitantes no atrativo, as conferências de vouchers, organização dos grupos para as descidas no passeio, a distribuição de senhas e acompanhamento do preenchimento da ficha de seguros contra acidentes; 7.2.5 – Realizar os serviços de limpeza sanitária e coleta seletiva do lixo; 7.2.6 – Disponibilizar serviço de vigilância pelo período de 24 horas; 7.2.7 – Fazer manutenção da linha telefônica e fax para que esteja sempre em funcionamento; 7.2.8 – Disponibilizar meio de transporte adequado para a locomoção dos funcionários e guias de turismo que atuam na Gruta do Lago Azul; 7.2.9 – Entregar diariamente na Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, o relatório das pessoas que visitaram o atrativo; [...] 7.2.13 – Anotar em livro próprio e comunicar a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio qualquer “fato relevante” que ocorra no receptivo. [...] (BONITO, 2008)

---

<sup>31</sup> Informação obtida através de comunicação pessoal com o Sr. Amândio Pazeto, Presidente da AGTB, e confirmada pelo Sr. Augusto Mariano, Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, em entrevista para esta pesquisa.

<sup>32</sup> Contrato no valor global de R\$ 89.400,00 (Oitenta e nove mil e quatrocentos Reais), com repasses mensais no valor de R\$ 8.940,00, por um período de 10 meses. Observa-se que a dotação orçamentária para pagamento deste contrato é proveniente de recursos do Fundo Municipal de Turismo.

É apropriado apontar que a loja de souvenirs e a lanchonete localizada no receptivo são exploradas comercialmente por particulares. Já a reserva do passeio e a emissão dos *vouchers* ficam sob responsabilidade do município.

O entendimento nesta análise é que tanto a ABAETUR, quanto a ATRATUR, a AGTB e o COMTUR são “Instituições” que vem atuando como firmas. Assim, a única empresa que figura como “Firma” neste tópico é a empresa que presta serviços de receptivo na GLA.

### **3.3 As Instituições**

Apresentam-se aqui as diferentes Instituições envolvidas no processo da exploração da atividade turística na Gruta do Lago Azul, com uma breve descrição de suas atribuições e comentários sobre a atuação na mesma no processo de gestão do objeto pesquisado. A ordem de apresentação das Instituições neste tópico representa a seqüência com que as mesmas se vincularam ao objeto deste estudo.

#### **3.3.1 Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – IPHAN**

Criado em 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – tinha por finalidade a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Técnicos foram preparados e tombamentos, restaurações e revitalizações foram realizadas, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis, e em seguida, amplia-se sua atuação à proteção dos acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem (IPHAN, 2008). Atualmente, vinculado ao Ministério da Cultura, o IPHAN realiza um trabalho permanente de identificação, documentação, proteção, fiscalização e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com o art 2, inciso I do Decreto 5040/04, o IPHAN tem por finalidade:

- I- Coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- II- Desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para preservação do patrimônio cultural; e

III- Promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural, exercendo o poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio. (BRASIL, 2004)

O tombamento das Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida pelo IPHAN demonstra a importância e o reconhecimento deste patrimônio. Assim, o papel do IPHAN é de suma relevância para que se garanta a proteção e conservação do objeto de estudo.

### 3.3.2 Prefeitura Municipal de Bonito

De acordo com a Lei Complementar Nº 054/2005<sup>33</sup>, a Administração Pública tem como objetivo assegurar à população de Bonito, condições dignas de vida, buscando o crescimento econômico com justiça social e qualidade ambiental. As atividades da Administração Pública obedecerão aos seguintes princípios (I) participação popular; (II) inclusão social; (III) moralização da gestão pública; (IV) qualidade ambiental; (V) desenvolvimento sustentável.

A atuação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública tem como diretrizes, dentre outros, o desenvolvimento sustentável para a produção de bens e serviços e ações efetivas para o turismo, cultura, desporto, ensino, ciência e tecnologia e meio ambiente e a exploração ordenada e racional dos recursos naturais do município, ao menor custo para o meio ambiente, assegurando sua preservação e resguardando o equilíbrio do ecossistema.

Para o atendimento dessas diretrizes, a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgãos de Administração Operativa, subordinados diretamente ao prefeito Municipal, tem como competências (Art. 20 da Lei Complementar Nº 054/2005):

I – o incentivo e o apoio às atividades voltadas à difusão turística do município, pela implementação de mecanismos em que a sociedade participe da definição de programas e projetos; II – a coordenação, a supervisão e o fomento do desenvolvimento dos recursos turísticos, especialmente do ecoturismo e da divulgação da cultura do Município; III – o estímulo à localização, à manutenção e ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos no Município; IV – a promoção do intercâmbio e da celebração de convênios, acordos e ajustes com a União, Estado, Municípios, organizações públicas ou privadas e universidades visando ao

---

<sup>33</sup> Lei Complementar Nº 054/2005. Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

desenvolvimento sustentável; [...] VIII – a supervisão e controle do registro de todas as atividades turísticas, comerciais e industriais do Município, em consonância com os órgãos federais e estaduais competentes; IX – a regulamentação de todas as atividades turísticas, comerciais e industriais do Município; X – a realização de atividades, eventos e parcerias que visem a qualificação profissional de áreas afins. (BONITO, 2005).

Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, (Art. 22 da Lei Complementar Nº 054/2005):

I – a proposição e a gestão da política de proteção do meio ambiente, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da sua qualidade e do equilíbrio ecológico, garantindo a participação da comunidade em sua execução; II – a integração com entidades para a coordenação e a articulação dos interesses do Município, na obtenção de recursos necessários e apoio técnico especializado, relativos à preservação e à conservação do meio ambiente; [...] VI – a promoção da integração harmônica entre o meio ambiente e as áreas legalmente protegidas, destinadas ou utilizadas para o turismo e lazer, preservando o equilíbrio ecológico e promovendo a sua manutenção; [...](BONITO, 2005)

A elaboração e a implementação das ações previstas no Plano Diretor do Município de Bonito demonstra a preocupação com o desenvolvimento do município por parte de seus governantes. Fonte de arrecadação e geração de emprego e renda para os seus munícipes, a atividade turística foi considerada na elaboração deste Documento, por ser relevante na economia, na melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos e na conservação de seu ecossistema.

### 3.3.3 Centro Nacional de Proteção a Cavernas – CECAV

O Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – Cecav, criado em 15 de junho de 1997, é um Centro Especializado, vinculado a Diretoria de Conservação da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A fragilidade e a complexidade dos ecossistemas cavernícolas, associadas à grande extensão e diversidade ambiental do território nacional, se somam ao fato de que apenas uma pequena quantidade de cavernas já se encontra prospectada no país (cerca de 7.000 cavernas, aproximadamente 7% de todo potencial espeleológico).

Enquanto isso, os instrumentos legais impõem a necessidade de se conhecer, preservar e conservar o patrimônio espeleológico; assim como a existência do grande número de empreendimentos, potencial e comprovadamente, lesivos a este patrimônio reforçam a

necessidade do CECAV de realizar e promover levantamentos e avaliações permanentes da situação atual das cavidades naturais subterrâneas brasileiras.

O envolvimento do IBAMA na questão relativa às cavernas culminou na instituição, em 5/06/97, do CECAV, ao qual cabe atualmente a fiscalização e o controle do uso do patrimônio espeleológico brasileiro, bem como o fomento de levantamentos, estudos e pesquisas das cavernas.

A atuação do CECAV no que tange à regulação do uso das cavernas turísticas localizadas em unidades de conservação estaduais ou municipais, segundo o art. 6º da Resolução CONAMA nº 347/04, assume caráter supletivo, com destaque às atividades de orientação à elaboração dos estudos especificamente associados à área de Espeleologia.

De acordo com Medeiros (2006), para que essa atuação supletiva do CECAV seja concretizada de forma integrada e harmônica com os órgãos estaduais de meio ambiente, poderá ser adotada a implementação de instrumentos como: termos de cooperação, de compromisso, de ajustamento de conduta; convênios ou assemelhados<sup>34</sup>.

As orientações e procedimentos para a elaboração de PME estão no relatório denominado “Procedimentos para Regularização/Licenciamento de Cavernas com Finalidade Turística no Brasil”, elaborado pelo Grupo de Trabalho Cavernas Turísticas – GTCavTur<sup>35</sup>, em ação conjunta do Cecav / Instituto Chico Mendes com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento. Para as unidades de conservação estaduais ou municipais que possuam cavernas com potencial turístico em seus limites, as mesmas orientações apresentadas para as unidades de conservação federais deverão ser seguidas.

#### 3.3.4 Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

A atuação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul no objeto deste estudo compreende, basicamente, o envolvimento de duas Secretarias de Estado (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Planejamento, Ciências e Tecnologia e Secretaria de Estado de

---

<sup>34</sup> Ainda que o suporte legal dessa atuação institucional (Art. 6º, 10º, 11º da Lei Nº 6938/81, Art.4º da Resolução CONAMA 237/97) desobrigue a adoção de qualquer instrumento para sua efetivação.

<sup>35</sup> Portaria Conjunta IBAMA/SPU nº 001/05. Este relatório encontra-se em fase final de aprovação das partes envolvidas para posterior publicação.

Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo) e suas Instituições vinculadas, conforme segue:

*a) Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, das Ciências e Tecnologia/ Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)*

De acordo com o Art. 2º do Decreto Nº 12.231/07, o IMASUL tem por finalidade coordenar e executar a política de meio ambiente em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul e fazer cumprir as legislações federal e estadual sobre essa atividade.

Dentre as competências do órgão estão, implantar e administrar as unidades de conservação da natureza, de domínio público do Estado, coordenar e executar programas, projetos e atividades, por si ou por convênio com órgãos ou entidades voltadas à proteção, manutenção, recuperação e usos dos recursos naturais, do meio urbano e rural. Para o cumprimento desta competência, apresenta-se a Gerência de Unidades de Conservação, vinculada diretamente ao Diretor-Executivo, com a atribuição de

I - executar os programas, projetos e ações pertinentes à consolidação das Unidades de Conservação do Estado; II - subsidiar a execução da fiscalização e do monitoramento das unidades de conservação e dos espaços territorialmente protegidos estaduais de domínio público. (MATO GROSSO DO SUL. Art 18 do Decreto Nº 12.231/07).

Assim sendo, o IMASUL, através da Gerência de Unidades de Conservação – GUC – é o órgão responsável pela gestão do MONAGLA, uma vez que a UC foi criada no âmbito estadual. Cabe ainda uma referência: atualmente, a atuação técnica da GUC vai além das atribuições descritas.

*b) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo/ Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e PRODETUR-MS*

A Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul é a instituição que realiza a gestão oficial do Turismo no Estado, sendo responsável pela viabilização da exploração econômica

dos seus recursos, promoção e divulgação do destino Mato Grosso do Sul. De acordo com a Lei nº. 2.307/01, a finalidade da FUNDTUR é:

I Fomentar, incentivar e promover a exploração do turismo no Estado; II Identificar, selecionar e divulgar oportunidades de investimentos turísticos no território estadual; III Viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos; IV Induzir o desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico e, V Dar assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

A gestão das ações da FUNDTUR está em consonância com o Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, que é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. O planejamento das ações da FUNDTUR é construído e aprovado com a participação dos integrantes do Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul.

Já o Programa para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-MS) tem como objetivo<sup>36</sup> dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural de MS por meio da implantação de serviços de atendimento ao público e de infra-estrutura básica em locais de efetiva exploração turística ou de potencial turístico, além do estímulo às iniciativas e privadas voltadas à atividade turística (Mato Grosso do Sul, 2007b).

Basicamente, a efetivação do Programa acontece a partir de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados à implantação de obras de infraestrutura básica (transporte e saneamento ambiental); ao aparelhamento de bens de domínio público, especialmente em áreas protegidas; à recuperação e à reabilitação de exemplares do patrimônio cultural; ao fomento da oferta turística, propiciando melhorias dos equipamentos turísticos existentes e criação de outros e da qualidade dos serviços públicos ou privados de exploração turística, promovendo a adequação e o aperfeiçoamento da capacidade de atendimento da demanda.

A Serra da Bodoquena foi escolhida em MS em função da região de Bonito ser um destino turístico consolidado. Dentre as ações previstas para o MONAGLA estão a elaboração de projeto e construção do receptivo e outras instalações já aprovadas pelo CECAV. Os recursos previstos para o MONAGLA são da ordem de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais).

---

<sup>36</sup> Art. 2º do Decreto Estadual Nº 12.346, de 15 de junho de 2007.

### 3.3.5 Secretaria de Patrimônio da União – SPU

Como já explicitado na Seção 2, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, as cavidades naturais subterrâneas passam a ser patrimônio da União. Considerando que, dentre as competências da Secretaria de Patrimônio da União, estão:

[...] II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União; III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes; [...] XI - promover a cessão onerosa ou outras outorgas de direito sobre imóveis da União admitidas em lei; XVIII - promover a doação ou cessão gratuita de imóveis da União, quando presente o interesse público. (Brasil, 2008)

Cabe, assim, ao Departamento de Destinação Patrimonial da SPU, coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, regularização fundiária, normatização de uso e análise vocacional dos imóveis da União, como é o caso da Gruta do Lago Azul e Gruta Nossa Senhora Aparecida.

Considerando ainda que a

Implantação de projetos turísticos, em parceria com outros Órgãos das esferas federal, estadual e municipal, que prestigiam a conservação ambiental, tendo como diretriz a valorização dos imóveis da União, também é prioridade da Secretaria do Patrimônio da União (Brasil, 2008).

Portanto, se o grande desafio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2008), através da Secretaria do Patrimônio da União, *é encontrar soluções aplicáveis aos anseios da sociedade, usando uma abordagem estritamente técnica*, então não há como refutar a importância da SPU como relevante Instituição no processo de cessão de uso destes patrimônios ao Estado de Mato Grosso do Sul, como já solicitado formalmente através de correspondência oficial.

Por fim, o estabelecimento de políticas públicas no território em estudo é sim de responsabilidade das Instituições descritas, conforme suas atribuições, que corrobora com o processo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental na região de forma equitativa, respeitando suas respectivas áreas de atuação institucional, o território, suas territorialidades, bem como “os homens” que se relacionam com esse território.

### 3.4 A Infra-estrutura

Considerada como componente primordial na atividade turística, a infra-estrutura compreende todo e qualquer equipamento necessário para o adequado desenvolvimento da mesma, tais como: acesso, transporte, comunicação, saneamento etc. No MONAGLA, a infra-estrutura designa o acesso, os meios de transporte e os de comunicações disponíveis, bem como a estrutura existente para atendimento da visitação no MONAGLA.

Localizado a oeste da sede do município de Bonito, entre os córregos Anhumas, ao norte, e Taquaral, ao sul, nas coordenadas 21°08'39" (latitude) e 56°35'25" (longitude), o acesso ao MONAGLA ocorre por estrada cascalhada, em área de fácil acesso, num percurso de 19 km pela Rodovia MS 382. Saindo da sede do município até o km 10, segue à esquerda por estrada de servidão em área da Fazenda Rancho Alegre. O acesso possibilita o tráfego de qualquer tipo de veículo automotor, inclusive de grande porte. Na Figura 10 é possível observar o estado de conservação das placas de sinalização, fato este também alertado por visitantes durante pesquisa. Há uma necessidade de padronizar a sinalização, bem como de se criar uma identidade visual para a unidade de conservação.

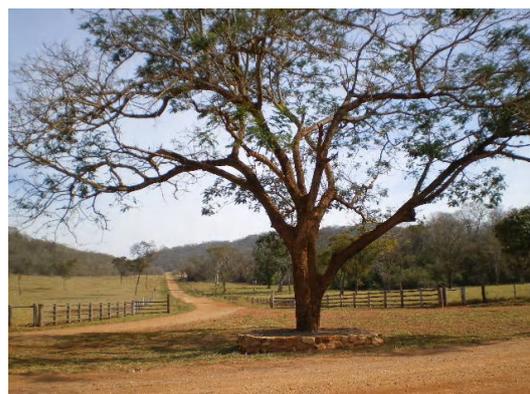




Figura 10 - Sinalização de acesso da MONAGLA  
 Fonte: Levantamento de campo, 2007.

A área é atendida com energia elétrica através da concessionária ENERSUL e a água é proveniente de poço artesiano, com bombeamento da água por desnível de fazenda vizinha. Não possui telefonia fixa e a telefonia móvel atende clientes de todas as operadoras.

Atualmente a recepção e atendimento de visitantes é realizada numa construção identificada como receptivo (Figura 11), que possui lanchonete, loja de *souvenirs* e área de descanso. Os sanitários estão localizados em outra construção, que utilizam uma fossa séptica como sistema de controle ambiental. Os resíduos são acondicionados e recolhidos pelo sistema de coleta municipal a cada dois dias. As latas de alumínio seguem para a cidade e são encaminhadas para reciclagem.





Figura 11 - Estrutura do receptivo  
Fonte: Levantamento de campo, 2007.

Em incursão no território para esta pesquisa, observou-se que a ONG Brazil Bonito, reutiliza as toucas de papel descartável utilizadas por turistas durante o passeio da GLA, para preencher almofadas (Figura 12) produzidas por pessoas da comunidade, promovendo a inclusão social e a geração de renda.

Dentre as ações do plano de manejo espeleológico está a proposição de uma infraestrutura para atendimento da demanda de visitação do MONAGLA. O projeto arquitetônico contou, inicialmente, com subsídios de técnicos das diferentes Instituições que apoiaram a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico, através do INFRACAV.



Figura 12 - Aproveitamento de toucas descartáveis utilizadas na visitação à Gruta do Lago Azul pela ONG Brazil Bonito na fabricação de almofadas  
Fonte: Brazil Bonito, 2008.

De acordo com o documento, para os projetos de infra-estrutura externa foi sugerida a construção de um Centro de Visitantes Central, com estacionamento, banheiros e lanchonete para atendimento de no mínimo 100 (cem) pessoas simultaneamente e com a estimativa de circulação diária de 300 (trezentas) pessoas. Este número foi considerado para a elaboração dos projetos de tratamento de esgoto, lixo e abastecimento de água.

Como o MONAGLA é constituído por duas áreas não contínuas ao redor das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, e considerando que a área declarada como de utilidade pública para a criação da unidade de conservação abrange uma área já desmatada, utilizada atualmente como pastagem, a implantação do Centro de Visitantes da UC está prevista para os arredores da Gruta Nossa Senhora Aparecida, conforme cópia do projeto arquitetônico no Anexo E. Além do Centro de Visitantes Central foi projetado um Centro de Apoio para a Gruta do Lago Azul no local onde já existe uma estrutura de recepção aos visitantes. A indicação do estudo é que as atuais construções sejam totalmente demolidas.

As indicações gerais do projeto arquitetônico caracterizam um tipo de arquitetura simples, com baixo impacto visual na paisagem. Recomenda-se a utilização de matéria prima local, visando minimizar o custo da obra e a facilidade da aquisição do material.

Com relação ao caminhamento interno das grutas, as indicações do projeto são de que seja o mais natural possível, de forma a não agredir o meio ambiente cavernícola, mas proporcionando segurança aos diferentes públicos que visitam a GLA.

Boggiani (Mato Grosso do Sul, 2007a) também informa que:

Uma das maiores preocupações para a concepção do projeto da escadaria foi o tipo de material a ser empregado. Alguns materiais foram discutidos, entre eles a madeira, que não poderia ser utilizada devido à contaminação por microorganismos, principalmente fungos, que poderá acarretar no interior da caverna. (Mato Grosso do Sul, 2007a)

Assim, o plano de manejo espeleológico aponta a opção pela utilização de aço cortem, principalmente por se tratar de um material que não se oxida e também por proporcionar baixo impacto visual, principalmente se for de cor escura. Ressalta-se ainda que a proposta de implantação de escadaria metálica é restrita a pontos onde o seu uso causa menos impacto do que a proposta de escadaria com rocha e argamassa, por exemplo, em pontos na Gruta do Lago Azul onde o caminhamento é sobre escurrimo calcítico.

Cabe destacar ainda que:

O uso de corrimão – assunto controvertido para infra-estrutura interna das grutas em função do impacto visual que provoca – será estudado após a construção dos caminhamentos. Isto porque ao se construir caminhamentos, mesmo que de rocha rejuntada com argamassa, bem estruturados, com os degraus uniformes e evitando-se inclinações a segurança fica garantida e exclui a necessidade do corrimão. Desta forma, após os caminhamentos prontos, o uso ou não do corrimão será investigado e sujeito a um novo licenciamento junto ao IBAMA e IPHAN. (Mato Grosso do Sul, 2007a)

É evidente a preocupação em buscar meios de equilibrar a visitação e a conservação do MONAGLA pelos os envolvidos no processo. Como a sistematização da atividade turística em cavernas é recente, esta carece da aplicabilidade de parâmetros sustentáveis para se incorrer no menor número de erros. Em suma, se as Instituições não estão fazendo o melhor, elas estão fazendo o melhor que podem, pois inexistente um “padrão” de implantação de infraestrutura para visitação em cavernas no Brasil.

### **3.5 O Meio Ecológico**

Sobre o meio-ecológico, a descrição faz referência direta à área correspondente ao entorno das cavidades Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, compreendendo o perímetro do MONAGLA.

De acordo com o Art 12 da Lei 9985/00,

§1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. § 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do monumento natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000).

A vegetação de entorno da Gruta do Lago Azul é constituída por espécies de floresta estacional semidecidual em transição para o Cerradão e a Floresta estacional decidual submontana, que ocorre no morro sobre a gruta, sendo assim um ecótono de vegetação do tipo Cerradão para Floresta Estacional Decidual. No início da trilha de entrada da Gruta do Lago Azul são encontradas espécies florísticas típicas de cerradão, passando a vegetação mais típica de mata na medida em que se avança em direção à gruta. (MATO GROSSO DO SUL, 2007)

O relevo da região é caracterizado por morrarias rochosas circundadas por áreas planas de solo fértil. Praticamente todas as áreas planas foram desmatadas e empregadas atualmente para pastagem alternada com atividades de agricultura. Apesar do solo fértil, a agricultura nestas áreas é dificultada pela declividade do terreno, em que obras de contenção da erosão, em curvas de nível, dificilmente conseguem conter este processo, principalmente com a ocorrência de chuvas torrenciais. O assoreamento do Córrego Anhumas e perda da qualidade do solo demonstram a necessidade de implementação de algum mecanismo para recuperação

da vegetação em determinadas áreas críticas. Outra característica da área é a escassez de água superficial, o que ocasiona a perfuração de poços para a obtenção de água subterrânea.

A situação fundiária do MONAGLA ainda é indefinida. Apesar do levantamento fundiário da área ter sido concluído em 2003, os proprietários ainda não foram indenizados por não concordarem com o valor da avaliação da área (o cálculo é baseado no valor do hectare), e ainda desenvolvem suas atividades econômicas, como a pecuária (Figura 13).



Figura 13 - Área ainda não indenizada do MONAGLA e criação de gado

Fonte: Levantamento de campo, 2008.

O órgão gestor da UC já solicitou nova avaliação, mas esta ainda não foi consolidada. Um outro aspecto relacionado à situação fundiária da UC é que há um excesso de áreas não titularizadas, o que significa que o proprietário tem a posse mas não tem o título da área. De acordo com o levantamento fundiário, 07 propriedades integram o território do MONAGLA. Uma alternativa para a regularização fundiária é a compensação de reserva legal, através da aquisição de áreas dentro de UC para compensar a inexistência de reserva legal em propriedades privadas, em conformidade com legislação estadual vigente<sup>37</sup>.

Com relação ao planejamento e manejo da UC, algumas etapas são imprescindíveis: elaboração do plano de manejo, com definição do papel das territorialidades envolvidas (meio ambiente, turismo e geologia) e fortalecimento dos programas de proteção, fiscalização e uso público.

---

<sup>37</sup> Decreto Estadual nº 12.528/2008. Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

As grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida situam-se num sistema cavernícola complexo que merece ser considerado como um todo. Denominado Núcleo Anhumas (LINO *et al.* 1984), é composto, de sul para norte em suas posições geográficas, pela Gruta da Fazenda América, Abismo Anhumas, Abismo Barro Preto, Gruta do Lago Azul, Gruta Guaviral, Gruta do Portal, Gruta São Miguel, Gruta Nossa Senhora Aparecida e Gruta da Fazenda Jaraguá, cavernas estas mapeadas por Lino *et al.* (1984).

Este sistema apresenta cavernas alinhadas na direção norte-sul, que acompanha a exposição de rochas dolomíticas, parcialmente silicificadas, e são conhecidas geologicamente por Formação Bocaina (Grupo Corumbá). Estas rochas apresentam camadas horizontais a levemente dobradas. Os dolomitos encontram-se sem sinais de recristalização e com fraturas preenchidas por sílica.

Entre estas cavernas, três delas apresentam lago subterrâneo: os abismos Anhumas e Barro Preto e a Gruta do Lago Azul. Estas cavernas estão distribuídas numa distância máxima de 2 km entre si, alinhadas na direção aproximada norte-sul, estando os abismos Anhumas e Barro Preto ao sul e a Gruta do Lago Azul ao norte. (MS, 2007a:143)

Assim, a definição de uma área maior de proteção às cavernas é necessária com a finalidade de garantir a manutenção de suas condições naturais, frente à ampliação das atividades econômicas no entorno. De acordo com MS (2007a), o “MONAGLA é insuficiente para garantir a proteção das cavidades, principalmente com relação à manutenção do nível freático” (MS, 2007a:142).

Todos estes elementos estão organizados em função de um território (a Gruta do Lago Azul) e de todas as territorialidades que possam emergir da relação deste com os seus demais elementos constituintes.

## **4 ENTRE ESTALACTITES E ESTALAGMITES, AS TERRITORIALIDADES SE REVELAM**

A abrangência dos aspectos geológicos, turísticos e ambientais da Serra da Bodoquena, a caracterização metodológica da pesquisa, o embasamento teórico e a descrição dos elementos constituintes do espaço geográfico em análise foram subsídios importantes para a compreensão das territorialidades exercidas no MONAGLA. Entretanto, estas territorialidades são mais evidentes quando se analisa a atuação dos distintos entes que integram e que interagem neste território.

Com o intento de possibilitar uma maior compreensão das territorialidades exercidas pelas Instituições que atuam de alguma forma no território em análise, é que se apresentam os resultados quantitativos e qualitativos desta pesquisa.

### **4.1 Resultados da Pesquisa Quantitativa**

Extremamente relevantes no contexto da apropriação social deste patrimônio espeleológico, os visitantes da Gruta do Lago Azul são enfáticos ao reconhecer os atributos estéticos e paisagísticos da cavidade em tela, mas desconhecem e/ou ignoram aspectos legais e administrativos, conforme informações apresentadas no item 4.1.1 a seguir. Já os resultados sobre o Grau de Satisfação do Visitante com Relação à Prestação de Serviços na Gruta do Lago Azul são apresentados e analisados no item 4.1.2. Apesar de todos os elogios, os visitantes identificam necessidades de melhorias na Gruta do Lago Azul, conforme item 4.1.3.

#### **4.1.1 Relação do Visitante com a Gruta do Lago Azul**

Quando questionados se sabiam que a Gruta do Lago Azul é uma unidade de conservação, 71,3% disseram que sim e mais de 85% dos entrevistados estavam visitando a Gruta do Lago Azul pela primeira vez. Dentre as motivações para a visita à Gruta do Lago Azul, os aspectos naturais e paisagísticos foram citados por 44,3% dos entrevistados, seguido pelo motivo de lazer e turismo (35,6%). Ressalta-se que neste item, alguns entrevistados apontaram mais de uma resposta, citando ainda aspectos históricos-culturais.

Na opinião da maioria dos entrevistados, a administração e organização da visitação na Gruta do Lago Azul são efetuadas pela Prefeitura Municipal (21 pessoas). Para outros 12 entrevistados, a visitação é organizada pelas agências de viagens e na opinião de 13 entrevistados a atividade de visitação é organizada pelo governo estadual.

Observa-se que este item foi formalizado como questão aberta, sem opções de respostas aos entrevistados. Desta forma, os mesmos apontaram diversas alternativas, como as reproduzidas no Quadro 04 a seguir:

Quadro 04 - Administração e Organização da visitação na GLA, na opinião dos visitantes.

<b>Resposta</b>	<b>Qtd</b>
Prefeitura Municipal	23
Governo Estadual	13
Agências de Viagens	12
Não sabe	12
Iniciativa privada	05
Governo Estadual + Municipal	04
Governo Federal (IBAMA / IPHAN)	04
Gov. federal + estadual + municipal	02
Governo Federal e Municipal	02
Governo Estadual + Prefeitura + Pousadas + Guias	02
Guias	02
3º Setor (ONGs e Associações)	02
Propriedade particular	01
Poder Público + iniciativa privada	01
IPHAN + Município	01
Governo Federal + Estadual	01
<b>Total</b>	<b>87</b>

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2007.

Neste item, baseada nas respostas dos entrevistados, fica evidente que a atuação do Município de Bonito, através da Prefeitura Municipal, é bem mais marcante. O órgão gestor da UC deve-se fazer mais presente, bem como as demais Instituições, com a finalidade de se demonstrar de fato, “quem faz o quê”. Apesar da pesquisa não questionar diretamente a motivação do porquê das respostas dos entrevistados, em muitas ocasiões os mesmos atribuíam à Prefeitura de Bonito a responsabilidade sobre toda a organização do sistema de visitação turística bem como se referiam aos vários prêmios concedidos ao Município como modelo de organização turística.

Neste caso, a compreensão do sistema turístico implantado é importante, principalmente por oportunizar a possibilidade dos visitantes saberem de fato como ocorre a gestão de um sítio espeleológico, agregado de grande valor patrimonial e econômico.

Quando indagados sobre quais instituições o entrevistado identificava ou relacionava à Gruta do Lago Azul, as respostas foram as seguintes (Quadro 05):

Quadro 05 - Instituições que identifica/relaciona à GLA, na opinião dos visitantes.

Resposta	Qtd
Não sabe ou não identifica	21
IBAMA /IPHAN	07
IBAMA	05
Poder Público e Iniciativa Privada	05
Iniciativa Privada	05
IBAMA e Governo Estadual	04
Poder Público	04
Governo Estadual e Municipal	03
Pousadas e Guias	02
Prefeitura	02
SEMAC	02
Ministério do Turismo	02
Secretaria de Turismo e Agências de Viagens	02
Governo do Estado	02
COMTUR, CONDEMA, IBAMA E IPHAN	01
Governo do Estado e Federal	01
Governo Federal e Prefeitura de Bonito	01
Guias	01
IBAMA e FUNDTUR	01
IBAMA e IMASUL	01
IBAMA, SEMAC, Secretaria de Turismo, MMA, Prefeitura	01
Instituições Públicas municipal, estadual e federal	01
IPHAN, IBAMA, órgão ambiental estadual e municipal e secretaria de turismo estadual e municipal	01
IPHAN, CECAV, Secretaria Estadual	01
MMA, IBAMA, IPHAN	01
BNDES	01
MTUR, Secretaria de Turismo estadual e municipal	01
Órgão Ambiental	01
Poder Público Federal, Estadual, Municipal e ONGs	01
Prefeitura e Agências	01
Prefeitura e Associações	01
Prefeitura e ONGs	01
Prefeitura, Governo federal, Estadual, IPHAN e SEMA	01
Prefeitura, IPHAN, Secretaria de Turismo e Cultura, IBAMA e MMA	01
Secretaria Municipal de Turismo, AGTB, IMASUL, FUNDTUR, SPU, IBAMA, CECAV, IPHAN	01
Total	87

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2007.

Aos entrevistados também foi feita a seguinte questão fechada: A Gruta do Lago Azul é: As respostas indicam que para 30% dos respondentes a Gruta do Lago Azul é um patrimônio nacional; para 29% é um patrimônio da humanidade; para 22%, uma unidade de conservação e para 18% um atrativo turístico.

Os dados a seguir demonstram a opinião dos entrevistados em diferentes questões concernentes à gestão da Gruta do Lago Azul: na opinião da maioria dos entrevistados, a Prefeitura Municipal de Bonito é a Instituição responsável pela administração (49,9%), manutenção (46%) e segurança (46%) da Gruta do Lago Azul. Quanto à fiscalização, os entrevistados atribuíram a responsabilidade ao Governo do Estado (26,3%), seguido do Governo Federal (25,2%). É relevante observar que muitos entrevistados não sabiam a qual órgão ou instituição atribuir tais responsabilidades. Assim, é possível concluir que, apesar de terem suas funções legalmente atribuídas, poucas Instituições se apresentam como deveriam à sociedade. O cumprimento de suas atribuições, bem como a divulgação de suas ações poderia se reverter numa outra situação ou relação com o objeto de estudo.

#### 4.1.2 Identificação do Grau de Satisfação do Visitante com Relação à Prestação de Serviços na Gruta do Lago Azul

Com a finalidade de identificar a qualidade na prestação de serviços existentes na Gruta do Lago Azul, foi perguntado aos entrevistados o grau de satisfação dos mesmos com relação aos serviços oferecidos pela agência de turismo, ao meio de transporte utilizado e a via de acesso à Gruta do Lago Azul, sobre o receptivo, sobre o trabalho dos guias de turismo, sobre a segurança, sobre a infra-estrutura existente e também sobre a qualidade da informação repassada e divulgação da Gruta do Lago Azul. As respostas estão demonstradas no Quadro 06 a seguir:

Quadro 06 - Grau de satisfação do visitante com relação à prestação de serviços na GLA

Avaliação Serviço	Ótimo ☺ 10 – 9,0	Bom ☺ 8,9 – 7,0	Regular ☺ 6,9 – abaixo	SEM RESPOSTA
1c Agência	<b>50 / 57,5%</b>	17 / 19,5%	13 / 14,9%	07 / 8,0%
2c Transporte / Acesso	31 / 35,6%	23 / 26,4%	<b>32 / 36,8%</b>	01 / 1,1%
3c Receptivo	<b>52 /</b>	27 /	05 / 5,7%	03 / 3,4%

	<b>59,8%</b>	31,0%		
4c Guias	<b>70 / 80,5%</b>	14 / 16,1%	02 / 2,3%	01 / 1,1%
5c Segurança	<b>34 / 39,1%</b>	26 / 29,9%	26 / 29,9%	01 / 1,1%
6c Infra-estrutura	31 / 35,6%	<b>43 / 49,4%</b>	11 / 12,6%	02 / 23,0%
7c Informação/divulgação	<b>42 / 48,3%</b>	29 / 33,3%	13 / 14,9%	03 / 3,4%

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2007.

Em referência à prestação dos serviços existentes na Gruta do Lago Azul, observa-se que mais de 57% dos entrevistados avaliaram os serviços prestados pelas Agências de turismo que os atenderam como ótimo, conforme tabela 04. Observa-se ainda que os respondentes mostraram-se divididos quando avaliaram o item Transporte/acesso: para 36,8% dos visitantes é regular e para 35,6% é ótimo.

Observam-se índices consideráveis para o Receptivo existente, onde 59,8% dos entrevistados avaliaram como ótimo, e também para o trabalho dos Guias de Turismo, avaliado como ótimo por 80,5%. O item Segurança foi avaliado como ótimo por 39,1% dos entrevistados e 49,4% avaliou a infra-estrutura existente como boa. O item Informação/divulgação foi avaliado como ótimo por 48,3% dos entrevistados.

#### 4.1.3 Identificação das Necessidades de Melhorias na Gruta do Lago Azul, na Ótica dos Entrevistado

A última parte do questionário foi composta por uma questão aberta, onde os entrevistados deveriam opinar sobre o que poderia ser melhorado na prestação de serviços na Gruta do Lago Azul. Para melhor visualização, os itens citados pelos entrevistados foram agrupados em Segurança; Infra-estrutura; Acesso; Qualidade no Atendimento; Sinalização; Divulgação.

Dentre os comentários feitos pelos entrevistados sobre o item Qualidade no Atendimento, destacam-se: maiores explicações sobre a área; maiores informações sobre a descida antes do passeio (necessidade de tênis, ter as mãos livres e preferencialmente não carregar acessórios); valores mais acessíveis; instalação de bebedouros, inclusive nas paradas; produtos mais acessíveis na lanchonete e na loja; melhorar a informação dos guias; melhoria dos sanitários; instalação de restaurante; implantação de transporte público para o passeio;

maior controle na visitação; melhoria na prestação dos serviços, com atendimento de qualidade; paisagismo e outros cuidados no receptivo; maior flexibilidade da agência.

Sobre o item Infra-estrutura, os entrevistados citaram a necessidade de instalação de corrimão, corda-guia ou outro apoio nas descidas íngremes (pedras lisas); deck de acesso universal, promovendo a acessibilidade para portadores de necessidades especiais e idosos; melhoria na escadaria; instalação de bancos na entrada da Gruta; melhorar a infra-estrutura do receptivo para visitantes, inclusive com instalação de área de lazer e abrigo contra o frio; instalação de iluminação no interior da Gruta.

Com relação o item Segurança, foram citados: necessidade de investimento em segurança, com aquisição de equipamentos de proteção individual e de primeiros socorros e resgate; maiores informações sobre os itens de segurança, não expondo o visitante aos riscos da descida; necessidade de salva-vidas ou equipe de resgate; maior segurança para idosos.

Em referência a Sinalização, as respostas concentraram-se na necessidade de instalação de placas de sinalização na estrada, inclusive desde Campo Grande e recuperação das placas existentes. Um outro item bastante citado pelos entrevistados é que estas placas deveriam ser bilíngües (em inglês ou espanhol).

No que se refere ao Acesso, em geral os entrevistados apontaram que as condições da estrada (cascalhada) ofereciam perigo e sugeriram melhorias e manutenção ou até mesmo a pavimentação asfáltica da estrada de acesso ao MONAGLA.

A maior divulgação da Gruta do Lago Azul e dos aspectos naturais do município de Bonito em outros estados, a disponibilização de material de divulgação ao público e a necessidade de exploração da marca Gruta do Lago Azul nos produtos foram os comentários mais citados no item Divulgação.

Outros comentários feitos pelos entrevistados (total de 07): necessidade de uma ação mais efetiva dos órgãos responsáveis pela fiscalização e monitoramento; compactação do solo na trilha; permissão de acesso à Gruta somente para crianças acima de oito anos; poder chegar mais próximo ao lago; e que o receptivo deveria ser do município e não privado.

Também foi perguntado aos entrevistados se os mesmos recomendariam a Gruta do Lago Azul como atrativo a ser visitado em Bonito a familiares, amigos e conhecidos. 98,9% disseram que sim, demonstrando um alto grau de satisfação com o local em si. Cabe uma consideração ao motivo que levou o único respondente a responder que não recomendaria a Gruta do Lago Azul como atrativo a ser visitado em Bonito. Em conversa informal, após o término do questionário, o mesmo relatou que a atração é indiscutivelmente magnífica e que

por este motivo sim, recomendaria. Entretanto, os serviços associados é que fazem a diferença do local. Assim, o mesmo não se sente à vontade em indicar um local só por sua beleza cênica. O acesso em via não pavimentada não foi considerado como um dos melhores, a dificuldade do acesso no interior da GLA, a falta de qualidade nos serviços da lanchonete, a ausência de criatividade no oferecimento dos produtos da loja de souvenirs, a ausência de instalações confortáveis enquanto se aguarda seu grupo foram alguns dos motivos listados pelos entrevistados.

Quando questionados se tinham intenção de visitar novamente a Gruta do Lago Azul em outra oportunidade, 75,9% dos visitantes disseram que sim.

## **4.2 Organização, Discussão e Análise das Entrevistas**

Os dados coletados por meio de entrevistas referem-se ao opinário dos representantes das Instituições detalhadas na terceira seção sobre diferentes aspectos relacionados ao MONAGLA. Utilizando como suporte um roteiro de entrevista semi-estruturado (Apêndice A) e um gravador, os dados coletados foram transcritos, digitados, organizados por temática, sistematizados e compilados em um quadro-resumo, com a opinião de cada entrevistado em diferentes assuntos abordados durante as entrevistas. Com a finalidade de aprofundar a análise, alguns trechos das entrevistas poderão ser utilizados na forma de citação, no decorrer do texto, para subsidiar o conteúdo apresentado.

### **4.2.1 Relação Institucional**

Este item tem por finalidade identificar as competências das diferentes instituições sobre o MONAGLA, e será respaldado em aspectos legais e no depoimento do entrevistado. Como já relatado, as responsabilidades sobre a Gruta do Lago Azul são diversas, distintas e transcendem os limites institucionais, sobrepondo competências. Quando indagados sobre a relação de sua Instituição com o objeto deste estudo, as respostas foram as seguintes, conforme o Quadro 07:

Quadro 07 - Qual é a relação de sua Instituição com a Gruta do Lago Azul – GLA?

Instituição <sup>38</sup>	Respostas
I 01	Preservar, divulgar, conservar o patrimônio cultural brasileiro e a GLA é um exemplo disso por ter sido tombada pelo IPHAN.
I 02	Regularizar a visitação turística em grutas utilizadas para esse fim (licenciamento da atividade)
I 03	A partir da CF/88, todas as cavidades são patrimônio da União.
I 04	Órgão Gestor do MONAGLA
I 05	Promover e divulgar como atrativo turístico <i>ícone</i> da região Bonito – Serra da Bodoquena e do Estado.
I 06	Programa criado pelo Governo federal para consolidar destinos turísticos. Como a Serra da Bodoquena foi um dos destinos escolhidos, além de diversos outros investimentos, o Programa tem por objetivo disponibilizar recursos financeiros para o MONAGLA.
I 07	Gerenciamento da visitação na GLA.
I 08	Orientação à SECTUR com relação às questões ambientais sobre o MONAGLA
I 09	Participa e define a aplicação dos recursos oriundos da taxa de visitação na Gruta do Lago Azul, já que esse recurso é que forma o Fundo Municipal de Turismo.
I 10	RELAÇÃO INTENSA. A GLA é local de trabalho para os guias.
I 11	Relação Indireta. A Gruta do Lago Azul é o atrativo âncora na região de Bonito. É importante para a ATRATUR que a Gruta funcione bem, que os turistas fiquem satisfeitos. Atualmente a GLA não é associada à ATRATUR.
I 12	A ABAETUR é formada por 15 agências associadas, mas todas, associadas ou não, em Bonito tem o direito de vender a visita na Gruta Lago Azul.

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2008.

Observa-se que dentre os entrevistados, com exceção da I 11, todas as demais Instituições têm uma relação muito próxima com o objeto deste estudo, seja por ser um patrimônio tombado, um bem da união, um local de trabalho ou uma área protegida. Outras territorialidades também se manifestam neste espaço, como no caso do I 2 que é responsável pelo licenciamento ambiental de atividades turísticas em cavidades, ou do I 6 que tem uma previsão orçamentária para investimentos em infra-estrutura ou ainda da I 8, que orienta a I 7 sobre questões relacionadas ao MONAGLA.

#### 4.2.2 Atividades Institucionais

Uma ação institucional é primordial em qualquer território. No MONAGLA, as principais atividades desenvolvidas pelas instituições entrevistadas são apresentadas no Quadro 08

<sup>38</sup> Para efeitos desta pesquisa, as Instituições serão designadas como: I 01 (IPHAN); I 02 (CECAV); I 03(SPU); I 04 (IMASUL); I 05( FUNDTUR); I 06 (PRODETURSUL/MS); I 07 (Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito-MS); I 08 (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); I 09 ( COMTUR); I 10 ( AGTB); I 11 (ATRATUR); I 12 (ABAETUR).

Quadro 08 - Quais as principais atividades desenvolvidas por sua Instituição na GLA?

Instituição	Respostas
I 01	Proteção, gestão e fiscalização do patrimônio tombado.
I 02	Analisar o EIA-RIMA e o Plano de Manejo Espeleológico (PME) da gruta e emitir parecer a respeito; realizar vistorias periódicas na Gruta; analisar, aprovando ou não, as propostas de intervenção apresentadas pelo estado e dar o apoio necessário quando solicitado.
I 03	Organização dos entes interessados
I 04	Gestão da Unidade de Conservação, ou seja, acompanhamento de sua implementação que são, em ordem de prioridades, regularização fundiária do MN, elaboração de plano de manejo, proteção e fiscalização da UC, acompanhamento de parcerias entre Prefeitura Municipal de Bonito e órgãos federais responsáveis pelo patrimônio da UNIÃO, as cavernas.
I 05	Ações de Promoção e Divulgação enquanto produto turístico em nível nacional e internacional
I 06	Elaboração de projeto com previsão de investimentos para melhoria das instalações no MONAGLA, principalmente receptivos.
I 07	Organização do sistema de visitação; Cumprimento rigoroso do implícito na portaria do IPHAN; Cumprimento de recomendações do IBAMA no que se refere ao Plano de Manejo Espeleológico (nº de pessoas, data, nº de visitantes, data, necessidade do guia de turismo); Inserção da comunidade na visitação, através de ingresso gratuito; Modelo implantado: Exemplo nacional; Inserção da disciplina Noções Básicas de Turismo na Grade curricular do ensino fundamental no município, que tb fala de MA (desde 2007). Em seus trabalhos incluem visitação à GLA, com confecção (elaboração) de relatórios pelos alunos, inserindo a comunidade bonitense no contexto.
I 08	Suporte à Prefeitura Municipal de Bonito para dirimir questões junto à SEMAC
I 09	Não tem gerência sobre a Gruta do Lago Azul, ele é apenas um Conselho, apenas são discutidos assuntos relacionados à Gruta, mas a gestão e responsabilidade é do poder público, que tem poder de execução.
I 10	Condução de visitantes; Informações prestadas aos visitantes; Atenção na parte de integridade física, na orientação do esforço que a pessoa vai realizar (esforço físico). Esse é o papel do guia; Atendimento às escolas
I 11	Realização de Cursos de capacitação em primeiros socorros; qualidade dos serviços nos atrativos. Na opinião do entrevistado, a GLA deve acompanhar a evolução dos outros atrativos. Deveria ser espelho, mas atualmente anda atrás. No processo de certificação dos atrativos no que se refere ao ISO para segurança pela ABETA, a GLA nem participou das oficinas.
I 12	Quando saímos para algum lugar para divulgação de Bonito, ex: <i>workshops</i> , trabalhamos num todo e em Bonito é somente a venda de ingresso para visitação

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2008.

Em análise, todas as respostas apontam para ações institucionais. Há casos em que a citação do entrevistado não reflete o histórico documentado (como atas de reuniões, por exemplo) e há casos onde as atividades desenvolvidas não são condizentes com o regimento interno ou estatuto social da Instituição entrevistada. Destaca-se que estas ações são mínimas diante das necessidades do objeto de estudo. Para que as atividades possam ser dinamizadas no território, a ação destas Instituições é decisiva.

#### 4.2.3 Potencialidades

Quando indagados sobre as potencialidades identificadas do MONAGLA, houve uma unanimidade com relação ao valor paisagístico da Gruta do Lago Azul, conforme demonstrado no Quadro 09 a seguir.

Quadro 09 - Quais são os grandes potenciais da GLA?

Instituição	Respostas
I 01	Pesquisa científica não disponível; - patrimônio biológico, geológico e paleontológico.
I 02	É uma gruta de beleza cênica ímpar, propícia à visitação turística devido ao fácil acesso e às dimensões da entrada e do salão principal, possuindo características que possibilitam a realização do <u>turismo em massa</u> , desde que de forma controlada, com regras bem estabelecidas. A caverna também possui um grande potencial científico, principalmente com relação à bioespeleologia, devido à presença de troglóbios, e à paleontologia.
I 03	A Serra da Bodoquena é uma região calcária de beleza inusitada; fonte de receitas, para o município, para o Estado, mais um elemento para fortalecer o turismo.
I 04	Turismo ecológico, modelo de gestão de áreas naturais protegidas.
I 05	Atualmente a Gruta tem sido explorada como produto turístico sendo a cavidade sua principal atração; mais potencialmente falando, agregando a cavidade o entorno no qual ela está inserida a diversas atividades a serem exploradas, inclusive a G.N.S.Aparecida.
I 06	A Beleza da GLA.
I 07	A GLA é o passeio mais visitado de Bonito; é reconhecido regional, nacional e internacionalmente; recebe visitantes de todo planeta
I 08	Atrativo carro chefe do Estado de MS; paleofauna importante no lago que pode se perder, por falta de indefinição dos inúmeros gestores; Como MONA não vê vantagem nenhuma, pois as pessoas vão visitar a GLA e não a UC; Bem tombado que teve a superposição de uma categoria hierárquica inferior no SNUC; Na opinião do entrevistado, ser MONA não agrega valor algum à GLA.
I 09	Grande potencial de beleza natural
I 10	A área em si e a proteção do entorno; Vegetação do cerrado; Aspecto cênico da GLA; federal, estadual e municipal; Grandiosidade da GLA (riqueza de espeleotemas, muito acentuado); Visualização do lago, que impressionam a todos; Retorno dos turistas;
I 11	A GLA é um atrativo que impressiona pela beleza cênica
I 12	A Gruta é simplesmente maravilhosa

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2008.

Considerando potencial como o conjunto de qualidades inatas<sup>39</sup>, destaca-se de maneira ímpar o fator cênico e a diversidade do ecossistema relacionado à GLA. Já ao se considerar como potencial aquilo que é latente ou capaz de ser realizado, as respostas revelam o valor geológico e a implantação do geoparque, a oportunidade para novas pesquisas, a possibilidade para a exploração de outras atividades econômicas e/ou comerciais, como a própria

<sup>39</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2004: 2273.

estruturação da Gruta Nossa Senhora Aparecida e a oportunidade de profissionalizar os serviços para atender uma demanda cada vez mais exigente.

#### 4.2.4 Ameaças e Possíveis Soluções

As Instituições que se relacionam com o território, além de identificar as potencialidades também identificaram possíveis ameaças e respectivas soluções no MONAGLA. Este componente tem a intenção de verificar a opinião dos entrevistados sobre as ameaças e apontar possíveis soluções aos problemas (Quadro 10).

Quadro 10 - Na opinião de sua Instituição, quais os principais problemas ou ameaças existentes na GLA?

Instituição	Respostas
I 01	Gestão por diferentes instituições (inclusive com omissão dos entes); necessidade de se trabalhar de forma compartilhada, uma vez que a GLA está bem cuidada, que o município vem fazendo um bom papel.
I 02	O turismo mal feito, não sustentável. A degradação do ambiente pode ser ocasionada por contaminação do lençol freático devido à construção de banheiros no receptivo sem o devido cuidado com as fossas sépticas, depredação (quebra de espeleotemas, pixações, depósito de lixo), entrada clandestina de pessoas fora do horário de visitação, entrada excessiva de visitantes com comprometimento da qualidade do ecossistema da gruta.
I 03	Depredação, já foi pior; Número de visitantes inadequado para a infra-estrutura existente, também inadequada; Falta de conhecimento.
I 04	Falta de uma parceria mais adequada entre a Prefeitura Municipal que faz a exploração do turismo na Gruta, e demais definições de competências entre os poderes executivos municipais, estaduais, e federais. Além de uma definição de políticas específicas do órgão gestor da unidade.
I 05	A demora na regulamentação de operação e administração da Gruta; a descontinuidade das ações de intervenções propostas pelo IPHAN para melhorias e mudanças no acesso a cavidade, proporcionando maior segurança aos turistas; a demora dos recursos do PRODETUR Nacional que serão investidos na MONAGLA.
I 06	O programa não fez nenhum diagnóstico em suas particularidades dentro da GLA.
I 07	Acesso (escadaria); Sanitários / fossa; Regularização fundiária; Atuação de diferentes Instituições.
I 08	Donos demais e ninguém faz nada.
I 09	Por se tratar de ambiente natural, tanto os acidentes envolvendo visitantes por falta de atenção e não seguir as orientações dos guias, como também quedas de estalactites.
I 10	Organização dos horários de agendamento; Refeição dos guias; Normas de segurança.
I 11	Falta de habilidade no relacionamento institucional (IPHAN, CECAV, IMASUL e Prefeitura Municipal de Bonito); Troca constante nas instituições o que ocasiona uma descontinuidade das ações e processos; Percepção equivocada da arrecadação da GLA de que Bonito arrecada muito dinheiro por parte do Governo do Estado; Temor pela demora na aprovação do plano de manejo, para implantar as obras necessárias, para evitar acidentes, correndo o risco de interdição e morosos processos judiciais; Necessidade de separar relações humanas e recursos humanos para que se possa acabar / minorar o fogo da vaidade. O problema nunca esteve nas instituições, mas sim entre

	as pessoas que representavam estas instituições.
I 12	Falta de segurança, ex; corrimão nas partes mais difícil, pelo tempo que já vem sendo explorada a mais de 15 anos e nada ainda foi feito.

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2008.

Em análise, as respostas com maior frequência e que também foram identificadas durante esta pesquisa são: a ausência da definição de papéis na gestão por diferentes instituições, a descontinuidade de ações de planejamento, manejo e gestão tanto da cavidade quanto da UC, invasão e depredação do patrimônio espeleológico (que já foi bem maior), a infra-estrutura que é inadequada para atender os visitantes (escadaria, recepção e sanitários) e também acidentes ocasionados por uma infra-estrutura imprópria para atender distintas demandas de visitação ou até por fatos que estão além da capacidade humana de controlar, como a queda de estalactites.

Ainda em apreciação, as possíveis soluções para estes problemas indicam: entendimento com as Instituições envolvidas para se trabalhar com a proposta de Geoparque; realização de estudos e pesquisas; Aumento do número de pessoal, investimentos financeiros na implantação da UC; Autorização do IBAMA e IMASUL para construção da escadaria; Licenciamento Ambiental; Regularização fundiária; Atribuir formalmente quem faz o quê. Uma vez atribuídas as funções e responsabilidades, que uma entidade ou pessoa não interfira uma na outra; Obediência por parte dos visitantes, por falta de atenção e não seguir as orientações dos guias; Colocar em prática o projeto da escadaria existente.

De todas as respostas, as que merecem destaque são:

Falta sentar à mesa e buscar resolução para os problemas e fazer o negócio funcionar; Definição de papéis; que é quem? Quem faz o quê? Necessidade de um líder, responsável, que seja aceito pelos outros, que cumpra sua atribuição com respeito a todos os envolvidos, e até hoje não apareceu ninguém que consiga cobrar de cada um sua responsabilidade com respeito e que o coordenador tenha habilidade para isso. E que entenda das coisas, tenha conhecimento. Falta um maestro para essa orquestra. (I 11)

A melhor solução é prevenir tais ocorrências através do planejamento adequado da visitação, educação ambiental, instalação adequada de banheiros e fossas sépticas e monitoramento da qualidade da água. Caso o lençol freático seja contaminado, será necessária a contratação de um hidrogeólogo para determinar as medidas a serem tomadas. Para prevenir invasões podem ser contratados guarda-parques para fazer a vigilância do local. (I 02)

A agilidade na definição do Gestor e na forma de gestão, para que a operação seja clara e transparente; acionar o IPHAN e juntos buscarem o melhor encaminhamento, o mais rápido possível para garantir segurança aos turistas e garantir que os recursos previstos no PRODETUR Nacional sejam

assegurados; que parte da receita da Gruta seja investida na Gruta em: segurança, melhorias, infra-estrutura, capacitação, divulgação. (I 05)

A resolução dos problemas apontados acima passa pela compreensão das competências legais e técnicas de cada Instituição. Cabe a cada um reconhecê-las e procurar efetivamente sua aplicabilidade, pelo bem do patrimônio, pois se cada um fizer a sua parte, todos tem a se beneficiar.

#### 4.2.5 Atuação e Comprometimento

Com a finalidade de apurar de que forma as diferentes instituições se envolvem com as questões até agora apresentadas, foi questionado de que maneira a Instituição atuava para minimizar conflitos identificados e qual o seu comprometimento com as ações do MONAGLA, conforme Quadro 11.

Quadro 11 - O que sua Instituição vem fazendo para minimizar estes conflitos?

Instituição	Respostas
I 01	Pensar mais na preservação da GLA. O IPHAN iniciou o processo; há a necessidade de ampliar a articulação para a criação do Geoparque.
I 02	Regularização da atividade turística na Gruta através da realização de vistorias e análise da proposta de PME. Orienta tecnicamente os demais órgãos envolvidos e verificar <i>in loco</i> o cumprimento do PME, pois os órgãos responsáveis pela administração da Gruta são o Estado do MS e a PMB.
I 03	O assunto é recente no ponto de vista nacional.
I 04	Mantido aproximação com as instituições parceiras, e mesmo sabendo das dificuldades encontradas, não se fechando para as propostas surgidas. Na realidade, muito tempo tem sido dispendido pela instituição em conversas, visto que a Gruta o Lago Azul, se encontra em pleno funcionamento sendo um dos principais atrativos turísticos da Região. No caso de um "endurecimento" nas conversações, poderá haver impacto sócio-econômico em toda a região.
I 05	Desenvolvendo ações conjuntas com outros órgãos; ações visando o fortalecimento das Instâncias de Governança, da interlocução entre a gestão pública e iniciativa privada (trade), com objetivo de buscar soluções conjuntas para o desenvolvimento do setor de maneira a minimizar conflitos e problemas dentro de um contexto onde a natureza, preservação e o homem são os principais atores. Além da promoção, divulgação que realizamos quando de nossa participação em eventos nacionais e internacionais.
I 06	A titularidade da ação é do IPHAN.
I 07	Administração, gerenciamento.
I 08	Suporte para embasamento legal e ambiental nas negociações para dirimir conflitos.
I 09	Discutir e solicitar providências por parte do poder público que é o gestor e executor.
I 10	Conversando com o secretário e com os guias; Já foram solicitados equipamentos e outros pedidos.
I 11	Nada.

Fonte: Pesquisa de campo, organizado por Moura, em agosto de 2008.

Com relação à previsão de investimentos na área do MONAGLA, estão previstos recursos para a implantação da infra-estrutura interna – escadaria, a partir de recursos advindos da visitação na GLA, e externa – receptivo com centro de visitantes completo, através do PRODETURSUL/MS40, recursos do IPHAN para a realização de um seminário de Educação Patrimonial e para a capacitação de guias.

Para profissionalizar os serviços oferecidos no MONAGLA, foram apontadas as seguintes sugestões: capacitação, necessidade de popularizar o conhecimento científico, aproximando a comunidade; a implantação de museus; a realização de pesquisas; melhoria da infra-estrutura de equipamentos e física, conforme proposto no EIA/RIMA; Captação de recursos financeiros para investimento em profissionalização; Elaboração e aplicação do plano de Manejo da UC; Formação do conselho gestor; Atribuir funções; Plano de visitação acompanhado de monitoramento; Plano de resgate; Manutenção constante das instalações, capacitação constante dos guias, equipamentos como macas, rádio transmissor, capacetes etc em perfeito estado de conservação; Implantar infra-estrutura; Receptivo com espaços que promovam interatividade; Maiores cuidados com o passeio; terceirização dos serviços; sinalização; Material de divulgação/folders. Um dos entrevistados revela:

Considero fundamental a capacitação dos guias, com reciclagens periódicas e constantes atualizações com cursos de curta duração a respeito especificamente da Gruta do Lago Azul. Além disso, é necessária a melhoria da qualidade das instalações físicas do receptivo da gruta. (I 02)

#### 4.2.6 Visão Institucional sobre a Gruta do Lago Azul

Esta temática tem por intuito constatar de que forma a instituição trata a Gruta do Lago Azul, numa abordagem bem enfática: unidade de conservação, que tem por finalidade a conservação do ecossistema, ou atrativo turístico, com a finalidade de se estruturar para melhor atender as demandas de consumo. Neste contexto, as contribuições remetem à significância da Gruta do Lago Azul, pois é o cartão postal e representa o início do desenvolvimento do turismo e o reconhecimento de Bonito como modelo de exploração da

---

<sup>40</sup> De acordo com o levantamento de campo para esta pesquisa, os recursos previstos para a construção do receptivo e centro de visitantes do MONAGLA são da ordem de R\$ 1.500.000,00.

atividade turística. Além disso, é o atrativo mais visitado no município de Bonito e o mais conhecido na região da Serra da Bodoquena.

Como atrativo, é o carro-chefe do estado de Mato Grosso do Sul e o atrativo mais visitado em Bonito. Não existe ligação que a Gruta do Lago Azul seja uma unidade de conservação da categoria monumento natural. As pessoas visitam a Gruta pela gruta, e os guias inclusive não falam que a Gruta do Lago Azul é uma unidade de conservação. Falam que é um bem tombado pelo IPHAN, mas esquecem que estão em uma unidade de conservação. (I 08)

Com relação à unidade de conservação, ressalta-se que a criação da UC reafirma a importância de proteção do patrimônio espeleológico. Entretanto, é salutar que neste processo a comunidade também se envolva, uma vez que a UC não é reconhecida pela população. Há um sentimento de pertencimento com a Gruta do Lago Azul, mas não com a unidade de conservação criada para a proteção da referida cavidade.

Como Unidade de Conservação, agrega valor referencial ao Estado cuja característica do Turismo é de um destino vinculado à natureza. (I 05)

O MONAGLA faz parte do mosaico de unidades de conservação da Serra da Bodoquena e deveria ser papel importante na divulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mas não é. (I 11)

O MONAGLA merece maior proteção pela sua singularidade, pois conserva e preserva recursos ambientais de extrema importância, sendo necessários maiores investimentos pelo Governo do Estado para que comunidade e visitantes conheçam e reconheçam a UC.

#### 4.2.7 Contribuição para o Desenvolvimento Regional

Verificar se a unidade de conservação contribui para o desenvolvimento da região foi um dos objetivos desta pesquisa. Assim, quando questionados sobre este item, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o MONAGLA contribui sim para o desenvolvimento regional. Ainda em análise ao objeto de estudo, a implantação do MONAGLA pode ser otimizada a partir do estabelecimento de parcerias, o que pode se tornar em uma importante estratégia para promover também o desenvolvimento regional.

Um outro aspecto questionado aos entrevistados faz referência direta à proposta de implantação de um geopark. O conceito de geopark foi criado pela UNESCO em 1999 e

implica na delimitação de uma área expressiva com registros geológicos e paleontológicos. Para ser reconhecido como tal, deverá contemplar o desenvolvimento de um território, com especial contribuição para as comunidades, não exigindo desapropriação, fomentando assim atividades sócio-econômicas e promovendo o crescimento da atividade turística, de projetos educacionais e valorização do patrimônio geológico e cultural.

Bem de valor mundial reconhecido pela UNESCO, o geopark surge de uma necessidade de conhecer, divulgar e administrar o patrimônio geológico, considerando que as condições geofísicas atuais são resultantes de diversos eventos do passado. No Mato Grosso do Sul uma área preliminar foi delimitada para intensificação das atividades de pesquisa, formando um mosaico que abrange parte dos municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Bonito, Bodoquena, Corumbá, Anastácio e Aquidauana, o que corresponde a aproximadamente 32 mil km<sup>2</sup>. Este território compreende aspectos de relevância internacional (registro de ocorrência da *Corumbella weneri*<sup>41</sup>, um organismo que teria vivido há 560 milhões de anos), nacional (cavidades tombadas como patrimônio nacional como as Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida e outras de interesse espeleológico existentes na região) e regional (demais sítios geológicos existentes, como as tufas calcárias).

Neste contexto, o geopark configura-se como um importante instrumento para articulação das Instituições, pois o estabelecimento deste território protegido acarretará na necessidade de coordenar pessoas e administrar o patrimônio. Basicamente, o reconhecimento da Serra da Bodoquena como geoparque implicará no desenvolvimento de atividades relacionadas à geoeducação, à geoconservação e ao geoturismo, atividades estas consideradas como o tripé de um Geopark.

Na busca de verificar o envolvimento dos representantes das Instituições entrevistadas, é que se fez este questionamento. Assim, dos 12 entrevistados, 06 acreditam que o geoparque pode contribuir para o desenvolvimento regional por já conhecerem as particularidades da proposta. Entretanto, o detalhamento das ações para a implantação do geoparque na região da Serra da Bodoquena é desconhecido por 05 entrevistados, o que demonstra que nem todas as Instituições estão envolvidas neste processo.

De acordo com a pesquisa, foi possível verificar que, à rigor, as Instituições ligadas de alguma forma à GLA não cumprem integralmente com suas atribuições, apesar de disporem de políticas e instrumentos que possibilitem maior controle sobre aquilo que lhes é de sua

---

<sup>41</sup> Matéria disponível no site <http://www.secom.unb.br/bcopauta/geologia5.htm>

responsabilidade. Atribuições e ações normativas, regulatórias, administrativas e de fiscalização são decisivas neste território e carecem de maior envolvimento das Instituições que legalmente são responsáveis por tais atividades.

## **A IMAGEM QUE SE REFLETE: PAREIDOLIAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

Um rápido exame da literatura científica, da mídia eletrônica, de jornais e revistas apresenta o Brasil com um vasto conjunto de áreas naturais com grande potencial para fortalecer o turismo, muitas destas protegidas em unidades de conservação. A riqueza dos biomas brasileiros e a diversidade cultural configuram-se como atrativos singulares, oferecendo produtos turísticos diversificados e de qualidade. Para tanto, a visitação em unidades de conservação deve ser cuidadosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional. Nestes casos, o turismo fortalece a apropriação das UCs pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais.

Embora a implementação de unidades de conservação ainda seja incipiente no Mato Grosso do Sul, observa-se que há um esforço em democratizar o acesso público a essas áreas, principalmente pelo potencial que estas apresentam para o desenvolvimento de atividades científicas, educativas e de lazer.

O estudo das unidades de conservação contempla uma discussão conceitual do território sob várias abordagens (biológica, cultural e econômica), além da possibilidade de se tratar também do problema da desterritorialização, uma vez que a partir do estabelecimento de uma UC, um território deixa de existir para a criação de outro, com uma nova funcionalização do espaço.

A abordagem teórica do estudo das unidades de conservação tem no conceito de território um grande espectro de possibilidades de discussão, tanto em relação ao chamado “*mundo natural*”, quanto às questões que dizem respeito à sociedade, em geral, e grupamentos sociais, em particular. Além disso, os recentes debates sobre a problemática das unidades de conservação têm demandado uma aproximação destas múltiplas abordagens para se ampliar as possibilidades de compreensão de um território.

Com esta pesquisa fica evidente o papel da Geografia e de suas múltiplas interfaces como ciência e sua contribuição para o conhecimento da realidade geo-ambiental dos espaços potenciais para o turismo, atuando não somente na compreensão da (re) organização dos territórios, mas também das relações existentes nestes espaços.

Quando se vislumbra a importância do turismo no processo de desenvolvimento regional e local, é necessário que se considere as economias localizadas, enfatizando suas dimensões sócio-políticas, culturais, seus valores e instituições locais, além de promover uma transformação política pelos e para os seus habitantes. A localidade deve ser um espaço coletivo que promova a qualidade de vida dos residentes e não apenas atenda os interesses comerciais e econômicos.

No que se refere à produção do espaço turístico, o turismo tanto pode introduzir no espaço novos elementos, para permitir o desenvolvimento dessa atividade, quanto absorver outros pré-existentes no espaço (como equipamentos de lazer, infra-estrutura, serviços etc). Assim, este espaço passa a ter como finalidade atender uma nova função ou uma nova demanda de uso, ou seja, a demanda turística.

Como já demonstrado, as territorialidades são resultantes do sistema territorial estabelecido a partir de relações de poder. Assim, cada sistema territorial estabelecido condiciona e determina suas territorialidades e sua análise só é possível a partir da apreensão das relações reais relocalizadas no contexto histórico e espaço temporal.

A princípio, pode-se afirmar que as principais territorialidades exercidas no MONAGLA são turismo, meio ambiente, geologia. Esses diferentes elementos implicam em diferentes formas de apropriação do território. Embora essa problemática envolva ainda categorias mais amplas e elementos diversos, pode-se definir, a partir de tais constatações, o sentido das transformações que o turismo confere ao uso do espaço, uma vez que tal fenômeno engendra uma nova significação social dos recursos naturais disponíveis. Ressalta-se que a análise das territorialidades neste estudo está limitada às dinâmicas sócio-ambientais.

A sustentabilidade do MONAGLA implica, sobretudo, em uma abordagem local das várias combinações existentes neste complexo território. Estas combinações de interesse intervêm na totalidade da unidade de conservação e, espacialmente e temporalmente, condicionam o comportamento dos elementos concorrentes no conjunto das interações. Podem inclusive conduzir o local a conseqüências inimagináveis. Combinações que só tragam benefícios a um indivíduo ou a um grupo, pouco contribuem para o desenvolvimento regional e tão pouco para a unidade de conservação em tela. Uma ação isolada de qualquer uma das Instituições pode ocasionar conflitos no território. E, em muitas ocasiões, exemplos destas ações isoladas já ocorreram.

Além de resguardarem a conservação dos ecossistemas em que se inserem, as unidades de conservação são territórios de lazer historicamente instituídos. Ademais, a

demarcação jurídica de porções territoriais como unidades de conservação e seu subsequente uso turístico potencialmente engendram processos pelos quais diferentes atores passam a disputar o controle dos recursos disponíveis em áreas dantes geridas por locais. Diferentes representações, interesses e valores resultam em distintas formas sociais de apropriação do território – em torno dos quais orbitam forças políticas, simbologias e interesses conflitantes – tendo em vista a heterogeneidade social dos grupos que dele se apropriam. Nesta perspectiva, faz-se oportuno discutir as territorialidades das diferentes práticas de apropriação social do território pelos grupos envolvidos no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul: a) Para os turistas, o MONAGLA é espaço de lazer, representando a fuga do cotidiano das grandes cidades. b) Para os munícipes, é espaço de devoção popular; o ícone do início da atividade turística. c) Para os proprietários rurais do entorno, um impedimento para o desenvolvimento de suas tradicionais atividades econômicas. d) Para os guias, um local de trabalho. e) Para os investidores, potencial fonte de renda. f) Para as Instituições, lócus para o desenvolvimento de suas atribuições técnicas e legais.

Esta pesquisa demonstrou que todos os entrevistados reconhecem suas competências institucionais. Entretanto o que efetivamente transparece é que pouco vem sendo feito, e as principais alegações referem-se principalmente ao ineditismo da situação, que carece de aprofundamento e engajamento das Instituições para a resolução das questões inerentes às atribuições de cada uma. Ninguém resgata sua própria responsabilidade em conduzir as negociações e outros aspectos relacionados à proteção, manejo e gestão do patrimônio (quer seja ele paisagístico, geológico ou ambiental), ou da unidade de conservação ou do atrativo turístico (dependendo da abordagem). A ausência de definições e políticas que garantam uma exploração mais sustentável, a descontinuidade das ações, a ausência de plano de manejo da UC, com ações específicas de fiscalização e segurança, a infra-estrutura inadequada ao número de visitantes, a possibilidade de se duplicar o número de visitantes diários à Gruta do Lago Azul, são problemas que podem prejudicar a manutenção da qualidade do ecossistema cavernícola, claro que, sem o devido planejamento.

Neste contexto, cabe ao IPHAN e ao CECAV promoverem ações de fiscalização para manutenção do *status* de patrimônio e bem da União. Ao SPU, promover a cessão de uso das Grutas Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida ao Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a formalização do uso destas áreas. No tocante ao Município de Bonito, cabe buscar a formalização das atividades que este legitimamente desempenha, promover melhorias e apoiar as decisões que incidem sobre o território em questão. Com relação ao COMTUR, à AGTB e

à ABAETUR, destaca-se o potencial que estas Instituições possuem em contribuir para a melhoria da atividade turística no MONAGLA, bem como zelar pela prestação dos serviços oferecidos. Entretanto, nada adiantará se a implementação da unidade de conservação por parte do IMASUL não for efetiva. Ao se discutir atribuições e responsabilidades, não se pode omitir a competência sobre a UC por parte deste Instituto, que é seu órgão gestor. Por fim, considerando a relação indireta existente do objeto de estudo com a ATRATUR, a mesma pode de maneira efetiva estimular, apoiar e cobrar ações que fortaleçam a Gruta do Lago Azul, que é o atrativo chave na Serra da Bodoquena e, sobretudo, zelar pela prestação dos serviços oferecidos

A degradação na área de entorno é um fator de preocupação, pois a quantidade de cobertura vegetal pode influenciar na infiltração de água para o interior da caverna e, por sua vez, em sua composição química. Assim, a recuperação, restauração e conservação dos ambientes externos às Grutas são fatores primordiais. A ampliação das áreas protegidas neste território tende a diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agropecuárias.

Observa-se também o potencial para utilização da paisagem como importante instrumento didático para a difusão de informações sobre geologia, biologia, cultura regional, economia da localidade a partir da estruturação de uma trilha interpretativa, inclusive com a instalação de placas e outros meios interpretativos.

A partir das potencialidades identificadas para a gestão do território, da pesquisa e das entrevistas com as Instituições, observou-se que para a implementação da UC, de acordo com seus objetivos, faz-se necessário o estabelecimento de algumas diretrizes: cessão de uso das áreas da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida pela Secretaria de Patrimônio da União ao Estado de Mato Grosso do Sul; consolidar mecanismos legais de parceria para o planejamento, manejo e gestão da unidade de conservação; definição das necessidades de infra-estrutura e equipamentos de apoio à UC, considerando as dinamicidades do território; capacitação técnica dos envolvidos com o MONAGLA, monitoramento e fiscalização.

A identificação de *stakeholders* como parte do processo de planejamento do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul é fundamental para envolver aqueles que são afetados diretamente pela UC e por aqueles que têm interesse em participar deste processo de planejamento. O envolvimento destes *stakeholders* pode ser de grande importância técnica, política e operacional para a implementação da unidade de conservação, pois depende do conjunto de decisões e ações destes *stakeholders*.

As diretrizes sugeridas são consideradas passíveis de serem implementadas e promoveria o envolvimento das Instituições na gestão e o desenvolvimento do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul do ponto de vista econômico, social e ambiental, o tripé básico para a sustentabilidade.

Como esta pesquisa se limitou à compreensão das territorialidades exercidas pelas Instituições que têm algum tipo de relação com o MONAGLA, fica evidente que outros estudos são necessários para descrever este ou outros territórios e territorialidades, tais como os guias, as agências, os visitantes, os moradores, os proprietários rurais que foram desapropriados para a criação de unidades de conservação e que ainda não foram indenizados, a modificação da estrutura fundiária das propriedades desencadeada pelo turismo, pela exigência do cumprimento da legislação ambiental no que se refere à utilização dos espaços protegidos como as APPs e Reservas Legais e pela compensação de reservas legais e demais elementos e configurações. As territorialidades neste território são muito mais amplas.

A estruturação deste trabalho apresentou aspectos gerais sobre geologia, o turismo e o meio ambiente na região geográfica da Serra da Bodoquena, entendidas nesta pesquisa como suas principais territorialidades. A seguir, demonstraram-se os procedimentos metodológicos, bem como as contribuições teóricas acerca de território, territorialidades, unidades de conservação e turismo. Acredita-se que os elementos constituintes do MONAGLA e a descrição de suas particularidades foram apresentados de forma satisfatória e inédita, contribuindo para o entendimento da sobreposição de competências neste território. Além das territorialidades já apontadas, destacam-se as institucionais, conforme apresentado na última seção deste estudo. Reforça-se ainda o papel que a Gruta do Lago Azul exerce na construção da territorialidade histórico-social e turística na região.

A identificação das territorialidades institucionais nesta pesquisa conduz à compreensão da necessidade de ordenamento das ações e competências sobre o território em questão. Com relação ao processo de turistificação, constatou-se que os territórios se moldam às necessidades da prática da atividade turística. No objeto de estudo isto não foi diferente, uma vez que a estrutura ecológica pretérita foi adaptada às condições de viabilidade de uso do espaço. Escadas no interior da Gruta, infra-estrutura de apoio à visitação e atividades impactantes no entorno são exemplos de como a atividade turística interfere no território original. As territorialidades geológicas, turísticas e ambientais coexistem de maneira simbiótica, são interdependentes e seu desenvolvimento integrado promoverá o êxito das ações propostas e o incremento do desenvolvimento regional. Infelizmente, não há

desenvolvimento sem passivo ambiental. E este território é *locus* de iniciativas pioneiras. Neste contexto, a sociedade precisa ser consciente e aprender a participar das decisões que incidem neste território. Assim, o reconhecimento e a compreensão da importância de se identificar práticas sócio-econômicas mais sustentáveis para este território podem promover a inclusão social, norteados por preceitos e diretrizes para o estabelecimento do Geopark na Serra da Bodoquena, área de fragilidade já comprovada, como alternativa para um modelo de desenvolvimento que permita inclusão social, conservação ambiental e sustentabilidade financeira. De modo contrário, cabe a premissa de Octávio Paz, Prêmio Nobel de Literatura (1990), *a destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. (...) Se a memória se dissolve, o homem se dissolve.*

## APÊNDICE A

### Entrevistas semi-estruturadas para as Instituições

	<p><b>MINISTERIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL</b> Campus de Aquidauana - CPAQ <b>Secretaria de Pós-Graduação</b> <b>MESTRADO EM GEOGRAFIA</b></p>
INSTITUIÇÃO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
NOME DO ENTREVISTADO:	
DATA E LOCAL DA ENTREVISTA:	

#### Relação Institucional

- 1) Qual é a relação de sua Instituição com a Gruta do Lago Azul – GLA?

#### Atividades Institucionais

- 2) Quais as principais atividades desenvolvidas por sua Instituição na GLA?

#### Potencialidades

- 3) Quais são os grandes potenciais da GLA?

#### Ameaças e possíveis soluções

- 4) Na opinião de sua Instituição, quais os principais problemas ou ameaças existentes na GLA?
- 5) E quais as possíveis soluções para estes problemas?

#### Atuação e comprometimento

- 6) O que sua Instituição vem fazendo para minimizar estes conflitos?
- 7) Há previsão de investimentos em infra-estrutura no MONAGLA?
- 8) Quais ações são necessárias para melhor profissionalização dos serviços oferecidos no MONAGLA?

#### Visão institucional sobre a Gruta do Lago Azul

- 9) Qual a significância da GLA como atrativo turístico? E como UC?

#### Contribuição para o Desenvolvimento Regional

- 10) Sua Instituição acredita que o MONAGLA contribua para o desenvolvimento regional e local?
- 11) Existe parceria em andamento ou em fase de negociação para o melhor funcionamento da GLA?
- 12) A proposta de GEOPARQUE vem ao encontro das necessidades de gestão e manejo da área?

## APENDICE B

### Questionário aplicado aos visitantes do MONAGLA



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
Campus de Aquidauana - CPAQ  
**Secretaria de Pós-Graduação**  
**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

#### Prezado Entrevistado,

Esta pesquisa tem por objetivo identificar a relação do visitante com a Gruta do Lago Azul e irá compor trabalho de campo da dissertação intitulada “Entre estalactites e estalagmites: territorialidades no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, Bonito – MS.”, da Mestranda Flávia Neri de Moura.

#### A - Caracterização do entrevistado:

- 1a. sexo: ( ) feminino ( ) masculino  
2a. faixa etária: ( ) até 19 anos ( ) 20 – 34 ( ) 35 – 59 ( ) + de 60  
3a. renda: ( ) até 03 salários ( ) de 04 a 09 salários ( ) mais de 10 salários  
4a. escolaridade:  
( ) ensino médio ( ) superior incompleto  
( ) superior completo ( ) pós-graduação  
5a. cidade e estado de origem: \_\_\_\_\_  
Região: ( ) norte ( ) nordeste ( ) sul ( ) sudeste ( ) centro-oeste

#### B - Relação do entrevistado com a Gruta do Lago Azul

- 1b. Vc sabia que a Gruta do Lago Azul é uma unidade de conservação?  
( ) sim ( ) não
- 2b. Quantas vezes já visitou?  
( ) primeira vez ( ) 02-05 vezes ( ) mais de 06 vezes
- 3b. Qual é a principal motivação para a visita?  
( ) aspectos históricos/culturais/patrimoniais  
( ) aspectos naturais/paisagísticos ( ) lazer / turismo
- 4b. Na sua opinião, quem administra/organiza a visitação na GLA?  
\_\_\_\_\_
- 5b. Quais instituições você identifica / relaciona à Gruta do Lago Azul? Por quê?  
\_\_\_\_\_
- 6b. A Gruta do Lago Azul é:  
( ) um patrimônio nacional ( ) um patrimônio da humanidade  
( ) uma unidade de conservação ( ) um atrativo turístico
- 7b. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade no que se refere à ?

- administração da GLA \_\_\_\_\_
- manutenção da GLA \_\_\_\_\_
- segurança da GLA \_\_\_\_\_
- fiscalização da GLA \_\_\_\_\_

C - Prestação de serviços:

Avaliação	Ótimo ☺ 10 – 9,0	Bom ☺ 8,9 – 7,0	Regular ☺ 6,9 – abaixo
Serviço			
1c Agência			
2c Transporte / Acesso			
3c Receptivo			
4c Guias			
5c Segurança			
6c Infra-estrutura			
7c Informação/divulgação			

D - Espontâneo:

1d Em sua opinião, o que pode ser melhorado na prestação de serviços na GLA?

---



---



---



---



---

2d. Recomendará a Gruta do Lago Azul como atrativo a ser visitado em Bonito a seus familiares/amigos/conhecidos?

( ) sim ( ) não

3d. Tem intenção de visitar novamente a Gruta do Lago Azul em outra oportunidade?

( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

---

**ANEXO A**

**Cópia dos prêmios recebidos pelo município de Bonito-MS.**

# PRÊMIO IMPRENSA DE TURISMO 1995



Conferido a

*Bonito - MS*

*Aspectos Geológicos*

*Atração Natural*

**Pela eficiente atuação em prol do turismo nacional  
Rio de Janeiro, março de 1996**

*Dirceu Ezequiel Azevedo*  
Dirceu Ezequiel Azevedo  
Presidente da ABRAJET

*José Camilete*  
José Camilete  
Jornal do Commercio





## PRÊMIO 100 MAIS BRASIL

### Parabéns!

A Revista Seleções tem o prazer de conceder o prêmio 100 Mais Brasil em 2005 a **Bonito** na categoria **Lugar para Mergulhar**.

Seleções do Reader's Digest  
Rio de Janeiro, Janeiro 2006

# UPIS

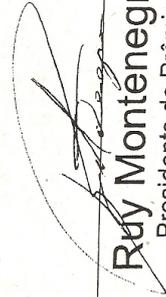
Graduação • Pós • MBA  
CADA DIA MELHOR  
CADA DIA MAIS UP

A Comissão Julgadora do prêmio distingue com o  
Diploma “*Prêmio UPIS de Turismo*”

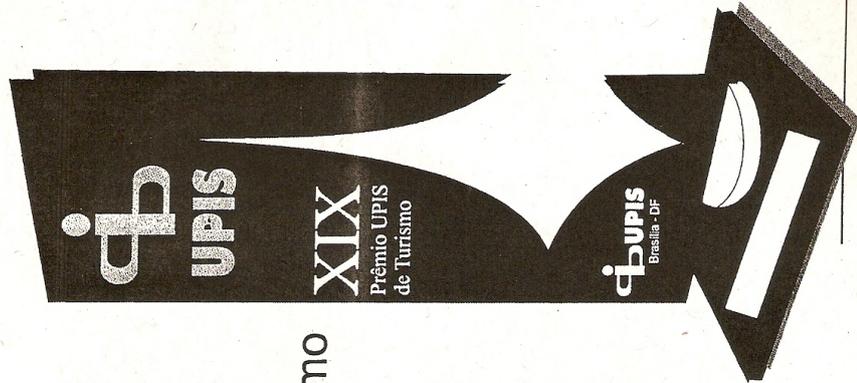
***Bonito – MS***

por haver contribuído para o desenvolvimento do turismo  
com competência, dedicação e profissionalismo.

Brasília, 26 de setembro de 2008.

  
**Ruy Montenegro**  
Presidente do Prêmio

  
**Vicente Nogueira Filho**  
Presidente da UPIS



# Bonito

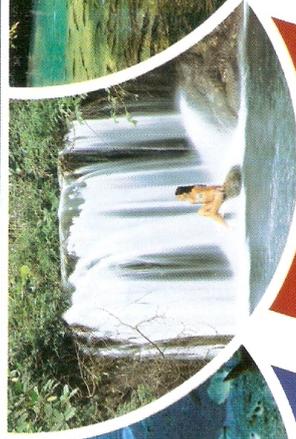
# O melhor Ecoturismo do Brasil



**MELHOR DESTINO DE ECOTURISMO DO BRASIL**  
Revista Viagem e Turismo  
6 anos consecutivos



**MELHOR ATRATIVO TURISTICO**  
Rio da Prata (2007) - Guia 4 Rodas



**MELHOR PROJETO SUSTENTAVEL**  
Prefeitura de Bonito (2007) - Guia 4 Rodas



**MELHOR PROJETO TURISTICO E AMBIENTAL**  
Voucher Unico (2007) - ADVB



[www.bonito-ms.com.br](http://www.bonito-ms.com.br)

**ANEXO B**

**Cópia de Reportagens sobre a interdição de passeios em Bonito no ano de 2006.**

## **Versão de Impressão**

### **Promotor pede embargo de 19 passeios em Bonito**

O promotor de justiça de Bonito, Luciano Loubet, entrou hoje com ações civis públicas com pedido de liminar para o embargo judicial de 19 atrativos turísticos do município que não possuem licença para funcionamento da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) ou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Ibama). Entre as atrações está a Gruta do Lago Azul, administrada pela prefeitura local e considerada unidade de conservação estadual pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal (Imap), ligado à própria Sema.

A ação na Justiça também coloca na mira do embargo os passeios de bote nos rios de Bonito, fazendas de ecoturismo, campings, o Balneário do Sol e até a Ilha do Padre.

Segundo o promotor, os proprietários e administradores dos passeios desconsideraram a necessidade da licença mesmo com a tramitação há 4 anos de inquérito civil sobre o assunto. Além de ingressar com a ação, Loubet pediu o embargo administrativo dos passeios à Polícia Militar Ambiental e Ibama. "Qualquer um dos dois (Justiça ou órgãos) impede de funcionar", disse.

O ultimato aos proprietários de passeios foi dado há quatro meses, em reunião de ajuste de conduta coordenada pelo promotor. "Eles receberam este prazo para providenciar a licença, mas nenhum apresentou e culpam os órgãos ambientais pela ausência", dispara. O processo para concessão do pedido de licença dura até 60 dias enquanto o prazo dado pela Promotoria correspondeu ao dobro. "Esta reunião não contou com a presença do Imap, que foi notificado posteriormente por ofício sobre o resultado, mas não respondeu".

Loubet disse que estabeleceu quatro meses de prazo exatamente para haver tempo hábil para que todos se regularizassem. Segundo ele, somente a Ilha do Padre já teria tido licença de operação.

Para o promotor, a situação, além de contrariar a legislação, penaliza os demais administradores de atrativos turísticos que têm licença e, por conta dessa situação, precisam atender a uma série de regras. Hoje, Bonito conta com 19 passeios licenciados e mais três cuja licença é dispensada.

Sem o licenciamento, explica o promotor, os atrativos não têm um estudo sobre limitação de público, monitoramento ambiental. "Não há parâmetros".

#### **Comentários:**

## **Situação de embargo de alguns passeios de Bonito/MS**

Correio do Estado

RONALDO REGIS, AQUIDAUANA

Pelos menos 14 atrativos turísticos localizados em Bonito, a 290 quilômetros de Campo Grande, foram multados e embargados pela PMA (Polícia Militar Ambiental) e pelo Ibama (Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). A ação atendeu a um requerimento do MPE (Ministério Público Estadual) que apurou que 19 passeios funcionam sem licença ambiental. A preocupação é o fato de os embargos causarem enormes prejuízos ao ecoturismo do município. Conforme o presidente da Atratur (Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito), Eduardo Coelho, a maioria dos locais atingidos pela ação já está com processo de licença em tramitação na Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente).

Os donos dos atrativos acusam a Sema de ser morosa no trâmite legal para a liberação das licenças. Há vários anos, o promotor de Justiça de Meio Ambiente de Bonito, Luciano Loubet, vinha dando prazo para a regularização das empresas. O comandante da PMA local, major Cláudio Rosa da Cruz, afirmou que o último prazo estabelecido foi de três meses. "O prazo foi considerável. Passaram-se quatro meses e as licenças não foram obtidas", disse o major ao comentar que embargou 12 propriedades por orientação do MPE. "Tenho de cumprir, senão sou denunciado por prevaricação", comentou. O comandante acredita que os passeios devem ser restabelecidos em curto prazo. "Há interesse do trade turístico em resolver. Eles são os maiores interessados e os processos de licença já estão em andamento. O que emperra é a burocracia", disse o major. Ele afirmou que as multas não ultrapassaram o valor de R\$ 2 mil, enquanto poderia chegar a R\$ 10 milhões. "Nosso objetivo é que a situação seja regularizada. Os passeios não têm causado danos ao meio ambiente", ressaltou.

### **Atrativo de ponta**

Segundo a Atratur, os passeios de ponta continuam funcionando normalmente. "A maioria dos atrativos tem licença. O mais grave é a interdição da Gruta Lago Azul por ser uma referência de atração. Isso tem de ser resolvido o mais rápido possível porque penaliza o turista que já planejou visitar Bonito e pagou pacote antecipado", disse Eduardo ao pedir que os órgãos solucionem o problema com urgência. "Que faça um Termo de Ajustamento de Conduta para reabrir a gruta", sugeriu ao lembrar que no próximo dia 23 inicia-se o 7º Festival de Inverno de Bonito. Neste período, a cidade tenta recuperar o movimento perdido na baixa temporada. Ocorre que a Gruta do Lago Azul pertence à União, mas o município e o Estado são os responsáveis pela caverna que foi embargada pelo Ibama, órgão fiscalizador da União. O fechamento do atrativo mais visitado da cidade levou a Campo Grande o secretário de Meio Ambiente de Bonito, Augusto Mariano e advogados, para tentar a cassação da requisição de fechamento da Gruta do Lago Azul. A maioria dos atingidos pela medida são os passeios de bote, mas, além da Gruta do Lago Azul, já estão embargados a Ilha do Padre, o Balneário do Sol, a Cachoeira do Aquidaban, o Hotel Fazenda Cachoeira, o Camping Rio Formoso e o Camping Napoliana, entre os mais conhecidos. Outros cinco empreendimentos estão na lista do MPE. Segundo o promotor Luciano Loubet, a medida visa monitoramento ambiental bem como assegurar a preservação dos recursos naturais.

**ANEXO C**

**Cópia da Portaria IMASUL N. 073 de 14 de julho de 2008, que autoriza o funcionamento da atividade de visitação turística, na modalidade contemplativa, na Gruta do Lago Azul, inserida no perímetro do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, em Bonito-MS e dá outras providências.**

## INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

**PORTARIA IMASUL N. 073 DE 14 DE JULHO DE 2008**

*AUTORIZA o funcionamento da atividade de visitação turística, na modalidade contemplativa, na Gruta do Lago Azul, inserida no perímetro do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, em Bonito-MS e dá outras providências.*

O Diretor-Presidente do Instituto de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e, Considerando o disposto nos incisos IV e IX do art. 2º da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente; Considerando o estabelecido nos incisos XVI e XVII do art. 2º, incisos III, VI, e VII do art. 4º c/c art. 12, parágrafos 1º, 2º e 3º e art. 28 da Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e as disposições constantes do art. 15 e art. 25 a 30 do Decreto Federal n. 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando os termos do Decreto Estadual N. 10.394 de 11/06/2001, que cria o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, localizado no município de Bonito; Considerando que as grutas que compõem esta Unidade de Conservação fazem parte do complexo de cavernas da Serra da Bodoquena que têm rara beleza e conservam um conjunto patrimonial e científico de relevância multidisciplinar, devido a seus registros geológicos, geomorfológicos, paleontológicos e biológicos. Considerando a necessidade de se estabelecer procedimentos para regularizar a atividade de visitação turística realizada na Gruta do Lago Azul; Considerando a Portaria Conjunta IBAMA/SPU N° 001/05, de 29/08/2005, que normatiza o licenciamento de cavernas com finalidade turística no Brasil e conforme o implícito no item 5, que estabelece os procedimentos a serem adotados nos casos de exploração turística em cavernas localizadas em unidades de conservação (UC) estaduais; Considerando que o CECAV/IBAMA, no uso de suas atribuições, analisou o plano de manejo espeleológico da Gruta do Lago Azul, realizou as vistorias legais de praxe e encaminhou à SEMAC a aprovação do documento por sua equipe técnica; Considerando que à SEMAC, após anuência do CECAV/IBAMA, cabe a análise técnica do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Lago Azul e a consequente liberação ou veto ao funcionamento do empreendimento turístico;

**RESOLVE:**

Art. 1º AUTORIZAR o funcionamento da atividade de visitação turística, na modalidade contemplativa, na Gruta do Lago Azul, inserida no perímetro do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, unidade de conservação gerida pelo IMASUL, por intermédio da Gerência de Unidades de Conservação, de acordo com as diretrizes abaixo estabelecidas:

- I. O número máximo de visitantes está limitado a 305 pessoas/dia;
- II. Cada grupo de visitantes será formado por no máximo 15 pessoas mais o guia de turismo;

III. A visitação somente será permitida com o acompanhamento de guia de turismo local, com registro na EMBRATUR e cadastro na Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito;

IV. O intervalo entre um grupo e outro é de no mínimo 20 minutos;

V. O máximo permitido dentro da cavidade é de 04 grupos ou 60 pessoas, excluindo os guias de turismo, de uma só vez;

VI. Somente terá acesso à visitação os portadores de documento denominado “voucher único” que será emitido pelo município de Bonito-MS ou a quem este conceder a prerrogativa de emití-lo, neste caso as agências de turismo e operadoras locais;

VII. É obrigatório o uso de capacete com fixação de 03 pontas, bem como uso de tênis ou de calçado fixo com solado de borracha para adentrar à cavidade;

VIII. É obrigatório o preenchimento da guia de seguro pelos visitantes;

IX. A presente autorização é válida por 12 meses e deve seguir as recomendações estabelecidas no plano de manejo espeleológico da Gruta do Lago Azul, aprovado pelo CECAV.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de julho de 2008

CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES  
Diretor-Presidente do IMASUL

#### **ANEXO D**

**Cópia da Certidão emitida pelo Ministério da Cultura com o tombamento da Gruta do Lago Azul e Gruta Nossa Senhora Aparecida no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Portaria Regional N° 002/94, que *estabelece normas de uso e visitação às Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, no Município de Bonito, MS.***



Original  
Arquivo  
49

MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

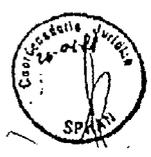
CERTIDÃO

Em cumprimento à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, CERTIFICO, que revendo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas / dezanove: "Número de Inscrição: setenta e quatro; Obra: Gruta do Lago Azul, localizada na Fazenda Anhumas e Gruta Nossa Senhora Aparecida, localizada na Fazenda Jaraguá; Situação: Município de Bonito, Estado do Mato Grosso; Proprietários: Homero Antunes da Silva e Josias Pinheiro de Almeida, respectivamente; Processo Número: novecentos e setenta e nove traço I / traço setenta e oito; Caráter do Tombamento: Anuência; Data / da Inscrição: primeiro de novembro de mil novecentos e setenta e oito." E por ser verdade, eu, Edson de Brito Maia, Chefe do Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor Sydney Sergio Fernandes Solis, Coordenador da Coordenadoria de Registro e Documentação e pelo doutor Oswaldo José de Campos Melo, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, vinte de abril de mil novecentos e oitenta e oito.

*Edson de Brito Maia*  
Chefe do Arquivo DRD/SPHAN

*Sydney Sergio Fernandes Solis*  
Coordenador de Registro e Documentação SPHAN/ENHAN

*Oswaldo José de Campos Melo*  
Secretário do Patrimônio Histórico Artístico Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC  
14ª COORDENAÇÃO REGIONAL

Fl. 03
Data 24/08/94
4
FEDERAL

PORTARIA REGIONAL Nº 002  
DE 24 / 08 / 1994.

A Coordenadora da 14ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, no uso das atribuições conferidas pela Portaria IBPC nº 08, de 09 de abril de 1990 e pelo Decreto nº 335, de 11 de novembro de 1991, tendo por objetivo a preservação das GRUTAS DO LAGO AZUL E DE NOSSA SENHORA APARECIDA, tombadas nos termos do Decreto Lei nº 25, de 11 de novembro de 1937, inscritas no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 01 de novembro de 1978, à folha 19, Inscrição nº 74, e considerando:

. a intensificação do fluxo turístico no município de Bonito-MS, assim como o crescente interesse pelo exercício de atividades de cunho espeleológico;

. as especificidades relativas ao desempenho de atividades em cavidades naturais subterrâneas;

. a necessidade da adoção de medidas de caráter preventivo nas grutas tombadas, tendo em vista compatibilizar seu aproveitamento para uso turístico à preservação dos ecossistemas cavernícolas, RESOLVE:

Estabelecer as normas de uso e visitação às GRUTAS DO LAGO AZUL E DE NOSSA SENHORA APARECIDA, no Município de Bonito, Mato Grosso do Sul, as quais constituem monumentos integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro nos termos da Constituição Federal, bem como para seus correspondentes entornos de preservação.

#### I - DO ENTORNO DE PRESERVAÇÃO DAS GRUTAS

1º) O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, através da 14ª Coordenação Regional, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, promoverão estudos conjuntos visando definir os limites

das áreas de entorno para a preservação das grutas tombadas, o zoneamento de uso das mesmas e respectivas normas, tendo em vista um aproveitamento turístico compatível à preservação de seus ecossistemas.

29) Até que o IBPC e o IBAMA tenham definido conjuntamente, em termos definitivos, os limites da área de proteção às Grutas do Lago Azul e de N. Sra. Aparecida, para efeito da presente Instrução Normativa Regional, fica estabelecido que as poligonais do entorno de preservação das mesmas correspondem às áreas de 25 ha, para a Gruta do Lago Azul e de 10 Ha, para a de N. Sra. Aparecida, coincidindo com a área de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul.

30) É expressamente proibido, na área de entorno das grutas tombadas:

- a. destruir a cobertura vegetal existente na área;
- b. o acesso de veículos;
- c. poluir ou jogar detritos.

## II - DAS NORMAS DE VISITAÇÃO

19) Permanece proibida a visitação turística à Gruta de Nossa Senhora Aparecida até que seja elaborado, aprovado e implantado projeto que defina seu uso.

20) É permitida a visitação turística à Gruta do Lago Azul respeitadas as proibições para:

- a) promover atividades esportivas na gruta;
- b) coletar ou retirar material de qualquer espécie do interior da gruta, bem como tocar ou apoiar equipamentos nos espeleotemas;
- c) jogar ou abandonar objetos de qualquer natureza no interior da gruta; os resíduos devem ser acondicionados em local apropriado, indicado pelos funcionários;
- d) tocar, atirar pedras ou poluir as águas do lago, o que implica em não mergulhar, nadar, tomar banho, nem coletar água para abastecimento ou qualquer outra

11	04
24	99/98
4	
PÚBLICA	

finalidade;

- e) portar garrafas, latas de bebidas ou alimentos que possam poluir o ambiente interno; pelo mesmo motivo, não é permitido fumar no interior da gruta;
- f) riscar, desenhar ou escrever em locais do interior ou exterior da gruta.

3º) A visitação à Gruta do Lago Azul exigirá o acompanhamento de 01 (um) guia, cadastrado pela Prefeitura Municipal de Bonito, para orientação aos grupos de visitantes e se fará nas seguintes condições:

- a) cada guia acompanhará grupos de, no máximo, 10 (dez) visitantes por vez;
- b) só é permitida a entrada de, no máximo, 30 (trinta) visitantes, ao mesmo tempo, no interior da gruta, limite este condicionado à disponibilidade de guias em número suficiente;
- c) o percurso no interior da gruta dar-se-á apenas pelas trilhas existentes, de acordo com indicação do guia;
- d) deve ser observado o máximo silêncio no interior da gruta.

4º) Os órgãos locais responsáveis pela visitação às grutas deverão fornecer todas as informações necessárias à adequada preservação das grutas e de seus ecossistemas, bem como à segurança e conforto dos visitantes.

### III - DAS NORMAS DE SEGURANÇA

1º) As normas de segurança estabelecidas para visitação à gruta devem ser seguidas rigorosamente por visitantes e guias:

- a) Usar calçado baixo, fechado, com sola de borracha;
- b) Estar em perfeitas condições de saúde para se submeter ao esforço exigido;
- c) Não entrar na gruta com criança de co

lo;

d) Evitar a visitação em dias em que a umidade torne o piso escorregadio.

IV - DAS QUESTÕES GERAIS

1º) Todas e quaisquer atividades, sejam elas de levantamento, estudos ou pesquisas, com objetivos educacional, científico ou finalidades diversas, bem como quaisquer obras e / ou intervenções físicas no interior das grutas e em suas respectivas áreas de entorno, devem contar com a prévia autorização do IBPC e IBAMA, na forma da lei.

2º) Os órgãos locais - Prefeitura Municipal de Bonito e Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - CODEMS - são responsáveis pela manutenção da integridade e limpeza das cavernas, manutenção e reparo dos equipamentos existentes no local e pelo esquema de segurança e salvamento no caso de eventuais emergências.

3º) É recomendado o uso de capacetes para visita ao interior da gruta.

4º) A Prefeitura Municipal de Bonito encarregar-se-á da montagem e execução de programa de treinamento para guias, mantendo-os em número suficiente para atender à demanda durante o ano.

5º) Representa a 14ª Coordenação Regional do IBPC, em Mato Grosso do Sul, a 11ª Sub-Regional-II, com sede à Rua 13 de Maio, 2500 - Sala 1008 - Centro - 79.002-356 - Campo Grande - MS.

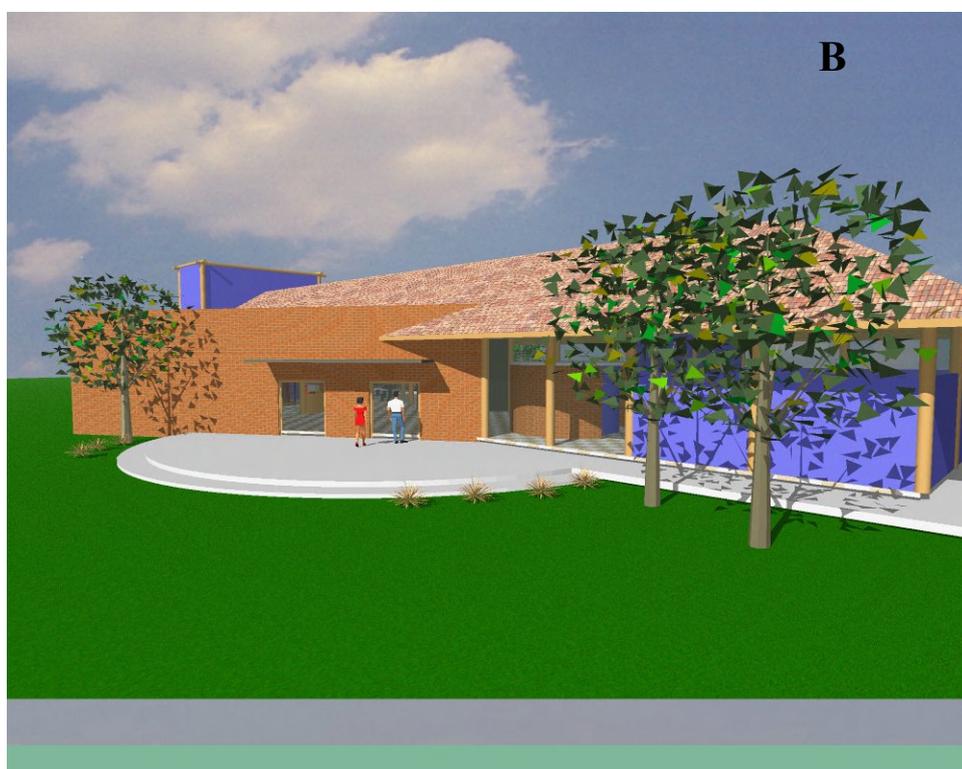
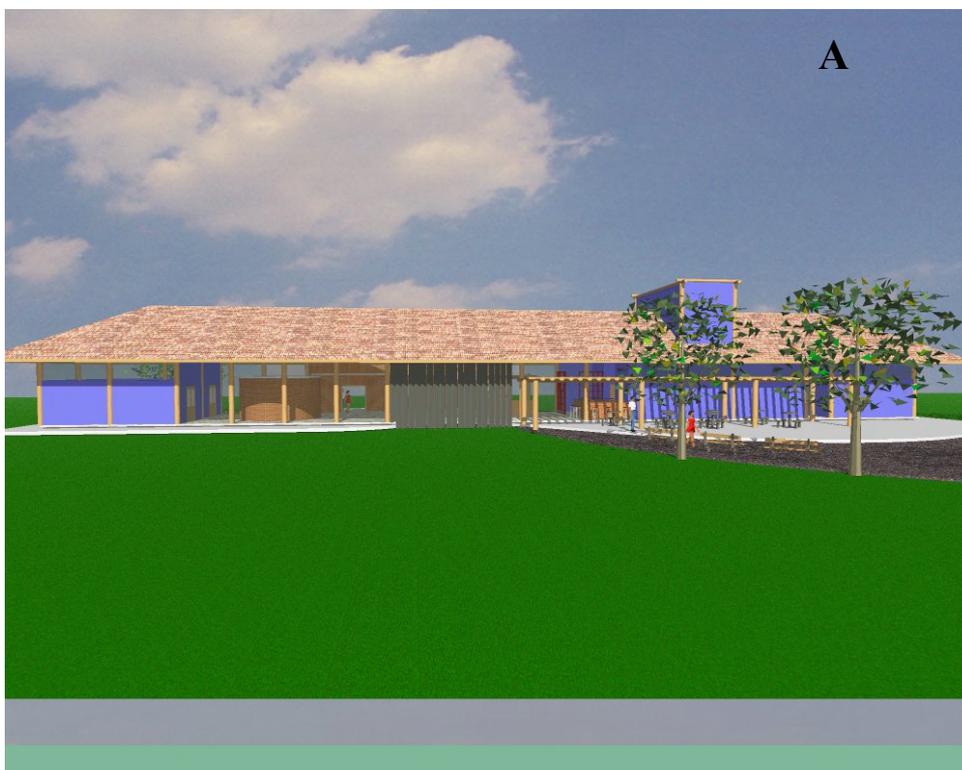
Brasília, 23.08.94

*Célia M. Corsino*

Célia Maria Corsino  
Coordenadora da 14ª CR/IBPC

**ANEXO E**  
**Proposta de Centro de Visitantes do MONAGLA.**

**Vista Frontal (A) e lateral (B) do Projeto Arquitetônico do Centro de Visitantes do MONAGLA apresentado no Plano de Manejo Espeleológico**



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)